

IGNACIO GODINHO DELGADO

DUAS EVOCAÇÕES



CIÊNCIA E POLÍTICA



DUAS EVOCAÇÕES



CIÊNCIA E POLÍTICA

1ª EDIÇÃO
JUIZ DE FORA
2017



DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

Ignacio José Godinho Delgado

© 2017

Capa

Carlos Eduardo Nunes

Foto de Capa

Semana de Ciências Sociais ICHL-UFJF de 1983 (Márcio Assis)

Projeto Gráfico e Diagramação

Carlos Eduardo Nunes

Delgado, Ignacio José Godinho.

Duas Evocações: ciência e política/Ignacio José Godinho
Delgado.-- Juiz de Fora, MG: [s.n.], 2015.
133 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-88532-40-3

1. Política 2. Ciência I. Delgado, Ignacio José Godinho

CDU: 32:30

A photograph of a person with glasses and a light-colored shirt standing in a library, looking at a book on a shelf. The shelves are filled with books, and the scene is dimly lit with a warm, reddish-orange glow. The image is partially obscured by the large white text 'SUMÁRIO' on the left.

SUMÁRIO

07	Prefácio
10	Apresentação
13	Introdução
18	Formação na Militância
28	Empresariado e Estado em Minas Gerais
39	Entre Dois Impulsos
47	Empresariado e Política Social no Brasil
57	Comunidade Acadêmica
74	Cenários da Diversidade
100	Ao longo e no centro do percurso
106	Balanco e Perspectivas
112	Pós-escrito
118	Referências
124	Produção Bibliográfica
131	Créditos

Agradeço a todos que compartilharam os passos da trajetória descrita nesse memorial.

De forma especial, agradeço à minha família, aos amigos do peito, aos colegas do Departamento de História, do ICHL/ICH e do INCT-PPED, a meus professores e alunos, a meus orientadores no mestrado e no doutorado.

Dedicado à memória de Maurício, Maria do Carmo e Geninho

Para meus alunos e alunas.

Para Valéria, Cecília, Pedro e Danilo.



*Campus da Universidade
Federal de Juiz de Fora (UFJF)*

01

PREFÁCIO

É com enorme satisfação que poderei, com o presente texto, participar com um registro formal, mas também bastante sincero e amigo, da trajetória intelectual de Ignacio Delgado, dado que de outras maneiras e em diferentes momentos dela de alguma forma compartilhei e ainda o faço.

Ignacio foi meu aluno e orientando no programa de doutorado em Ciências Humanas, entre 1995 e 1999, da UFMG, na ocasião recém-criado. Compartilhamos nessa qualidade, de enorme identidade quanto às abordagens teóricas e métodos na disciplina da Ciência Política, sobretudo em termos da importância de se privilegiar uma perspectiva histórica no âmbito da análise de cunho institucional, até então marcada por uma limitada visão racional instrumental. Além disso, vale o registro que muito me orgulhou, Ignacio foi o primeiro doutor a se formar naquele programa com uma tese realizada de maneira competente focalizando temas de nosso interesse comum, como foi a conexão entre a trajetória do empresariado e o curso da política social brasileira, no processo de modernização do país.

Mais adiante, Ignacio participou de uma rede de pesquisadores por mim coordenada, com um projeto para o IPEA sobre os BRICS, no qual procurávamos avaliar comparativamente diferentes dimensões de políticas públicas na trajetória de desenvolvimento dos países integrantes da sigla. A ênfase do projeto era a avaliação de capacidades estatais, tema de extrema relevância e atualidade, no que concerne, ainda hoje, aos dilemas de crescimento econômico enfrentados por diferentes países em vista das crises cíclicas que abalam o sistema capitalista internacional. Novamente, coube a Ignacio um estudo de enorme relevância focalizando dilemas de coordenação na política industrial, traçando trajetórias e horizontes nos casos da China, Índia e Brasil. Deve-se salientar que, embora o fruto desse trabalho coletivo tenha se materializado com a publicação de um volume intitulado "Capacidades Estatais em Países Emergentes" em 2016, o projeto foi formulado ao longo de vários anos, com a realização de seminários no contexto de um INCT sobre

PREFÁCIO

Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, nos quais Ignacio sempre participou com sua arguta inteligência crítica e espírito coletivo.

E em vista dessas qualidades, Ignacio integrou e, até o momento, ainda integra, o Comitê Gestor desse INCT, que se compõe de quatro linhas de pesquisa e representantes de importantes instituições de ensino e pesquisa como a UFJF, a UFRJ, a Unicamp a UFRRJ e o IESP, da UERJ. Novamente, é com muita satisfação e reconhecimento que posso, na qualidade de coordenador desta rede, contar com a contribuição e parceria de Ignacio.

Sempre tive como princípio, enquanto professor e pesquisador, que a formação é um aprendizado mútuo, que envolve uma interação crítica com aqueles e aquelas com os quais se trabalha. Devo confessar, nesse particular, que esse processo, no caso de Ignacio, foi e tem sido para mim de enorme relevância, e que culminou com minha participação em sua banca do Professor Titular, Classe E, da carreira do magistério superior nas universidades federais.

Some-se a isso, talvez uma dimensão que é a mais significativa, a identidade de princípios e valores, sobretudo no plano da ideologia e da política. Posso afirmar que tal identidade, no meu caso em relação a Ignacio, é um dos fatores que mais aproximam nossas trajetórias, sendo crucial para se enfrentar as adversidades como as da atual conjuntura no Brasil e em outros contextos, de rupturas da ordem democrática e adoção de projetos que colocam em risco direitos e ameaçam o papel do Estado, com uma visão canhestra fundada numa suposta hegemonia do mercado.

Com o presente registro, deixo aqui minha marca e meu agradecimento à amizade de Ignacio Godinho Delgado com saudações cariocas de um mineiro da Zona Metalúrgica à Mata Mineira, como ele sempre gostou de enfatizar.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017

Renato Boschi



02

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta publicação corresponde ao memorial para promoção a professor titular, Classe E da carreira do magistério, nos termos da Portaria 982/MEC, de 03/10/2013, das resoluções 05/2014 e 01/2014, respectivamente do Conselho Superior e do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi defendido em junho de 2015 e, nesta edição, conheceu pequenos ajustes na ordenação das seções, além do acréscimo desta apresentação, do pós-escrito e de algumas notas para indicar o desdobramento de certas situações descritas.

Agradeço aos colegas e amigos que me estimularam a publicá-lo e à Clio Edições Eletrônicas (ClioEdel), do Departamento de História da UFJF, pela oportunidade de fazê-lo. Agradeço também a Ana Célia Castro, Cláudia Viscardi, Renato Boschi e Vera Alice Cardoso por participarem da banca constituída para avaliação deste memorial, bem como por seus comentários.

Tomada a decisão de publicar, para proceder à editoração do texto, recorri a Carlos Eduardo Nunes, que realizou um excelente trabalho, como verão. Após muito insistir, prevaleceu, dele, a ideia de incluir ilustrações no texto, ao longo de suas diversas seções. Revelou-se, então, para minha surpresa, a exiguidade de registros visuais dos passos narrados no memorial. O fato é que, ao contrário da overdose contemporânea, na era digital, de fotos e imagens, eram escassos o hábito e a preocupação de efetuar registros desta natureza.

Por isso, além de buscar algumas coisas na desordem das lembranças pessoais (para o que contei com a ajuda e a paciência de Valéria, minha companheira), recorri a um sem número de pessoas de minhas relações nos diversos momentos da trajetória descrita, solicitei registros às instituições por onde passei e com as quais colaboro, contei com a ajuda de muitos. Recebi, então fotos, matérias de jornal, imagens variadas. Algumas aparecem no memorial.

Para certas passagens e eventos significativos, não foram localizadas fotos ou outras imagens. Assim, a opção escolhida foi utilizar poucas ilustrações por seção, com o fito, apenas, de registrar alguma coisa que

remetesse aos ambientes dos períodos considerados. Para este esforço, sou especialmente agradecido a Adilson Batista Monteiro, Adebiano Robert Rodrigues Pereira, Ana Carolina Vieira de Oliveira, Antônio Dornellas, Biel Rocha, Cristina Drummond, Edna Rodrigues, Gislene Lacerda, João Tavares, Leonardo Avritzer, Leticia Cordeiro Simões, Márcio Cândido, Márcio Guerra, Nina Mello, Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro, Ozana Bohnenberger, Paulo Barcala, Priscila Musquim Alcântara, Regina Salomão, Samara Vitral Marinho, Sérgio Vianna, Sônia Lais da Rocha Soares, Sônia Miranda e Zwinglio Mota Dias.

A promoção a professor titular envolveu também a apresentação de um Relatório de Atividades, entre 2006 e 2014, referente, no meu caso, aos oito anos do interstício considerados nas disposições que regem o processo de progressão na carreira do magistério superior, no âmbito federal e na UFJF. Não achei necessário reproduzi-lo aqui, pois o que registra, a seco, pode ser encontrado em bases de dados como o Lattes, ao passo que algumas atividades são comentadas no memorial. Mantive, apenas, destacado no anexo, a produção bibliográfica do interstício, com adição daquela realizada ao longo de minha trajetória, porquanto elucidativa do percurso intelectual percorrido.

Escrever o memorial proporcionou-me uma sensação ambígua, de “dever cumprido” e de consciência dos limites de minha trajetória de professor e pesquisador universitários. Por acanhamento de propósitos, miopia e, talvez, aversão a riscos, não fui plenamente atento a caminhos e procedimentos que favorecem a visibilidade e o debate de produtos acadêmicos. Não há virtude alguma nisso e o memorial é incapaz de substituir o que não foi efetivamente realizado.

Ainda assim, ele proporciona a oportunidade, a quem se interessar, para o contato (e eventual acesso e avaliação crítica) com trabalhos que publiquei. Nas referências incluídas ao final do texto estão presentes os links para o que se encontra disponível na internet.

Por fim, peço perdão antecipado pelos lapsos eventuais, de certo modo inevitáveis num registro da memória.



*Pórtico norte da Universidade
Federal de Juiz de Fora (MG)*

03

INTRODUÇÃO

O interesse político pode, naturalmente, incentivar wishful thinking e levar a pontos cegos na compreensão da realidade social. No entanto, o interesse político também pode criar um desejo muito forte de se conhecer, de se entender as condições sob as quais objetivos podem ser alcançados, quais são os principais obstáculos, quais objetivos devem ser considerados utópicos, quais compromissos irão se impor, quais serão as consequências da rotinização de um comprometimento apaixonado, e assim por diante.¹

Dietrich Rueschemeyer

¹ Political interest can, of course, encourage wishful thinking and lead to blind spots in perceiving social reality. Yet political interest can also create a very urge strong to know, to understand the conditions under one's aim can be realized, what the major obstacles are, which goals must be considered utopian, what compromises will likely impose themselves, what the consequences of the routinization of passionate commitment will be, and so on. Rueschemeyer (2003: 312)

INTRODUÇÃO

E escrever uma tese era o meu propósito inicial para preenchimento dos requisitos exigidos à promoção a Professor Titular. Pensava, então, em reunir os resultados dos projetos de pesquisa em que me envolvi nos últimos anos, relativos às políticas industriais e aos sistemas de saúde de diferentes países. Ocorre que parte de tais estudos já se encontra publicada, outros estão programados para vir à luz ainda em futuro próximo, reduzindo, por assim dizer, o ineditismo da tese apresentada. Todavia, a decisão por escrever o memorial não se prendeu apenas a considerações sobre a novidade envolvida na produção de uma tese. Animou-me a possibilidade de realizar um balanço de minha trajetória que incluísse o registro e reflexão sobre o encadeamento das etapas da produção intelectual desenvolvida ao longo dos anos, conectando-a, ademais, a outras dimensões da formação e atuação profissional, institucional e política.

Imaginei que, desse modo, poderia ir além de um exercício autocomplacente da memória e de um registro formal dos passos da vida acadêmica, favorecendo, ainda que com modestas pretensões, a identificação de dilemas que envolvem a trajetória de um professor universitário brasileiro radicado nas Ciências Humanas, cuja formação e atuação profissional desenvolveram-se em meio a grandes transformações da sociedade e da universidade brasileiras.

O ritmo intenso das transformações aludidas acima magnificou em muitas pessoas das gerações que vivenciaram a ditadura militar, a transição ao regime democrático e as disputas em torno do rumo que tomaria o país a partir de então, grande sensação de urgência da participação política, da necessidade de *viver para a política* (Weber, 1974a). Fui um dos que foram contaminados por esta sensação, que, sem dúvida, afetou de forma decisiva, no *contexto da descoberta*, as escolhas dos temas e mesmo das abordagens que guiaram minha produção acadêmica. Por seu turno, as exigências do exercício das atividades ligadas à *ciência como vocação*, no magistério e na pesquisa, impunham a preservação de limites razoáveis entre as escolhas políticas e a atuação profissional (Weber, 1974b). Por vezes tais limites foram assegurados com a modulação da intensidade, de forma algo pendular, da preferência pela atuação política e pela atividade profissional em diferentes momentos do tempo. No conjunto da trajetória percorrida, contudo, preservada a paixão, com diferentes intensidades ao longo dos anos, busquei garantir que a contaminação dos temas pelas preferências políticas não afetasse o rigor na atividade de pesquisa e no exercício do magistério. De todo modo, se as opções políticas determinaram primariamente os temas e objetos da pesquisa acadêmica, no fluir e nos humores dos tempos, esta influenciou e formatou as perspectivas políticas que emergiam.

Por esta razão, este memorial registra momentos significativos do desenvolvimento das opções políticas, detendo-se, contudo, precipuamente, no desenrolar e na reflexão sobre a atividade acadêmica. Informações pessoais sucintas são apresentadas na medida em que afetam escolhas intelectuais e políticas e para registrar o seguir da vida.

O texto que segue busca recuperar minha trajetória acadêmica na sequência cronológica do percurso, por vezes anunciando os desdobramentos futuros de cada passo, por vezes evocando seus antecedentes. Como todo exercício da memória pode incorrer aqui e ali em suas armadilhas, deixando que as percepções do presente distorçam aquelas que efetivamente existiram no passado. Tentei controlar esse risco buscando informações no que escrevia em cada

INTRODUÇÃO

momento apresentado, mesmo que apenas esforços ou trabalhos para disciplinas, no mestrado e no doutorado, que cursei já como professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Nos momentos em que minha atuação se desconectou da escrita, busquei informações em documentos diversos, mas tive que contar mais fortemente com a própria memória, e, quando foi possível, procurei salientar o que é minha perspectiva presente em contraste com as ações pretéritas. Nomeei diversos autores que exerceram influência sobre mim, deixei de nomear outros também importantes, mas que não tiveram, por assim dizer, papel central nos giros verificados em minha visão de mundo e prática acadêmica. Referências a obras específicas, contudo, só aparecem em citações, ou quando elas estiveram conectadas diretamente às formulações que ia desenvolvendo ao longo do tempo e que, neste exercício da memória, pareceram-me decisivas.

Além desta Introdução, das Referências e do Anexo, o memorial está estruturado em mais oito seções, de extensão diversa, definidas por alguns elementos significativos dos períodos que cobrem.² Seus títulos remetem às atividades e às inclinações que ganharam centralidade em cada momento considerado. São eles: Formação na militância; Empresariado e Estado em Minas Gerais; Entre dois impulsos; Empresariado e política social; Comunidade Acadêmica; Cenários da diversidade; Ao longo e no centro do percurso e Balanço e Perspectivas.

² Aqui, para a publicação foi efetuada uma alteração, ao ser destacado o item "Ao longo e no centro do percurso", originariamente dentro de "Cenários da Diversidade", como uma seção específica. Além disso, como apontado, foi incluído também um pos-escrito. Com isso e o Prefácio e a Apresentação, a ordem da seções foi alterada em relação ao texto original.



*Campanha do PT em 1982,
Comício de Santa Luzia.*

04

FORMAÇÃO NA **MILITÂNCIA**

Nasci em Lima Duarte, em 1958, numa família católica de muitos irmãos. Os temas e símbolos religiosos, o estímulo à busca do conhecimento e o contato com as artes, em especial a música e a literatura, foram parte integrante da formação dispensada por meus pais a seus onze filhos. Maurício de Paula Delgado foi dentista e advogado e teve ligeira passagem pela atividade política, em sentido estrito, como candidato a prefeito de Lima Duarte. Em 1960, tornou-se juiz e, em 1984, desembargador, sem nunca deixar de ser uma presença central no cotidiano familiar. Minha mãe, Maria do Carmo Godinho Delgado, esteve mais diretamente à frente da gestão da comunidade doméstica, foi professora de francês em algumas cidades em que moramos, além de uma incansável participante de atividades pastorais e minuciosa condutora de ações comunitárias em favor das pessoas pobres. A fé católica para meus pais sempre teve um sentido muito prático.

A convivência com os pais legou-me, e a meus irmãos, uma mirada solidária com a condição da pobreza e da desigualdade, o que sempre fomentou um ambiente de grande debate no seio da família - e com os muitos amigos que nos frequentavam -, decisivo para conduzir a maioria dos filhos de Maurício e Maria do Carmo, sem a chancela dos dois, no momento próprio de cada um de nós, ao alinhamento com ideias e posições políticas de esquerda. Ao lado desse alinhamento ocorreram escassas incursões no território das artes, em especial a literatura.

No meu caso, apesar da satisfação e do aprendizado que geraram a participação em grupos constituídos para ouvir música, ler e arriscar poesias e contos, além de colaborar nas atividades do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), a par do talento rarefeito, as incursões no universo das artes ensejaram disposições e atitudes tendencialmente autodestrutivas. Assim, a partir dos 16 anos, em 1974, defini que a atividade política passaria a ser o centro de minha vida.



É o que determinou abandonar o propósito de cursar Letras, que entendia excessivamente diletante, para escolher como opção para o ensino superior o estudo de História – *a única ciência que conhecemos*, como certa feita Marx e Engels (s.d. [a]) cogitaram – na expectativa de embarcar naquele “carro alegre, cheio de gente contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue”, descrito na canção de Chico Buarque e Pablo Milanes (Max e Engels, s.d.: 18; Milanes e Buarque, 1973).

Ingressei no Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1977. Na universidade brasileira, as atividades de pesquisa e pós-graduação estavam ainda concentradas em poucos centros e, em Juiz de Fora, a virtual ausência dessas dimensões da vida universitária era encoberta com a percepção disseminada de que a UFJF estaria vocacionada exclusivamente para a formação profissional, dada a grande proximidade com o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, o que reduziria suas possibilidades competitivas. De todo modo, seja pela extensão de seu conhecimento e brilho de suas aulas, seja pela capacidade de liderança, no curso de História conheci professores

marcantes, que tiveram influência direta sobre mim, como Maria José Féres, José Eustáquio Romão, José Francisco Simões, Vera Mello Reis, Silvia Belfort Vilella, de Andrade, Márcio Antônio de Oliveira, Sônia Marcato, Afonso Hargreaves Botti. Vale registrar, ainda, a importância de professores como Almir de Oliveira, Helion Gonçalves, Ivan Cavalieri, Celina Viegas e Maria José Vieira, que estiveram presentes na construção institucional do curso de História, a partir da incorporação da antiga Faculdade de Filosofia e Letras (FAFILE) à UFJF, em 1968, processo que determinou a criação do Instituto de Ciências Humanas e de Letras (ICHL).

Na graduação entrei em contato com a obra de Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, José Honório Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Edgard Carone, Henri Pirenne, Fustel de Coulanges, Maurice Dobb, Paul Sweezy, Lucien Goldman, para registrar apenas alguns mais destacados na memória. Fiz meu curso de graduação com zelo, mas meu interesse maior estava nas atividades do movimento estudantil, que ressurgia com força na cena brasileira, após a reação dos estudantes da USP ao *Pacote de Abril*, de 1977.

Logo que entrei na universidade fui incluído na direção do antigo Diretório Acadêmico do ICHL, na órbita do PCB, dada a convivência anterior à graduação com pessoas ligadas ao partido, ainda nos ambientes do universo artístico que participara. O impulso nacional do movimento estudantil, contudo, e as reticências com que o PCB acolhia a disposição do DA do ICHL de intensificar a mobilização dos estudantes em Juiz de Fora, levaram-me à aproximação com um núcleo trotskista de Belo Horizonte,



DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

que pouco depois, em articulação com grupos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, participaria da criação da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS). Em torno desse núcleo gravitavam, conforme denominação comum à época, as *tendências estudantis Centelha*, em Belo Horizonte, e *Estratégia*, em Juiz de Fora.

Foram tempos de intensa atividade política, no movimento estudantil e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), desenvolvida com o rigorismo moralista que se imputava aos comunistas, além de leituras intermináveis de e sobre Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci, algum Lukacs, Mandel, associadas ao contato com a obra de Francisco de Oliveira e da sociologia da USP, especialmente Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Octávio Ianni, que conformaram em mim uma visão da trajetória



Capa da carta programa da chapa Novação com desenhos do cartunista Aroeira (1979)

brasileira modulada pelas noções de desenvolvimento desigual e combinado e dependência, a partir das quais se forjava um juízo severo sobre o então chamado populismo, o nacionalismo varguista, as formulações do PCB e de outras tendências políticas vinculadas ao veio principal do movimento comunista. Nesta oportunidade, nasceu o interesse pelo estudo do papel da burguesia brasileira no desenvolvimento do capitalismo no país, o que ensejou a produção de alguns textos que encaminhava para o debate interno da organização e utilizava em atividades de formação no movimento estudantil. Todavia, tal papel era abordado sem qualquer pesquisa sobre a atuação efetiva do empresariado, mas sim a partir de ilações derivadas

das formulações de Trotsky (1977) e da teoria da dependência, tanto nas versões de Gunder Frank e Marini, que acentuavam as limitações à continuidade da acumulação capitalista na América Latina (não os li diretamente à época, mas suas ideias apareciam de forma constante nos documentos e debates da organização em que participava), quanto nas formulações de Fernandes (1975a e 1975b) e Cardoso e Falleto (1979), estas enfatizando a possibilidade de êxito do capitalismo dependente através da associação com o capital estrangeiro, embora com inclinações autoritárias e concentracionistas. Ambas salientavam o caráter subordinado e a distância do empresariado brasileiro e latino-americano de disposições nacionalistas e democráticas.

Licenciei-me em História em 1980, dei continuidade às atividades de professor de cursos pré-universitários, que iniciara ao final da graduação, e fui contratado, ainda, por duas pequenas escolas, uma delas da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC). Concentrei minha atividade política no PT, apoiando a organização de oposições sindicais e participando das disputas internas do partido. Em 1982, casei-me com Maria de Fátima Ramos de Castro, companheira de movimento estudantil e da DS, e fui morar em Benfica, um bairro distante do centro de Juiz de Fora, com grande concentração operária, com o propósito de recrutar quadros e estimular a organização do PT na Zona Norte de Juiz de Fora. Fui até candidato a vereador, neste mesmo ano.

Não tinha em mente a carreira acadêmica e, intelectualmente, achava que a *literatura revolucionária* me bastava para ter um conhecimento adequado da realidade. Todavia, o anúncio de um concurso para professor no Departamento de História da UFJF despertou-me para a importância, naquele momento, de dispor de rendimentos mais estáveis, não obstante a opção pela vida revolucionária. Fiz o concurso e, aprovado, tornei-me professor da UFJF em 16 de agosto de 1982.

Professores recém-ingressos são mais susceptíveis às exigências e imposições de polivalência e lecionei diferentes disciplinas nos cursos de História, Ciências Sociais e Geografia, no ICHL, e nas faculdades de Economia e Serviço Social ao longo da década de 1980.

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

O centro de minha atividade no magistério, contudo, era a História Econômica Geral e do Brasil. Nos cursos que conduzi, pontificaram os debates sobre temas como o estatuto do conceito de modo de produção, a trajetória da economia ocidental, a transição do feudalismo ao capitalismo, as controvérsias sobre a existência de feudalismo no Brasil, o escravismo colonial, os dilemas da industrialização brasileira. Compartilhei, então, com os (as) alunos (as) autores como Marx, Dobb, Sweezy, Witold Kula, Moses Finley, Perry Anderson, Eric Hobsbawn, Paul Baran, Maurice Godelier, Etienne Balibar, Jacob Gorender, Ciro Cardoso, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Antônio Barros de Castro, Caio Prado Jr, Wilson Cano, José de Souza Martins, Warren Dean, mais uma vez para destacar aqueles que já estavam ou iam ingressando com centralidade em meu processo de formação intelectual.



Manifestação no Calçadão da Rua Halfed por Eleições Diretas para Reitor em 28/11/1984.

Simultaneamente, envolvi-me com intensidade no movimento docente que emergia na década de 1980, participando de comandos de greve e das ações em favor da eleição direta para reitor. Neste caso, ainda inspirado em formulações de Ernest Mandel (1979), escrevi documentos

em favor do *voto paritário* de professores, estudantes e funcionários, que, a partir de 1988, passaria a prevalecer nas consultas conduzidas pelas entidades representativas desses segmentos. Seus resultados eram, então, acolhidos pelo Conselho Universitário, que compunha a lista de nomes enviada ao MEC, assegurando-se, em arranjos tácitos, que o nome mais votado nas eleições diretas fosse entronizado na condição de reitor (a). Ironicamente, em 2006 seria candidato a reitor da UFJF, sendo derrotado exatamente em virtude da forma de apuração dos votos segundo o critério da paridade entre os segmentos universitários.



Manifestação na UFJF por Eleições Diretas para Reitor em 29/11/1984.

Em 1983 nascia Cecília, filha de meu casamento com Fátima.

A partir de 1985 meu envolvimento com o movimento docente arrefeceu, tornando-se cada vez mais esporádico, e reduziu-se minha atuação política partidária. Alguma instabilidade psicológica associada a eventos que ocorriam em minha vida e um crescente pessimismo em relação à eficácia das longas greves no serviço público, que já se reeditavam quase anualmente, refeedaram minha disposição de conferir à atuação sindical na universidade alguma centralidade nas escolhas

de cursos de vida que vislumbrava. Ao mesmo tempo, perdia o ânimo para as intermináveis e duras disputas intrapartidárias. Era hora de dedicar-me de modo mais organizado à formação acadêmica, até então conduzida de forma totalmente improvisada.

Entre 1983 e 1985 fui aluno do Curso de Especialização em História do Brasil, oferecido pela PUC-MG nos meses de julho e janeiro, onde tive contato com grandes professores, como Fernando Novais, Carla Anastasia, Heloisa Starling, Dea Ribeiro Fenelon, Gilberto Guerzoni. Desta experiência resultaria, dentre os diversos textos produzidos para as disciplinas que cursara, em parceria com Beatriz Helena Domingues, o artigo, de 1985, *A Economia do Ouro em Minas Gerais* (ver anexo).

Era minha primeira publicação acadêmica, em revista do Centro de Pesquisas Sociais (CPS), que acolhia e estimulava as poucas iniciativas de pesquisa nas Ciências Humanas na UFJF, impulsionado pela dedicação do Professor Carlos Alberto Hargreaves Botti, o Tuim, do Departamento de Ciências Sociais. O texto era um apanhado dos debates sobre a suposta democratização da sociedade mineira e sobre a crise (e seus desdobramentos) da atividade mineradora no século XVIII, combinado a um esforço de identificar a potencialidade do mercado interno na região, a partir de informações da literatura sobre o volume de ouro enviado a Portugal e o retido em Minas Gerais no período.



Meu interesse, contudo, era estudar o papel do empresariado brasileiro no processo de desenvolvimento do país. Não me satisfazia mais reconhecer o lugar subordinado e o desapego da burguesia brasileira de propósitos nacionalistas e democráticos, que derivavam das formulações trotskistas sobre a *revolução permanente* e dos estudos associados à *teoria da dependência*, que já me pareciam tão esquemáticas quanto suas antípodas, isto é, as formulações do PCB sobre a revolução nacional e democrática no Brasil. Por isso, depois de girar em círculos em tentativas de ensaios para debater essa literatura, defini que deveria debruçar-me sobre ação empresarial efetiva, real, numa investigação empírica sobre sua atuação.

Não me sentia, neste momento, confortado com as tendências que ganhavam proeminência no campo da História enquanto disciplina. No âmbito do que ficou conhecido como a *crise dos paradigmas*, que atingia formulações abrangentes como o marxismo e o estrutural-funcionalismo, ganhava destaque o propósito de se construir uma *Nova História*, com a enunciação de *novos problemas, novos objetos, novas abordagens*, tendo em mira superar o peso da História Econômica e Social e da noção de estrutura, predominantes na chamada segunda geração da *Escola dos Annales*, da França, de onde partiam as principais influências dos historiadores brasileiros (Le Goff & Nora, 1988 “a”, “b” e “c”).

Particularmente, não tinha qualquer objeção a tal esforço, embora não me entusiasmasse, pois buscava elementos teóricos que me permitissem estudar, a rigor, um *velho objeto*, a burguesia, o empresariado brasileiro, como ator político. Por isso, em 1985, pareceu-me oportuno cursar o mestrado em Ciência Política. A UFMG era o meu destino manifesto, por razões afetivas, pois em Belo Horizonte moravam meus pais e alguns irmãos, além de acadêmicas, uma vez que resolvi focar meu esforço de pesquisa no empresariado industrial mineiro e estaria próximo do Arquivo Público Mineiro e da FIEMG.



*Antigo prédio da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas
da UFMG (Fafich)*

EMPRESARIADO E ESTADO

EM MINAS GERAIS

05

Na década de 1980 o tempo de duração dos cursos de mestrado ainda era de quatro anos, o que favorecia certa diversificação nos interesses intelectuais, sem a pressão que hoje se impõe aos estudantes, obrigados a produzir uma dissertação em dois anos. Assim, embora tivesse recebido licença integral para dedicar-me ao mestrado apenas no último período do curso, já em 1989, pude usufruir de forma extremamente positiva do ambiente do Departamento de Ciência Política da FAFICH, na UFMG. Revisitei e entrei em contato com clássicos da teoria política que só tangenciara na graduação; mergulhei no estudo de temas decisivos à compreensão da trajetória política brasileira, como o patrimonialismo, o coronelismo, o corporativismo e o autoritarismo; fui apresentado e li autores centrais na ciência política, alguns dos quais jamais cogitara me acerrar.

Tive a satisfação de conhecer, também, professores brilhantes, como Malory Pompermayer, meu orientador, que me delineou, por assim dizer, um roteiro básico das leituras indispensáveis à compreensão da política brasileira; Vera Alice Cardoso da Silva, que me apresentou à análise política comparada e chamou minha atenção para as características da dinâmica regional na política mineira; Fábio Wanderley Reis, com quem tive o primeiro contato com a *teoria da escolha racional*, além de acompanhar seu monumental esforço de síntese, a reunir elementos de tal abordagem a formulações como as de Habermas e Hannah Arendt;

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

Fernando Mitre, com quem fiz as primeiras incursões num território então inexplorado, o pensamento político latino-americano; Otávio Dulci, com seu notável conhecimento sobre o Brasil, Minas Gerais e o empresariado, mestre e interlocutor. Aprendi também nos cursos de Mônica Matta Machado, Aureliano de Andrade e Fernando Massote.



Ambiente da Fafich na Rua Carangola na década de 1980.

Junto aos colegas de curso, nos trabalhos produzidos para as disciplinas, no acompanhamento algo fragmentado do debate marxista e em eventos para os quais era convidado na UFJF, na maior parte das vezes promovidos por entidades estudantis, passei a evidenciar, também, metamorfoses significativas nas percepções e posições políticas que defendia desde a década de 1970. O socialismo ainda era percebido como horizonte possível e desejável, para caminhar na “emancipação humana” do “reino da necessidade”, mas fórmulas como “governo dos produtores associados” (para não falar na “ditadura do proletariado”) não tinham mais como dar conta dos dilemas da democracia no tempo presente.

O acompanhamento dos debates no âmbito do marxismo, especialmente os provocados pelos trabalhos de Bobbio sobre a relação entre democracia e socialismo (Bobbio, et al, 1982; Bobbio, et al, 1979) conduziam-me a aspirar que, de algum modo, a *ruptura revolucionária* resultasse da *ampliação contínua* da democracia representativa, combinada a procedimentos de democracia direta, que prefiguraria, também, a forma política da futura sociedade socialista.

Por outro lado, entendia que a referência aos trabalhadores, como força social e ator político central no combate às desigualdades geradas na economia capitalista, permanecia decisiva para a esquerda (ainda que seu peso na estrutura social estivesse se reduzindo e sua composição se revelasse cada vez mais heterogênea), mas a noção de *consciência de classe*, de inescapável inclinação teleológica e autoritária, deveria ceder lugar ao reconhecimento de *identidades* radicadas na classe, estas sim fundamentais para impulsionar sua ação. Tal entendimento, derivado de inferências que fazia da leitura de autores diversos como Thompson (1977) e Offe e Wiesenthal (1984), me afastou da pretensão de participar da construção de um *partido revolucionário marxista-leninista*. Bastava um *partido dos trabalhadores*, que pudesse conferir identidade política aos que estavam situados no mundo do trabalho na ordem capitalista.

Fora isso, embora de forma cada vez menos intensa, dada a distância da atividade política stricto sensu, ainda achava importante afirmar meu alinhamento com o marxismo, que permanecia, para mim, a *filosofia insuperável de nosso tempo*, (conforme a célebre fórmula de Sartre), expressão do que entendia ser um período histórico marcado pela passagem do capitalismo ao socialismo. Era importante, também, a meu ver, como um critério de demarcação no campo da esquerda, num momento em que ganhavam proeminência formulações como o *autonomismo* que, assentado numa crítica dura dos elementos mecanicistas das formulações de Marx, parecia-me reeditar problemas que a esses se associavam, por sugerir a imagem de uma classe, um contingente definido pela posição ocupada no processo de produção, a construir sua identidade política de forma espontânea, numa direção necessariamente classista, sem a mediação de organizações (Castoriadis, 1982, 1985).

Assinalar que a humanidade reconhece os problemas com os quais se defronta na *ideologia*, como assinala Marx (1973) no famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, no âmbito dos conflitos entre o capital e o trabalho, em meu entendimento, significava dizer, como assinalou certa feita Przeworski (1989), que o central não é a luta de classes, mas a *luta sobre as classes*, a disputa identitária que, assim o entendia, só é possível no embate pluralista de ideias, no qual o partido, como canalizador e dirigente, aparece como componente fundamental.

Ademais, achava possível dissociar as formulações de Marx e a tradição marxista dos elementos mecanicistas e teleológicos que, em diversos casos, a contaminavam, para reter, então, o que delas me parecia fundamental: a *crítica da economia política* (não obstante as controvérsias sobre a lei do valor), a odisseia da mercadoria em *O Capital*, para o desvendamento dos mecanismos geradores da desigualdade no capitalismo; e a *dialética entre as condições materiais da existência e a ação dos sujeitos coletivos*, para identificação dos limites e possibilidades da ação dentro de circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado. Não me afastaria de tais convicções, embora anos mais tarde deixasse de conferir importância à enunciação de uma filiação marxista, conquanto também não a recusasse.

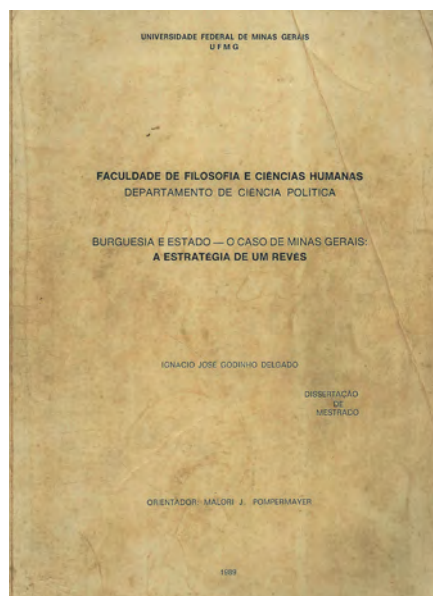
A Estratégia de um Revés

Em 1989 defendi minha dissertação de mestrado, *Burguesia e Estado – o caso de Minas Gerais: a estratégia de um revés*. A trajetória de Minas Gerais era, de certa forma, exemplar, para o entendimento da prática de classe da burguesia brasileira, uma vez que o estado se apresentava como o alfa e o ômega do processo de industrialização no país: no ponto de partida, dispersão e descentralização das atividades produtivas; no ponto de chegada, “Minas se converteu numa caricatura do capitalismo brasileiro atual: moderno, selvagem, público e estrangeiro” (Campolina Diniz, 1981:21).

Importava compreender exatamente o que ocorrera pelo caminho. Os estudos sobre o empresariado no Brasil, desde o naufrágio das formulações que o concebiam como portador de um projeto revolucionário nacional e democrático, ficaram confinados entre duas percepções de grande peso nas Ciências Sociais brasileiras. De um lado a afirmação do papel dirigente do Estado nos processos de conservação e mudança social, conectado à identificação de uma herança patrimonialista associada à colonização lusa (Faoro, 1958; Schwartzman, 1982); de outro, a afirmação da debilidade congênita da burguesia (mas, também, de outros atores), para a ação concertada, por força de um processo de industrialização que segmentava o mercado, incorporava o capital estrangeiro em meio à própria constituição da indústria nacional e engendrava contínua erosão das camadas empresariais (Cardoso, 1972; Martins, 1968 e 1976).

Em Minas Gerais estas duas formulações se integravam na identificação da *tecnocracia mineira* como agente quase exclusivo da condução da industrialização no estado (Andrade, 1980; Campolina Diniz, 1981).

Alternativamente, busquei guiar-me pela refundação que Eli Diniz e Renato Boschi (Diniz, 1978; Boschi, 1979; Diniz e Boschi, 1978) estabeleceram nos estudos sobre o empresariado, destacando que, a) não obstante a substituição recorrente de grupos empresariais, a industrialização brasileira gerava uma *elite empresarial*, radicada na grande empresa, que, com frequência, definia os objetivos do conjunto do empresariado; b) a ação empresarial deveria ser buscada nas entidades e nos canais de intermediação entre Estado e empresariado, não deduzida exclusivamente de determinações estruturais; c) o projeto empresarial é o que se definia em sua prática, e na interação



com outros atores, incorrendo no vício do “raciocínio analógico”, conforme uma expressão de Luciano Martins, tanto os que lhe atribuíam um “papel” dirigente, quanto os que, por não identificarem tal papel, recusavam qualquer relevância à ação empresarial.

Em relação à tecnocracia mineira, apesar de admitir o papel significativo dos grupos formados na Escola de Minas de Ouro Preto e na Faculdade de Economia da UFMG, que ocuparam posições de relevo na administração estadual, salientava que seu poder, bem como as percepções e projetos que desenvolviam em seu destino social, associavam-se menos ao saber e mais diretamente aos lugares que ocupavam na estrutura econômica e em agências do Estado, espaços que definiam sua coesão específica, razão pela qual deveriam ser analisados à luz da noção de tecnoburocracia. Tal proposição era sustentada com ligeiro apanhado da trajetória de personagens significativos, como Américo René Gianetti e Amaro Lanari Jr, ex-alunos de Ouro Preto que, nas décadas de 1940 e 1950, ocuparam posições de destaque no universo empresarial e na administração pública.

Debrucei-me sobre documentos da FIEMG e da ACM, além de jornais, anuários e dados de censo, buscando identificar o peso da indústria em seus diversos segmentos e as percepções, objetivos e instrumentos de ação política do empresariado mineiro, nos governos estaduais de Milton Campos e Juscelino Kubitschek, entre 1946 e 1955, cruciais na determinação do perfil da industrialização mineira apontado acima por Campolina Diniz. Tal investigação evidenciou que o empresariado do estado, sob liderança do setor “minério-metalúrgico”, apostou num processo de desenvolvimento concentrado na região central de Minas e impulsionado pela siderurgia. Mais ainda, revelou que a “imagem do atraso” de Minas Gerais (e também, de sua “espoliação”, desde o século XVIII), aparecia como elemento central do discurso empresarial, qualificando sua compreensão relativa ao papel do Estado, do capital estrangeiro e das demandas redistributivas dos trabalhadores. Por fim, salientou a dimensão contraditória de tal discurso, que favorecia a acentuação dos papeis do Estado e do capital

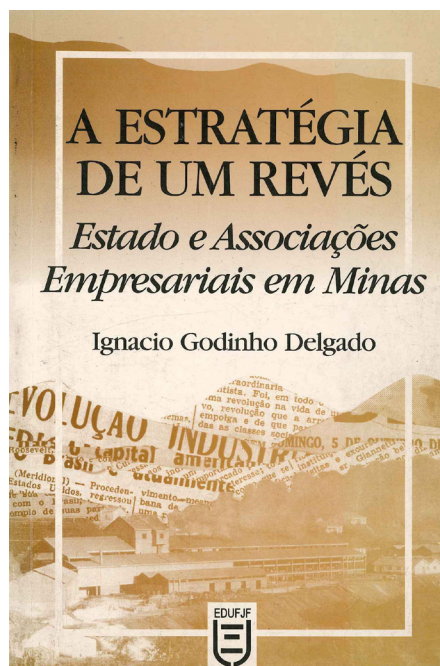
estrangeiro, o que, de certa forma, empurrava o empresariado estadual para segmentos menos expressivos da estrutura produtiva, aparecendo, pois, como uma estratégia que preparava seu próprio revés.

Simbólica e praticamente, a trajetória de Américo Gianetti era uma expressão nítida deste revés. Grande liderança do setor desde a década de 1930, empresário ligado a múltiplas atividades, secretário do governo Milton Campos, prefeito de Belo Horizonte, Gianetti ergueu, mas não conseguiu manter, a indústria de alumínio que fundou em Ouro Preto, adquirida por um grupo canadense. Mais tarde, no governo Juscelino Kubitschek, o grupo pioneiro na fundação da FIEMG, originalmente ligado a Gianetti, seria substituído por uma articulação de pequenos sindicatos, a partir da influência direta do governador, ensejando o predomínio do que denominamos “peleguismo dourado”, expressão cunhada por Roberto Gusmão, favorecido pelo voto unitário na estrutura de renovação dos dirigentes no âmbito das entidades corporativas.

O caso de Minas Gerais era apresentado como expressão particular de uma prática de classe associada à presença do capitalismo retardatário e dependente no Brasil, tematizada na primeira parte da dissertação, que ainda fazia um balanço da compreensão marxista sobre as revoluções burguesas e sobre a noção de Estado burguês, além de abordar as formas com as quais se exercia a influência burguesa sobre a ação do Estado. Assinalava-se, então que, em meados do século XX, o peso ainda reduzido da indústria na estrutura produtiva mitigava a capacidade do empresariado de influenciar o Estado através dos mecanismos do poder indireto e do jogo pluralista de influências. Por seu turno, o processo de formação do capitalismo e do Estado Burguês no Brasil (Saes, 1985) não conduzia a burguesia a disposições de ruptura com os setores agrários, nem tampouco a esforços para alterações de vulto na estrutura política, que, desde 1889, já acolhia “a emergência da burguesia industrial com um tipo de Estado por definição adequado à sua natureza de classe” (Vianna, 1976: 66). Assim, o empresariado se concentrou na busca de posições em canais corporativos abertos pelo

Estado, sem deixar de manter ativos organismos privados, que pudessem ser utilizados para a defesa de posições eventualmente ameaçadas, quando a ação dos governos ultrapassava limites aceitáveis em áreas como a tributação ou a política social, casos em que o discurso liberal era acionado como *reserva ideológica* diante do Estado.

A interpretação sobre a prática de classe do empresariado brasileiro, presente em *A Estratégia de um Revés*, foi sustentada fundamentalmente com textos de Marx e Engels que levavam em conta a presença da burguesia em processos de revolução pelo alto (Marx, s.d. [b]; Engels, s.d. [a,b,c]), além de diversos autores da tradição marxista, destacadamente Poulantzas (1977, 1985), Offe (1984) e Gramsci (1978a), e outros que, por assim dizer, dispõem de sintonia com esta tradição, como Barrington Moore Junior (1975). No debate sobre a tecnocracia mineira vali-me de Carlos Estevam Martins (1974) e de considerações de Gofman (1973) sobre as instituições totais. Passei, ainda, por teóricos do desenvolvimento capitalista brasileiro, como Francisco de Oliveira (1981) e João Manuel Cardoso de Mello (1984). Recorri, também, a estudos sobre Minas Gerais, em especial os de John Wirth (1982) e Clélio Campolina Diniz, e, naturalmente, a trabalhos sobre o empresariado, notadamente os de Boschi e Diniz, que, pioneiramente, realçaram a importância dos canais de intermediação Estado/empresariado e das entidades empresariais para avaliar a ação política da burguesia brasileira.



Em perspectiva, talvez melhor resultado fosse obtido com a incorporação de outras influências, mas naquele momento o trabalho atendeu minhas expectativas de compreender a ação de classe da burguesia brasileira, a partir de uma reflexão teórica marxista e de uma investigação empírica associada ao ofício do historiador. Dele resultaram dois artigos em 1995 e 1996 e um livro, *A Estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*, este último publicado oito anos após a escrita da dissertação (ver anexo). Malory Pompermayer sugeriu, certa feita, que o estudo tinha a virtude de produzir uma explicação para o tipo de ação de classe que fora identificada por Boschi e Diniz.

No prefácio do livro, Otávio Dulci assinalou que “é bastante grande o volume de informações colhido por Ignacio Delgado, mas em nenhum momento ele se perde pelo excesso. Ao contrário, tudo se encaixa num quadro analítico muito bem construído” (1997, p 13). A repercussão do trabalho, contudo, foi pequena.



*Comício no Bairro São Pedro
em Juiz de Fora. Campanha
presidencial de 1989.*

ENTRE DOIS

IMPULSOS

06

Com o encerramento do curso de mestrado, o pêndulo de minhas escolhas se inclinou mais uma vez, fortemente, para a atividade política, desta vez com o espírito menos rígido, mais tolerante com as questões do modo de vida. Desde o final de 1988, encaminhada a escrita da dissertação, já me envolvera nas eleições para reitor da UFJF, apoiando as candidaturas de Carlos Alberto Crivellari e André Pires, sustentada por um número pequeno de professores que participavam do movimento docente, mas não em seu núcleo dirigente. Não participara das articulações para o lançamento dessa chapa, nem tampouco a estimulara, envolvendo-me na campanha eleitoral apenas após sua deflagração. Por defender o que foi chamado de *voto universal* para as eleições à reitoria, ela atraiu uma grande parcela dos estudantes. Na época eu defendia o *voto paritário*, mas apoiei a chapa pela insatisfação com um acordo firmado em 1986, a partir do qual lideranças expressivas do movimento docente ingressaram na administração do Professor Sebastião Marsicano, que compôs a lista sêxtupla enviada pelo Conselho Superior ao MEC, em 1984, à revelia do resultado da consulta aos três segmentos universitários, efetuada conjuntamente pelas entidades representativas de professores, estudantes e funcionários, na qual Margarida Salomão se saiu vitoriosa.

A UFJF presenciou intensas mobilizações para tentar garantir o resultado da consulta, mas prevaleceu a posição do Conselho Superior e a indicação do MEC.

Retrospectivamente, creio que hoje trabalharia para evitar a divisão entre as chapas de Crivellari e Zezé Féres, do Departamento de História, importante liderança nacional do movimento docente. A derrota de ambas, em 1988, num processo eleitoral em que não existiam dois turnos, adiou transformações importantes a serem processadas na universidade. Hoje, parece-me que a minha atitude em 1988 ecoava a postura rígida, típica do petismo em seu nascedouro, a exemplo da indisposição de apoiar Tancredo Neves no colégio eleitoral, em 1985, de certa forma, também um excesso, ao mirar esse evento com olhos de retinas bem mais fatigadas, quarenta anos depois. Com estes mesmos olhos, também não aprovaria a recusa do PT em assinar a Constituição de 1988, um marco na trajetória de afirmação dos direitos da cidadania no Brasil, rechaçada principalmente por críticas ao processo e ao ambiente em que foi convocada, mais do que por seus resultados.

Até 1992 mergulhei na atividade política *stricto sensu*, apoiando a candidatura de Chico Oliveira a vereador, em 1988; integrando a coordenação da campanha de Lula em Juiz de Fora, em 1989; participando de funções de direção partidária e de atividades de formação política. Cogitei, até, candidatar-me a deputado estadual, em 1990. Parecia-me viver o momento culminante de uma trajetória e a abertura de uma promissora janela de oportunidade. A transição democrática brasileira, apesar de caracterizada como uma transição com transação, veio acompanhada, desde 1977, de intensas mobilizações sociais, reunindo multidões pouco vistas no planeta, com um sentido que parecia diverso do que ocorria no mundo. Estudantes, professores e funcionários reivindicando salários, verbas e democracia nas universidades públicas; trabalhadores assalariados correndo atrás da inflação e afirmando sua identidade na cena nacional através de organizações sindicais e políticas; movimentos comunitários aprendendo e ensinando a arte da associação; grupos religiosos, trabalhadores rurais. Por todo o canto o Brasil se

movia, isso sem nomear a campanha das Diretas Já e os debates em torno do Congresso Constituinte. Após o fracasso do Plano Cruzado em 1986 e dos resultados expressivos do PT nas eleições municipais de 1988, as eleições diretas para presidente em 1989 pareciam um momento singular para a afirmação da identidade partidária, enraizada nos trabalhadores, que vinha sendo construída desde o final da década anterior. Foi muito mais.... Por um triz o PT não venceu as eleições, minoritário no parlamento e sem um projeto claro de como enfrentar o que era quase consensualmente entendido como a crise do desenvolvimentismo. Para mim, parecia estar inaugurado o ciclo de transformações que aspirara desde a juventude.

O impulso que conduzira a 1989 resistiria até o impedimento de Collor, em 1992, sem que gerasse o projeto ausente três anos antes. Tal como ocorreria à frente, com o próprio PT no governo, o discurso anticorrupção, sem consideração de suas raízes institucionais, utilizado diversas vezes pelo partido para distinguir-se de outras forças políticas, favorecia o aparecimento de percepções dicotômicas que dificultavam o debate aprofundado dos caminhos para o país, em um momento em que a opção neoliberal reunia um conjunto simples de fórmulas perfeitamente inteligíveis, que pareciam, a muitos, configurar uma alternativa viável para o Brasil. Em meio a isso, a hiperinflação. O sucesso do Plano Real desnorteou a todos no PT e evidenciou os limites de seu enraizamento popular naqueles segmentos que não podiam contar com mecanismos para se defender da inflação, seja através de contas remuneradas, seja através da luta sindical. Nada era para já. Tudo estava adiado. Em Juiz de Fora, o impulso acima aludido perdeu-se nas disputas fratricidas que, em 1992, impediram, mais uma vez, a construção de uma alternativa viável para o poder municipal. Peguei, então, o meu boné e passei a concentrar-me na vida universitária.

Em 1993 casei-me com Valéria Lobo, minha companheira desde as campanhas políticas do final de 1988, acolhendo Pedro, filho de seu primeiro casamento, na mesma relação de carinho e afeto paternos que já envolvia Cecília.

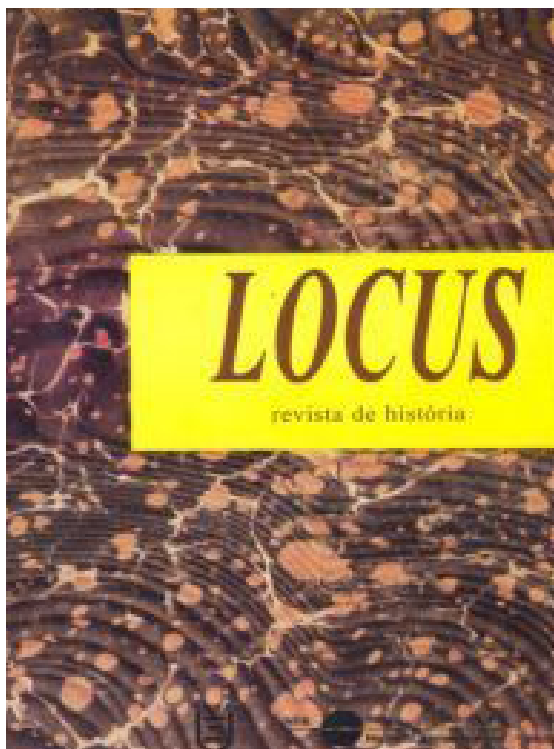
Um ciclo de grandes transformações seria aberto, sim, no Curso de História da UFJF e na própria instituição como um todo. Por iniciativa dos professores Luiz Antônio do Valle Arantes, que fora meu colega e aluno na graduação, e Galba Ribeiro de Mambro, criou-se, em 1992, o Arquivo Histórico da UFJF, que pavimentaria o giro para a pesquisa vivido pelo curso. De fato, desde o final da década de 1970 um esforço para reunir e preservar documentos para a pesquisa histórica processava-se no Curso de História, num primeiro momento, liderado pelo Professor Romão, com a organização do acervo de Odilon Braga, Ministro da Agricultura de Vargas no período constitucional de 1934 a 1937. Na década de 1980, Galba e Luiz Antônio se empenharam na reunião e preservação de inventários do Cartório do 1º Ofício do Fórum de Juiz de Fora, inspirados e apoiados por Reginaldo Arcuri, que então dirigia a Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), a secretaria de cultura do município de Juiz de Fora. Professor do Departamento de História, Arcuri, desde então, trilharia diversificada trajetória na administração pública nos três níveis federativos. Outras iniciativas da FUNALFA na mesma direção, entre 1983 e 1988, resultaram na reunião de acervos que permitiram a criação do Arquivo Histórico Municipal e do Arquivo Histórico da UFJF. Havia, pois, uma base sólida para deslanchar a pesquisa histórica na cidade, até então conduzida com pequena participação de historiadores formados especificamente para o ofício.

Não participara das iniciativas assinaladas acima, envolvido com atividades políticas e o mestrado. Na década de 1990, contudo, junto a Maraliz Christo, colega no ensino básico e na graduação, e ao lado de professores que ingressaram no Departamento de História entre 1987 e 1993 – Cláudia Ribeiro, Anderson Pires, Mônica Ribeiro, Alexandre Mansur Barata, o próprio Luiz Antônio (todos ex-alunos) e Marcos Olender –, integrei, como colega e Chefe de Departamento, o grupo que criaria o Núcleo de História Regional (NHR) e a revista *Locus*, impulsos definitivos para a instituição futura do Programa de Pós-Graduação em História.

A disposição para dar corpo a este projeto era tanta que todos, no Departamento de História, se dispuseram a garantir, sem qualquer entrave, o atendimento às disposições de realização de cursos de doutorado por parte de seus membros, assumindo sem controvérsias os encargos docentes que isso acarretava. Período de, por vezes, serem programadas quatro disciplinas por professor. Mas valeu a pena.

Em intensidade, modo e momentos variados participaram, também, dessa empreitada colegas já veteranos, que não integraram o Núcleo de História Regional, como Newton Barbosa, João Rodrigues, Vanda Arantes do Valle, Beatriz Domingues, Rômulo de Andrade, além de professores que ingressaram no Departamento de História entre 1995 e 2003: Valéria Lobo, Carla Almeida, Sônia Lino, Célia Borges, Ludmila Savry Almeida, Silvana Barbosa. Parte desses colegas não se integraria ao Programa instituído em 2004, mas estávamos todos reunidos nas atividades da graduação, muitos com presença marcante nos debates sobre a reforma de seu currículo, que se estenderia de 1999 a 2003, com o propósito de reforçar os elos entre ensino e pesquisa, em mais uma etapa da trilha aberta no início da década de 1990.

A *História Regional* foi uma rubrica que conferiu unidade a pesquisadores, no Departamento de História, que lidavam com temas diversos, considerados no espaço regional, embora não necessariamente



com a abordagem e metodologia da história regional. Algum debate e elaboração foram buscados nessa trilha por diversos colegas, mas o importante mesmo era nossa reunião em torno de um projeto comum. No Departamento de História, apenas Rômulo, um grande amigo, era doutor, mas estava ainda fundamentalmente dedicado a atividades políticas. Por isso, em 1995, Vera Alice Cardoso da Silva, da UFMG, aceitou coordenar um projeto integrado de pesquisa, enviado à Fapemig, com o nome *Zona da Mata Mineira: História e Historiografia*, reunindo projetos dos componentes do NHR. Desenvolvemos, também, um curso de especialização com o mesmo nome. Nesse, busquei identificar elementos das formulações de Marx que pudessem conferir centralidade ao espaço territorial, além de apresentar minha dissertação de mestrado.

Ademais, me comprometi a desenvolver, no âmbito do projeto coordenado por Vera Alice, a pesquisa *Os Industriais de Juiz de Fora: Ação Política e Articulação de Interesses (1925-1935)*, baseado em documentação da Associação Comercial de Juiz de Fora e jornais da cidade e de Belo Horizonte, com participação dos bolsistas de iniciação científica Ênio Martins Filho, Luciane Tieko Munakata e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula. Com meus interesses intelectuais já distantes de temas regionais, mirando o doutorado, não toquei no material recolhido até 2005, atrasando enormemente o relatório final, que, com a colaboração de Virna Lígia Fernandes Braga, foi concluído em 2006 e encaminhado à Fapemig, sem despertar em mim a disposição de publicá-lo.

Participei, ainda, do projeto *Diagnóstico do Sudeste Mineiro*, em 1994 e 1995, conduzido por Rubem Barbosa, no CPS (1996). Tratava-se de buscar fundamentos para a perspectiva, alentada pelo governo estadual à época, de redefinir as regiões administrativas do estado, no caso com a ampliação da Zona da Mata, com incorporação de duas cidades da Zona das Vertentes e uma do Sul de Minas. Coube-me organizar alguns dados censitários sobre serviços urbanos e escrever um histórico da região. Acabei por escrever sobre a trajetória da Mata Mineira, uma identidade que se firmara a partir da origem socioeconômica comum e de elos que se perdiam por força da ação de forças centrífugas, desde o declínio do

café e a abertura de seu mercado para centros nacionais. Ainda assim, era uma identidade com raízes muito mais sólidas que o Sudeste proposto e desenhado com a régua e o compasso da mentalidade burocrática.

Para mim, a História Regional foi perdendo a atratividade que tivera quando criado o NHR. Nos demais colegas também foi deixando de emoldurar a diversificação de interesses e inclinações intelectuais que desenvolviam. Assim, a referência a ela perdeu sentido para conferir identidade ao esforço empreendido no Departamento de História. Todavia, ela garantiu a coesão e a unidade necessárias para que fosse impulsionado o conjunto de iniciativas que levaram à criação do Programa de Pós-Graduação anos mais tarde. Deixara, pois, uma herança da qual vivemos até hoje.

No âmbito da UFJF, a geração que esteve à frente do movimento docente da década de 1980 alcançou, finalmente, a reitoria, em 1994, em eleições diretas com voto paritário, agora em dois turnos. A partir daí, iniciativas diversas de apoio à pesquisa e à pós-graduação foram mudando a face da instituição, que ia deixando para trás a alegada vocação exclusiva para a formação profissional. Participei deste processo, como representante do ICHL no Conselho Superior por um curto período, em 1993 e 1994, e envolvendo-me nas campanhas de René Gonçalves Matos, eleito e empossado reitor em 1994, e de Margarida Salomão, que se tornou reitora em 1998. Cheguei a aspirar a participação no mandato do primeiro e fui sondado para participar na gestão de Margarida, mas, na oportunidade, estava envolvido com meu curso de doutorado, concentrado na escrita e na defesa da tese, e me esquivei.

Na década de 1990 já era um professor veterano e pude acomodar-me cada vez mais em disciplinas que se associavam de perto aos interesses de pesquisa que desenvolvia, embora ainda designado principalmente para lecionar História Econômica. Na disciplina que ministrava na Faculdade de Serviço Social, lidava com temas vinculados à trajetória socioeconômica e política do Brasil após 1930. Eventualmente, lecionava História de Minas Gerais, concentrando-me no estudo do processo da industrialização e da ação empresarial.

Permanecia, entretanto, desatento às exigências e aos hábitos da vida universitária e deixei de converter em artigos, e buscar publicação, tanto de meus escritos para as disciplinas do mestrado, quanto de capítulos da dissertação. Assim, entre 1989 e 1994 publiquei apenas dois trabalhos. Um deles o artigo *Mariátegui: um marxismo latinoamericano* (1990, 1993) um ensaio que contrasta o autor peruano à tradição marxista, em especial Lênin e Trotsky, aproximando-o ao Marx da correspondência com os chamados populistas russos do século XIX. Originalmente um trabalho para a disciplina de Antônio Mitre, no DCP, essa é, curiosamente, a única publicação que produzi lidando especificamente com um tema marxista. Em 1994, Luiz



Antônio Arantes e eu publicamos o artigo *Empresariado Mineiro: ética e ação política*, anotações de um curso apresentado em congresso regional da ANPUH, que o Departamento de História organizara na UFJF no mesmo ano. Somente em 1995, publicaria os dois artigos, já mencionados, com excertos de minha dissertação.

Ainda em 1995 fui alertado por Otávio Dulci sobre a criação do Doutorado em Ciências Humanas na UFMG. Não pretendia cursar o doutorado na mesma instituição do mestrado, mas o elenco formidável de professores vinculados ao novo programa, a oportunidade de ser orientado por Renato Boschi e a proximidade com meus pais contornaram tais reticências. Mais uma vez partia para Belo Horizonte, desta vez com tempo integral e dedicação exclusiva.

*Instalações atuais da Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas da UFMG*

07

EMPRESARIADO E POLÍTICA **SOCIAL NO BRASIL**

O programa de doutorado que frequentei na UFMG foi criado com a inspiração e aliderança do saudoso Olavo Brasil Lima Júnior, reunindo os departamentos de Sociologia e Ciência Política daquela universidade, além de contar com a colaboração de professores do antigo IUPERJ, hoje IESP-UERJ. Nunca poderia ultrapassar o conceito 4, na Capes, por não estar associado, diretamente, a um programa de mestrado, deixando de acumular os pontos que esse alcançasse. Encerrou-se com a consolidação dos programas de cada um dos departamentos em que se ancorava. O elenco de professores que reuniu e seu nível de exigência representaram para mim – e, tenho certeza para outros alunos que participaram de sua breve existência – uma experiência tão formidável que vale um registro destacado neste memorial.

Diferentes dimensões da abordagem neo-institucionalista, da teoria da escolha racional e da teoria democrática atual foram tratados nos seminários conduzidos por Olavo Brasil, Fátima Anastasia e Fábio Wanderley Reis na disciplina *Téoria Política Contemporânea*. Na disciplina *Téoria Sociológica Contemporânea* Elisa Reis, Nelson do Valle Silva e Leonardo Avritzer, respectivamente, desenvolveram os módulos *Sociologia Política Macro-Histórica*; *Téoria e Metodologia da Análise da Estratificação e da Mobilidade Social* e *Racionalidade, Sociologia e Política: uma Introdução à Obra de Jürgen Habermas*.

Em tais disciplinas, obrigatórias, cada módulo exigia a feitura de um pequeno artigo. Cursei, ainda, duas disciplinas abordando questões de metodologia nas ciências sociais, com Mônica Mata Machado de Castro e Solange de Deus Simões. Adicionalmente, frequentei os cursos de Renato Boschi – *Empresariado, Mercado e Democracia* –, e Renan Springer – *O Projeto Iluminista e seus Inimigos Naturais*.

Após a conclusão das disciplinas, seguia-se, então, a qualificação, que exigia a produção de quatro artigos sobre temas abordados ao longo do curso, a defesa do projeto de tese, a pré-defesa da tese e o exame final para obtenção do título.

Instado por Renato Boschi escrevi um verbete sobre a FIESP, que seria publicado em 2001 no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC. Publiquei, também, em 1996 e 1997, na *Locus* e na *Revista Eletrônica de História do Brasil*, dois artigos resultantes de atividades desenvolvidas ao longo do doutorado, destacando a relações entre cidadania e mudança técnica e discutindo a trajetória e dilemas da



Da esquerda para a direita:
Sérgio de Azevedo, Mercês Somarriba,
Laura da Veiga e Olavo Brasil Lima Júnior

sociologia macro-histórica. Em 1999, publiquei um capítulo, em livro organizado por Eduardo Gomes e Ana Maria Kirschner, adiantando alguns resultados da tese de doutorado que defenderia no mesmo ano (referências desses trabalhos no anexo).

O contato com uma ampla e diversificada literatura, enquanto cursava o doutorado, se integrava à percepção dos processos em curso no Brasil e no mundo, com o advento do que tem sido denominado globalização, trazendo à baila, nos escritos produzidos para as disciplinas do curso, temas que não considerara até então, reforçando perspectivas já delineadas e redefinindo elementos importantes de minha visão de mundo. Alguma coisa dessa busca veio à luz em eventos e publicações acadêmicas.

Em 1996, em um paper apresentado no X Encontro da ANPUH-MG, efetuei um balanço sobre as diferentes acepções da noção de *bem público*, rastreando a sua presença em clássicos do pensamento político moderno e contemporâneo e abordando sua caracterização propriamente econômica. Enfatizei, então, que, para além dos elementos frequentemente considerados para justificar a intervenção do Estado no mercado (indivisibilidade e inclusividade de determinados bens e falhas de mercado associadas a externalidades e assimetria de informações), existe um componente *cívico* na ideia de bem público, apontado mesmo por economistas clássicos como Smith (Smith, 1983:173). Ademais, enfatizava que a definição empírica do que deve ser considerado bem público não poderia deixar de envolver uma inescapável dimensão *deliberativa*, vinculada à operação da democracia.

Em 2004, em palestra proferida no encontro regional da ANPU-MG, sediado em Juiz de Fora, faria uma síntese de escritos de 1996-1997, discorrendo sobre as implicações da noção de autonomia, herdada do iluminismo, para a prática científica e a operação da democracia. O contato com a literatura multiculturalista, sem subscrever seus postulados, e o debate entre Habermas (1994) e Taylor (1994) reforçaram um entendimento já firmado, que desenvolvera ainda no mestrado, ao apurar identidades entre Burke (1982) e Marx (s.d. [b]), quando assinalam

o caráter formal e abstrato da relação entre os indivíduos na ordem liberal, ainda que em bases diversas. Trata-se de destacar a relevância das comunidades subjacentes à interação entre os indivíduos na democracia contemporânea, seja para assegurar a constituição de identidades, sem o que a noção de autonomia dos indivíduos é vã, seja para conformar uma comunidade de sentimento (Weber, 1984) que sustenta a presença dos Estados Nacionais, espaços fundamentais para a existência do status compartilhado (Marshall, 1967) que define a cidadania moderna. No final da década de 1980, a reflexão sobre Marx e Burke não produzira efeitos expressivos em minhas percepções políticas. Na década de 1990, sua retomada, com novos ingredientes, reforçou em mim inclinações nacionalistas que eram, de certa forma, contidas pelas minhas origens trotskistas, acentuando o juízo crítico sobre a experiência neoliberal em curso no Brasil e reconciliando-me com o trabalhismo e o nacionalismo das décadas que se seguem ao pós-guerra, estigmatizados com a rubrica populismo, que ainda usava, originária da sociologia uspiana.

Ainda em 1996, no artigo publicado na *Locus*, acima referido, em que explorava as conexões entre cidadania, proteção social, mudança tecnológica e mercado, coloquei em destaque uma passagem de Marx, nos *Grundrisse*, que projeta a provável mitigação do peso do trabalho na operação da economia capitalista e a afirmação do *cérebro social* como força produtiva direta, colocando sob seu controle as *condições do processo social da vida* (Marx, 1985). Tal formulação, por referir-se a uma possibilidade futura, conquanto assentada em processos já em andamento, não me afastaria da convicção de que as identidades políticas ligadas ao mundo do trabalho cumpriam papel central para a ocorrência de mudanças que reduzem a desigualdade, através da expansão da cidadania, mas salientava que deveriam associar-se a atores forjados em outras dimensões identitárias para dispor de peso real no processo político. Ademais, o contato com o debate sobre as relações entre plano e mercado e a observação do fracasso das experiências do *socialismo real*, induzia-me a considerar que o socialismo poderia ser um ordenamento em que se altera o regime de propriedade, mas preservam-se relações de mercado.

Todavia, admitia crescentemente a validade dos arranjos socialdemocratas, deixando a cogitação sobre as formas econômicas que deveriam vertebrar uma sociedade socialista para os homens e mulheres do futuro.

O Desafio Redistributivo

Ingressei no doutorado em Ciências Humanas com o propósito de estudar a participação empresarial na queda do Estado Novo, insatisfeito com a narrativa predominante que acentua principalmente os determinantes externos desse processo. Todavia, ao entrar em contato com a literatura sobre o Estado de Bem-Estar Social, na disciplina ministrada por Renato Boschi, resolvi analisar as relações entre o empresariado industrial brasileiro e a trajetória da política social no país. A presença massacrante, na conjuntura brasileira da década de 1990, da noção de *Custo Brasil*, com a qual ativistas teóricos neoliberais e as entidades empresariais buscavam justificar a redução dos encargos sociais para assegurar competitividade às empresas numa economia cada vez mais desprotegida, parecia-me ressaltar a relevância do estudo. A elaboração do verbete sobre a FIESP já revelara que a entidade recorrentemente se pronunciava sobre a previdência social e uma ligeira incursão em documentos da CNI confirmara que o tema era sempre abordado nas publicações e eventos organizados pela organização central do empresariado brasileiro. Fontes, pois, havia, acalmando meu espírito de historiador. Restava construir um modelo analítico que pudesse apreender em variáveis testáveis, as condições que afetavam as preferências e as escolhas do empresariado, desde a década de 1930 até meados da década de 1990.

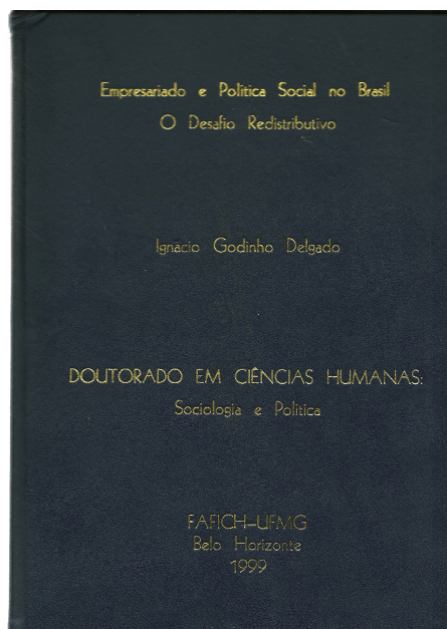
O exame da literatura indicava pistas sobre os tipos de arranjo que emolduram as políticas sociais contemporâneas – universais, corporativos e liberais –, bem como sobre o papel dos trabalhadores como ator político organizado, exercendo pressão ou participando de

coalizões que conduziram à sua implantação. Os padrões de *presença política dos trabalhadores* na cena nacional e a natureza dos *regimes políticos* se impunham, pois, como variáveis significativas. Agreguei a elas o que denominei *configuração de mercado*, um tributo a determinantes estruturais indicadoras das condições a partir das quais é gerada a demanda por políticas sociais e fundamentam a *base material* do poder de classe dos atores. Completaram minha elaboração a leitura de um documento da FIESP, de 1937, recolhido por Carone (1977), endereçado a Vargas, e de uma passagem da obra de Swaan, *In care of the State*, assinalando que na Alemanha de Bismarck os empresários trocaram tarifas por políticas sociais (Swaan, 1988). Sobressaia destas leituras que, para o empresariado, importava o custeio das políticas, o que o levava a escolhas que dependiam do tipo de *inserção das economias nacionais no mercado mundial*. Assim, numa *economia fechada* ele admitia as políticas sociais com mais facilidade, quando assentadas em tributos indiretos que podiam ser repassados aos consumidores; em *economias abertas*, conformava-se ao seu custeio através de tributos diretos, *quando não podia contornar a pressão derivada da presença política dos trabalhadores*. Subjacente a tais escolhas permanecia a preferência por disposições mínimas de proteção social, inalcançáveis, contudo, na interação com o Estado e os trabalhadores, que eram apontados no modelo analítico como os atores fundamentais dos processos de constituição das modernas políticas sociais.

Por fim, considerei ainda, a dinâmica institucional específica da previdência social, especialmente em regimes corporativos, notadamente os sistemas de aposentadoria e pensão em seu trânsito de sistemas de capitalização coletiva a sistemas de repartição simples, o que alterava o interesse do Estado e do empresariado sobre sua operação, na medida em que se tornavam cada vez mais incapazes de gerar fundos disputados pelos atores considerados.

Os autores que concorreram de forma central para a construção de meu argumento foram Esping-Anderson (1988,1990), Swaan (1988), Polanyi (1980) e Gourevitch (1986), secundados por Pierson (1994) e Santos (1979). Ademais, mobilizei um grande número de

autores que tinham como objeto a política social, o empresariado, o desenvolvimento capitalista, a trajetória política brasileira desde 1930, dentre outros temas que a tese considera ou tangencia. Empreendi nesse estudo algum esforço comparativo, de modo a identificar nos países paradigmáticos para a definição dos tipos de estado de bem-estar social, como se apresentavam os *regimes políticos*, a *presença política dos trabalhadores* e os *padrões de inserção das economias nacionais no mercado mundial*, bem como as *coalizões* firmadas entre os atores destacados, no momento em que se instituíam os arranjos institucionais nacionais em que as políticas sociais estavam integradas.



A rigor, estava se processando em mim uma mudança significativa na maneira de lidar com a elaboração teórica, embora nem tanto com os procedimentos de pesquisa, que permaneciam assentados na análise de documentos empresariais e de governo. Em *A Estratégia de um Revés* meu esforço era construir uma abordagem marxista para analisar a *prática de classe* da burguesia brasileira, desenvolvendo noções que podiam ser dedutivamente associadas ao que entendia ser o corpus teórico marxista, ainda que incorporando autores de outras tradições, num esforço que

envolia exegese e certa inclinação escolástica, embora atento às exigências empíricas da pesquisa. Em *O Desafio Redistributivo*, estimulado por Boschi e Olavo Brasil Lima Junior, busquei construir um modelo analítico que reunisse variáveis explicativas *plausíveis*, derivadas de achados obtidos numa literatura diversificada, sem preocupação de associá-las a sistemas teóricos abrangentes. Aproximava-me, pois, ainda sem clara consciência do que fazia, de uma perspectiva eclética, mirando a construção de *teorias parciais*, nas quais

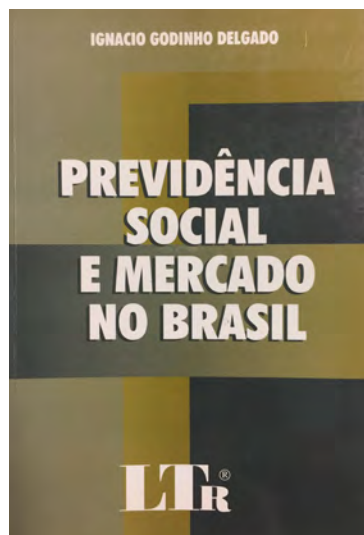
o *modelo analítico* – que levava em conta a articulação e a trajetória do que era tomado como variável explicativa – guiava a identificação dos *contextos* em que se desenrolava, *no tempo*, a atuação dos atores sociais e os resultados de sua interação, no âmbito de uma *narrativa histórica teoricamente orientada* (Rueschmeyer, Stephens e Stephens, 1992).

Em resumo, a tese, defendida em 1999, analisa a criação da previdência pública, nos anos 30, e sua evolução posterior até as pressões, na década de 1990, para a erosão do aparato público de proteção social brasileiro, a partir de modalidades diversas de interação entre o empresariado, o Estado e os trabalhadores. Tais atores sociais efetuam escolhas e firmam coalizões em determinadas condições contextuais, a saber, a forma de inserção da economia brasileira no mercado mundial capitalista, o regime político vigente, as características da presença política dos trabalhadores e as diferentes configurações de mercado presentes em cada etapa da evolução da previdência social no Brasil. Descreve-se, então, nos diferentes capítulos, a participação empresarial neste processo, revelando como as entidades patronais, sob o primeiro governo Vargas, aceitaram a previdência pública e corporativa proposta pelo Estado, uma vez que seu custeio, ancorado em tributos indiretos, podia ser transferido ao conjunto dos consumidores numa economia fechada. Tal postura sofreu poucas alterações até os anos 80, apesar das objeções empresariais à ampliação dos benefícios e direitos sociais, nos momentos de maior presença política dos trabalhadores. Nos anos 90, com a abertura da economia brasileira, os empresários passaram a se opor, crescentemente à forma de financiamento da previdência pública, associada, no discurso empresarial, ao *Custo Brasil*, tomado como lesivo à competitividade das empresas, defendendo a instituição de um modelo basicamente privado de previdência. Além disso, a antiga defesa da tributação indireta, presente no período desenvolvimentista, é substituída pela defesa da tributação direta, a incidir sobre a renda e a propriedade, proposição que colocava, a meu ver, o empresariado diante de um *desafio redistributivo*, uma vez que a tributação direta – predominante nos Estados de Bem Estar Social instituídos em economias abertas – dispõe de um impacto redistributivo maior do que o obtido com a tributação indireta, pois não é facilmente transferida ao conjunto dos consumidores.

O intento era articular num mesmo esquema explicativo as condições institucionais e as preferências e escolhas dos atores. Talvez por faltar-me o treinamento adequado, resisti às sugestões para construir uma matriz com as conexões entre as variáveis do modelo analítico e para converter em tabelas e gráficos o vasto material estatístico presente no texto – neste último caso, ao contrário do que fizera na dissertação de mestrado. De fato, radicado na Ciência Política, seduzido cada vez mais pela abordagem neoinstitucionalista e pela sociologia macro-histórica, disposto a articular instituições e ação racional num mesmo arranjo explicativo, sentia-me como nunca um historiador e, deliberadamente, busquei conferir ao texto um estilo que enfatizasse a *narrativa de uma trajetória*, apesar de teoricamente orientada.

A tese, ao contrário da dissertação de mestrado, foi rapidamente publicada, mas ficou confinada às seções de direito do trabalho nas iniciativas de divulgação da editora. Renato Boschi insurgiu-se contra o nome do livro – *Previdência Social e Mercado no Brasil – a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*, definido nos contatos com a editora, especializada em temas jurídicos. De todo modo assinalou no prefácio que *como a primeira tese do programa de Doutorado em Ciências Humanas da UFMG – originalmente denominada Empresariado e Política Social no Brasil– o Desafio Redistributivo – o trabalho de Ignacio constituiu-se num marco que certamente alcançará a dimensão de um clássico ao vir a público como livro*” (2001: 11).

Dada a repercussão pequena do estudo, tal perspectiva ficou longe de se efetivar.



*Cerimônia de posse para direção
do Instituto de Ciências Humanas
e de Letras da UFJF (2002)*



08

COMUNIDADE

ACADÊMICA

Depois de quatro anos mergulhado exclusivamente no estudo e na pesquisa, emergi sem qualquer sentido de urgência para a ação política fora da universidade, ao contrário do que ocorrera nos anos de transição da ditadura à democracia e ao final da década de 1980, quando encerrei meu curso de mestrado. O horizonte à frente era de absoluta serenidade. Planejava atualizar e converter em artigos e papers o que produzira durante o doutorado, publicar minha tese e seguir minha vida com Valéria, Cecília e Pedro.



*Lançamento
de Previdência
Social e Mercado
no Brasil na
FAFICH*

Em 2000 ainda nasceria Danilo, filho de minha união com Valéria.



Álbum de Família: Pedro, Valéria, Danilo, Ignacio e Cecília em 2002.

Apesar do juízo extremamente crítico que desenvolvia em relação à experiência neoliberal da década de 1990, tudo indicava que a operação da democracia brasileira permitiria alguma retificação de rumo. No Brasil, apesar de indicadores expressivos de desnacionalização da economia e de redução da capacidade de o Estado liderar um projeto nacional de desenvolvimento, não ocorrera uma catástrofe similar à argentina. O próprio segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso sinalizava, de certa forma, para uma direção diversa, com iniciativas como os fundos setoriais, ao passo que tudo apontava para a vitória do PT nas eleições em 2002.

Alguma mudança, portanto, deveria ocorrer no Brasil. Não aquela que guiara minhas expectativas até o início da década anterior. Alguma mudança, a mudança possível, que reduzisse, pelo menos, certas perversidades constituídas ao longo da trajetória brasileira, do *escravismo colonial* ao *capitalismo dependente*.

A verdade é que se alterara bastante minha relação com o marxismo e com a expectativa que a fundamentava até então: a confiança e o desejo do socialismo e da revolução. Na década de 1980, em contato com a obra de Althusser e seus colaboradores (Althusser, 1979; Althusser, Rancière & Macherey, 1979; Althusser, Balibar, Establet, 1980), ficara vividamente impressionado com o esforço de purgar o marxismo de diktats ideológicos e do *historicismo*, através da definição de *objetos teóricos* constituídos a partir da identificação das articulações lógicas que ligavam as categorias apresentadas pelo Marx da *crítica da economia política*, então apontada como uma abordagem diversa do humanismo do *jovem Marx*. Acolhi, contudo, como, no mínimo, mais razoável a postulação de Thompson (1981) em favor de uma prática teórica construída na contínua interação entre teoria e evidências. Na década de 1990 conheci o *marxismo analítico* e pareceu-me positivo o propósito de superar a pretensão, comum entre os marxistas, de que a obra de Marx fundara um método diverso da prática científica corrente, através de um escrutínio de suas proposições a partir das “normas científicas e filosóficas convencionais”, por vezes buscando nelas micro-fundamentos, à maneira do individualismo metodológico, tal como desenvolvido na teoria da escolha racional (Wright, Levine & Sober, 1993; Elster, 1989).

Em rodas de alunos gostava de afirmar que o melhor Marx era aquele da *Terceira Tese sobre Feuerbach*, em que apontava ser um erro do *velho materialismo* a ideia de que o homem é produto das circunstâncias e da educação, uma vez que as primeiras eram criadas pelo próprio homem, o que exigia a reeducação do educador (Marx, s.d. [c]). Ademais, salientava que a ausência de um rígido determinismo em Marx aparecia mesmo em panfletos como o *Manifesto Comunista* de 1848, redigido com Engels, que assinalava ser a luta de classes o motor da história, mas destacava que o resultado das disputas entre as duas classes fundamentais, apontadas nos modos de produção, poderia ser a vitória de uma das duas ou sua destruição recíproca, o que já abria possibilidades para, pelo menos, três cursos distintos de desenvolvimento (Marx e Engels, s.d. [b]).

Todavia, se era assim; se o marxismo deveria ser considerado apenas pela consistência de suas formulações; se não era mais uma *nova reforma protestante*, para evocar Gramsci (1978b), uma visão de mundo que dava expressão aos processos de mudanças em curso (que, por outro lado, indicavam um futuro cada vez mais aberto), não me parecia mais tão relevante tomá-lo como critério de demarcação. O estudo do Estado de Bem-Estar Social me conciliara com a ideia de reforma, já vista como capaz de garantir algum passo na “emancipação humana”, com custos menores que os advindos das revoluções. Ademais, o entendimento relativo aos *constrangimentos e estímulos* das instituições sobre o comportamento dos atores sociais, sobre o *peso das trajetórias passadas* e a excepcionalidade das *conjunturas críticas*, firmado na leitura de autores de diferentes versões do neoinstitucionalismo (Steinmo, Thelen & Longstreth, 1992; March e Olson, 1989; North, 1990) conduziu-me a confiar mais nas mudanças incrementais do que em rupturas heroicas. Não que advogasse a passividade ou o antagonismo diante de sua eventual ocorrência, mas parecia-me, cada vez mais, um esforço pouco produtivo busca-las incessantemente, desconsiderando com frequência as *ineficiências* e as *duras réplicas da história*, ao invés de desenvolver ações que pudessem, de imediato, melhorar da vida das pessoas.

Esse se tornou meu novo mantra. Diante da indagação se permanecia marxista, afirmava minha convicção de que as identidades políticas radicadas no mundo do trabalho – porém abertas a outras dimensões – permaneciam fundamentais para impulsionar mudanças que contribuíam para melhorar a vida das pessoas, o que, a meu ver, mantinha-me no campo político da esquerda e, na cena brasileira, sustentava meus elos com o PT. Do ponto de vista gnosiológico, assinalava que o marxismo subsistia como um conjunto de proposições sobre a realidade, a maior parte delas válidas, além de inspiração significativa (mas não exclusiva) para uma prática solidária e emancipadora, mas não se justificava mais tomá-lo como uma doutrina em relação à qual outras formulações deveriam ser medidas, acolhidas ou rejeitadas.

Assim, no período delimitado nesta seção do memorial, escrevi diversos trabalhos sem que me guiasse o objetivo de fazer uma reflexão marxista sobre os objetos de que se acercavam. Entre 1999 e 2006, de meu retorno do doutorado até o encerramento de minha gestão como diretor de unidade, tal produção envolveu artigos, papers, verbetes para dicionários e a organização de livros. No limite, eram desdobramentos das formulações desenvolvidas no curso e na tese; estudos associados ao acompanhamento da política industrial do governo Lula (sobre a qual me debrucei a partir de envolvimento no projeto *Desenvolvimento no Século XXI*, coordenado por João Antônio de Paula, do Cedeplar/UFMG, entre 2001 e 2004); volumes que reuniam comunicações apresentadas em eventos dos quais participara da organização, além da síntese dos debates relacionados aos objetivos da linha de pesquisa *Poder, Mercado e Trabalho*, do Programa de Pós-Graduação que o Departamento de História criou em 2004. No anexo, ao final desse memorial, encontra-se a relação do que foi publicado nesses anos.

Horizontes da História e política universitária

De volta da UFMG, ao final de 1998, até meados do ano seguinte concluí a redação da tese de doutorado, já lecionando. A partir daí, participei dos debates no Departamento de História sobre a reforma do currículo do curso de graduação, ainda sob o impacto da experiência vivida no doutorado em Ciências Humanas. Em tal reforma, foi eliminada a distinção entre bacharelado e licenciatura, para reforçar o envolvimento de todos os estudantes com a pesquisa, e criadas três áreas temáticas para abrigar as disciplinas incluídas no currículo: *História Econômica e Social*; *História Política e das Instituições*; *História da Arte e da Cultura*.

Por minha sugestão foi criada a disciplina *História e Interdisciplinaridade*, que depois informalmente renomeei *História e Teoria Social*, com o propósito de substituir Sociologia I, na grade curricular, por um rastreamento dos elementos da sociologia, da economia, da antropologia, dentre outras disciplinas da teoria social, nas formulações

mais destacadas do campo da História. Ao fim e ao cabo a ementa da disciplina acabou alinhando uma série de noções tomadas como úteis para diferentes conteúdos desenvolvidos na graduação. Com a reforma curricular aprovada apenas em 2003, sem a erudição necessária no campo da História, eu não tinha como dedicar-me à construção do curso tal como o imaginara, envolvido que já estava em novas atividades de pesquisa e em funções administrativas. Assim, consolidei-me como professor de *História do Brasil República*, cobrindo o período posterior a 1930 e, quando fui designado para lecionar *História e Interdisciplinaridade*, no 1º período do curso, limitei-me a apresentar as formulações básicas de autores como Marx, Durkheim e Weber. Em 2012, propus a extinção da disciplina no âmbito dos ajustes que foram efetuados para adaptar o currículo do curso a normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da UFJF.

Ao final da década de 1990 tive uma pequena participação num projeto de pesquisa dirigido pela Professora Helena da Motta Salles, do Departamento de Ciências Sociais, sobre a reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, com presença, também, do Professor Lourival Batista de Oliveira, da Faculdade de Economia. Deste projeto resultaram dois papers apresentados na ANPOCS (2000) e no V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das IFES Mineiras (2001), nunca publicados.

Em 2000 tornei-me coordenador de graduação do Curso de História da UFJF. Em 2003 assumiria a direção do Instituto de Ciências Humanas e de Letras. Em meio a essa trajetória, veio à luz, em 2004, o Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, o ponto de

chegada do caminho traçado desde o início da década de 1990, quando foi criado o *Núcleo de História Regional*, de curta e prolífica existência. Todo o esforço efetuado em estimular a qualificação, sustentar publicações e reorientar o rumo da graduação foi compensado com a criação do



programa, que favoreceria a inclusão de Juiz de Fora no mapa nacional da produção acadêmica na área de História. A área de concentração definida foi *História, Cultura e Poder*, com duas linhas de pesquisa: *Poder, Mercado e Trabalho* e *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*, agrupando os professores conforme seus interesses de pesquisa e afinidades diversas.

Participei intensamente da montagem do programa, embora soubesse ser tênue minha vinculação ao campo institucional da História. Não me via, contudo, como partícipe exclusivo de qualquer espaço de demarcação institucional nas Ciências Humanas. Entre os historiadores sentia-me um cientista político. Entre esses últimos, sentia-me um historiador. Nessa ambiguidade tenho perseverado desde a década de 1980.

Ainda assim, escrevi a primeira versão do texto da linha Poder, Mercado e Trabalho, que seria cotejada e enriquecida com sugestões dos colegas. Com a amplitude necessária para abrigar um leque diversificado de interesses, abordagens e objetos de pesquisa, na abertura assinalava-se que o seu propósito era *a análise das conexões existentes entre o fenômeno do poder e a emergência e o desenvolvimento das relações de mercado e daquelas que ocorrem no mundo do trabalho (...), os processos de formação, em suas múltiplas dimensões, dos agentes presentes nas redes que compõem o mundo do trabalho e do mercado, destacando as relações que se estabelecem entre tais atores e as instituições que corporificam o poder, o que remete ao estudo da estrutura do próprio Estado, das formas de articulação de interesses no âmbito da sociedade civil, dos processos de resistência à imposição de novos valores, dos mecanismos de representação política e das modalidades de intervenção do Estado, através das políticas públicas* (PPG em História).

A linha Poder, Mercado e Trabalho reunia pesquisadores, entre os professores do Departamento de História, de temas da História Econômica e Social e da História Política e das Instituições, os primeiros concentrados em objetos de estudo destacadamente ligados à História Econômica e Social associados a períodos anteriores ao século XX, enquanto os demais se dedicavam a estudos sobre temas marcadamente políticos, radicados fundamentalmente nos séculos XX e XXI.

Dessa distinção nasceram o Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) e o Laboratório de História Política e das Instituições (LAHPS), espaços para desenvolvimento dos projetos de pesquisa de professores e estudantes vinculados às duas designações e para a organização de atividades a elas relacionadas. Integrei-me ao LAHPS. Nele, e no CPS, conduziria os projetos de pesquisa em que me envolvi desde então.

O PPG em História não esteve imune às tensões comuns à convivência universitária. A memória da trajetória de sua construção, compartilhada por muitos de seus componentes, os estímulos institucionais que sua existência acarretava para o desenvolvimento dos interesses profissionais dos pesquisadores nele abrigados e a liderança firme de seus coordenadores foi determinante, contudo, para manter a coesão suficiente à sua afirmação. Em 2011 seria criado o doutorado em História e, em 2013, o programa alcançaria o conceito 5, segundo classificação da Capes. Na UFJF, que ingressara tardiamente na pós-graduação e na pesquisa, era a melhor posição ostentada por um programa, ao lado dos de Química e Ciência da Religião.

Ao longo de sua trajetória o PPG em História, acolheu, também, professores de outros departamentos da UFJF, como Ângela Brandão, do Departamento de Artes e Design. Ancorou-se, contudo, fortemente na atuação do Departamento de História. Entre 2004 e 2015 ingressariam nesse último Ângelo Carrara, Cássio Fernandes (que em 2011 iria para a Universidade de São Carlos), Maria Fernanda Martins, Denise do Nascimento, Fernanda Thomaz, Ronaldo Pereira de Jesus, Naiara Damas Ribeiro, Fernando Perlatto Bom Jardim, e Martinho da Costa Junior.

Assumir a coordenação da graduação, em 2000, era minha contrapartida ao Departamento de História pela licença concedida para cursar o doutorado. Passei, então, a ter assento no Conselho de Graduação (Congrad), que indicava representantes para o Conselho Superior da UFJF (Consu), para o qual fui designado pela segunda vez.

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

Em 2002 estavam previstas eleições para a direção do ICHL. Se a atividade política partidária não me mobilizava como antes, a perspectiva de tornar-me diretor era muito estimulante. Vinha de uma experiência interdisciplinar extremamente rica e imaginei que poderia fazer alguma coisa relevante na unidade acadêmica em que fora estudante de graduação, entre 1977 a 1980, e professor desde 1982. Convidei o professor Zwinglio Mota Dias, do Departamento de Ciência da Religião, para compormos uma chapa, denominada *Comunidade Acadêmica*, estimulados por muitos companheiros. Não poderia ser mais ajustado: um historiador marxista com disposições interdisciplinares e um teólogo presbiteriano de vocação e prática ecumênica. Disputamos as eleições no sistema do voto paritário e vencemos. Tornei-me, assim, no início de 2003, diretor do ICHL.

Na proposta de trabalho apresentada ao ICHL era assinalado que o processo de interação democrática exige um *arcabouço institucional que assegure às pessoas escolher cursos de vida que correspondam ao seu entendimento do que vem a ser uma boa vida. Exige, por outro lado, a preservação e a recriação contínua das condições que permitem o livre desenvolvimento de todos e de cada um. No âmbito universitário, tais condições dizem respeito à força institucional das unidades*

que abrigam professores, estudantes e funcionários, circunscrita pelo papel que deve cumprir a universidade na sociedade. Na ausência de unidades reconhecidas por sua excelência acadêmica, o livre desenvolvimento de todos converte-se em amesquinamento e desencanto. Na ausência de vínculos efetivos da universidade com a cidadania que a sustenta e envolve, pode converter-se em diletantismo estéril, desprovido de compromisso social. Superar o isolamento é, pois, indispensável tanto para que as diferentes potencialidades individuais aflorem, quanto para o cumprimento da responsabilidade social da Universidade (Comunidade Acadêmica, 2002).





Cerimônia de posse na Direção do ICHL, 2002. Da esquerda para a direita, Paulo Ferreira Pinto, Ana Amoroso, Margarida Salomão, Ignacio, Marcus David e Zwinglio Martins.

Projetava-se trabalhar para o alcance de “um patamar de excelência do qual não possamos ser demovidos”, tendo em vista aprofundar a inserção regional, estreitar laços com outras universidades, acentuar o espaço de interlocução interdisciplinar, criar comitês assessores para auxiliar a direção, reforçar a pós-graduação, estimular publicações, modernizar a infraestrutura, incentivar a participação dos segmentos universitários na definição de um projeto pedagógico para o instituto e debater a criação de um doutorado em Ciências Humanas. Eram tempos de recursos escassos e, na verdade, um diretor de unidade, especialmente nos institutos, dispunha – e ainda dispõe – de pouco espaço para o exercício efetivo das atividades de gestão, pois não lida com um orçamento autônomo, nem tampouco conta com uma estrutura burocrático-administrativa que vá além de atividades convencionais de secretaria. Ademais, o horizonte acadêmico dos cursos depende muito menos das unidades em que estão integrados e mais de seu corpo docente e das redes que estabelecem. Isso torna o papel de um diretor, principalmente, o de facilitador, articulador político e agregador.

Neste sentido, cumprimos, Zwinglio e eu, com alguma desenvoltura, nosso papel. Entre 2003 e 2006, foram criados os programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais, que se somaram aos de Letras e Ciência da Religião. Atendendo a uma antiga aspiração do Curso de Letras, e certa racionalidade na organização institucional dos campos do conhecimento no ambiente universitário, foi orquestrado seu desmembramento do ICHL e a criação da Faculdade de Letras (FALE), concluída em 2006, ano a partir do qual o instituto passou a denominar-se Instituto de Ciências Humanas (ICH), não mais ICHL. Em direção contrária, acolhemos no instituto, o curso de Turismo, um projeto especial da Pró-reitoria de Graduação que já funcionava no espaço do ICHL. Cogitava, contudo, em conversas com o Professor José Humberto, então diretor da antiga Faculdade de Economia e Administração, abriga-lo nessa unidade, o que me parecia mais consentâneo com o conteúdo do curso de Turismo, que reunia diversos saberes das ciências sociais e de outras áreas, com propósitos aplicados, mas tais cogitações se esfumaram com a reação adversa de estudantes e da coordenação de curso.

Durante nosso mandato, Zwinglio e eu constituímos fóruns consultivos regulares com estudantes e servidores, a partir dos quais eram definidas as ações de apoio estudantil e qualificação dos TAEs. A partir de negociações com a Reitoria, os recursos advindos do projeto Infra-Estrutura de Pesquisa para a Pós-graduação na UFJF – enviado à FINEP em abril de 2002, envolvendo também a Faculdade de Educação – foram todos direcionados à criação do *Centro de Pesquisas em Humanidades*, sediado na antiga sede do ICHL/ICH, com a presença de um moderno equipamento de registro audiovisual, para atendimento a áreas como a linguística, a psicologia cognitiva, a história oral, a sociologia e a geografia, hoje utilizado basicamente pela Faculdade de Letras. Diversas ações para o diálogo interdisciplinar foram desenvolvidas, como a reativação da *Semana do ICHL*, a promoção dos *Colóquios Interdisciplinares* e das *Quartas Culturais*, a criação de um curso de especialização em *Estado e Sociedade no Brasil*, insuficientes, contudo, para gerar a vontade coletiva necessária à criação do doutorado em Ciências Humanas.

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

Para favorecer a articulação entre a UFJF e as redes pública de ensino, municipal e estadual, o ICHL, a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação João XXIII promoveram, ainda, entre 2003 e 2005, três edições do Simpósio de Formação de Professores, numa iniciativa da qual participavam, também, a Superintendência Regional de Ensino, organismo do estado, e a Secretaria de Educação de Juiz de Fora. Nela, professores da UFJF conduziam cursos e seminários oferecidos aos professores do ensino básico.



O principal conflito vivido na direção, internamente ao instituto, envolvendo principalmente os estudantes, decorreu da transferência do acervo da biblioteca setorial para a Biblioteca Central, com apoio do Conselho de Unidade, dada a ausência de espaço para abrigar todas as atividades pedagógicas exigidas no funcionamento cotidiano do ICHL, além da escassez de pessoal especializado para trabalhar nas diversas bibliotecas setoriais da UFJF. Em 2004 já prevíamos a transferência da biblioteca em meio a um projeto mais amplo de reorganização do espaço do instituto. Ademais, o ICHL, ao contrário do que ocorre atualmente como o ICH, estava situado num espaço próximo à Biblioteca Central e não existia qualquer sinalização de elevação significativa dos recursos federais para as universidades, como ocorreria posteriormente com o REUNI. Assim, a medida foi definida mirando o aproveitamento racional das condições existentes, além de amparar-se na expectativa de criar espaços mais efetivos de integração entre as diversas áreas da universidade.

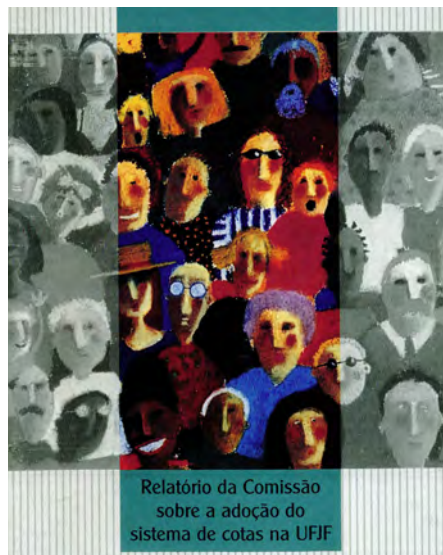
No âmbito da universidade, em seu conjunto, vale registrar que participei, a convite da APES, de debates sobre a reforma da previdência proposta pelo governo Lula, em 2003, distinguindo-me da posição defendida pelo movimento docente, o que gerou certa tensão com setores de sua liderança, em especial após decisão da assembleia dos professores, na UFJF,

de retirar-se da greve nacional da categoria. Como já foi mencionado, desde meados da década de 1980 minha participação no movimento dos professores universitários tornou-se muito intermitente, dado o pessimismo quanto à eficácia e razoabilidade das greves prolongadas que recorrentemente aconteciam. Em 2003 fui instado a participar, a pedido de professores do ICHL, defendendo, na *instância própria de deliberação do movimento docente*, uma posição distinta da sustentada por sua direção, em relação à manutenção da UFJF na greve nacional em andamento. Tenho mantido distância respeitosa dos movimentos de professores e funcionários da universidade, que por vezes parecem-me desdenhar das exigências especificamente acadêmicas da vida universitária, mas mantenho, solenemente, reiterada reverência à sua dinâmica institucional.

Como diretor, participava do Conselho Superior da universidade. Um dos temas mais destacados neste período foi a questão das formas de ingresso, com o debate sobre as cotas para estudantes de escolas públicas e negros. Fui designado, em maio de 2004, coordenador da comissão criada para propor um relatório sobre a questão, que contou com participação efetiva das professoras Valéria Trevizani e Luciana Pacheco Marques; do acadêmico André Luiz da Silva Fonseca; do funcionário Rogério da Silva; do Assessor de Assuntos Institucionais da UFJF, Dr Rodrigo Esteves e da representante da 18ª Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, Professora Maria Luiza Almeida Pires. Representantes dos sindicatos dos estabelecimentos particulares de ensino e dos professores, bem como da União Juizforana de Estudantes Secundaristas (UJES), foram convidados, mas não se envolveram.

A Comissão dedicou-se com afinco ao estudo do tema, considerando a literatura internacional e brasileira, promoveu debates nas unidades da UFJF e convidou representantes de posições conflitantes para se pronunciarem. Ao final de julho de 2004 apresentou seu Relatório, com um voto contrário, da professora Luciana Pacheco Marques. A partir desse relatório – publicado e debatido em sessões abertas do Conselho Superior da UFJF, que se estenderam até novembro –, foi definida a resolução que instituiu o sistema de cotas na UFJF.

O *Relatório* salienta que se vale da noção de raça levando em conta a *construção social de identidades*, sem referir-se a distinções de natureza biológica. Seu texto percorre a literatura sobre relações raciais no Brasil e passa em revista trabalhos significativos sobre desigualdade e mobilidade social e seus nexos com a educação. Vale-se, ademais, de levantamentos sobre o acesso e o desempenho dos estudantes de diversas procedências na UFJF; utiliza dados sobre os impactos das condições de renda e raciais no acesso à educação e nas oportunidades de mobilidade social no Brasil; debate os argumentos contrários à medida, relacionadas aos temas do mérito como condição para o acesso, da qualidade do ensino público e das condições para a permanência dos estudantes ingressantes no ensino superior através das cotas. No que se refere, especificamente ao argumento que adverte para a possível acentuação do racismo com a adoção do sistema de cotas, o relatório, em certa medida, distinguia-se de outras formulações que fundamentavam a adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil, por não se indispor com a noção de democracia racial, tomando-a, entretanto, como horizonte normativo que o sistema de cotas poderia contribuir para alcançar. Desta forma, assinalava:



A presença de uma modalidade de discriminação racial cega em relação à origem, mas ativa na percepção da cor, não assegura igualdade de oportunidades ou ausência de segmentação no espaço social brasileiro. Na realidade, tal segmentação tem se ampliado nas últimas décadas, alcançando inclusive territórios do lúdico que pareciam resistir como bastiões da convivência isonômica entre ricos e pobres, brancos e negros.

No âmbito específico do ensino, as universidades permanecem espaços restritos de brancos, ao passo que as escolas públicas do ensino básico, com a retirada da classe média a partir dos anos 1970, têm se tornando espaços quase exclusivos de negros e pobres. A introdução do sistema de cotas nas universidades públicas, ao ampliar a presença de negros no ensino superior brasileiro e, eventualmente, induzir a migração da classe média para as escolas públicas do ensino básico, pode favorecer a diluição das fronteiras presentes no espaço social do País. Por seu turno, a afirmação da identidade negra, inclusive com a adoção do sistema de cotas, reitera a perspectiva antropofágica do modernismo brasileiro e reforça os marcos do horizonte normativo da democracia racial, do Brasil mestiço, resultante não do predomínio de uma raça sobre a outra, mas do encontro de pessoas iguais de raças diferentes. (Comissão sobre a adoção do sistema de cotas na UFJF, 2004: 25)

O tema das ações afirmativas é extremamente controverso e não pode ser abordado com estigmatizações que impeçam uma evolução positiva do debate. Pesquisar, debater e redigir a maior parte do *Relatório*, contudo, serviu para organizar minha percepção sobre o tema, despertada não só pela observação cotidiana do problema do racismo no Brasil, mas pela forma que absorvera, na década de 1990, a obra de Rawls (1981), que salientava a presença de dois princípios da justiça, pela ordem, a igualdade de oportunidades e a possibilidade de se recorrer à desigualdade para atender a grupos sistemicamente desfavorecidos.

Ao escrever o Relatório senti-me, mais que em outro momento qualquer de minha vida, operando de forma prática para melhorar a vida das pessoas. Por isso, não posso deixar de registrar a enorme emoção



com que recebi, da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 2006, a *Medalha Nelson Silva*, “que distingue pessoas físicas e jurídicas que se notabilizaram na produção e difusão das manifestações artístico-culturais e sociais da raça negra, de acordo com a Resolução nº 1.120 de 10 de novembro de 1999”.

Em 2006 encerrei meu mandato como diretor e fui candidato a reitor da UFJF, em uma chapa que incluía o Professor José Olindo, ex-diretor da Faculdade de Medicina, denominada *Tecendo o Amanhã*. Nossa chapa era apoiada pela reitoria, dirigida por Margarida Salomão e Paulo Vieira Pinto, de marcante gestão na UFJF, e foi impulsionada por uma vigorosa e intensa mobilização de todos os segmentos da comunidade universitária da UFJF, sendo majoritária entre estudantes e professores nos dois turnos do processo de votação. Tal resultado, contudo, não assegurou a vitória, uma vez que, dada a paridade entre os segmentos definida nas regras da consulta conduzida pelas associações representativas desses segmentos, ela não compensava a votação obtida entre os funcionários.

Registro, com orgulho, contudo, que no ICH e na Faculdade de Letras, obtivemos apoio expressivo nos três segmentos universitários, o que soou, para mim, como um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na direção do antigo ICHL e nos primeiros meses da vida do ICH.



Com o professor José Olindo durante a campanha para reitor em 2006.

*Antigo prédio do Instituto de
Ciências Humanas da UFJF*

09

CENÁRIOS DA

DIVERSIDADE

A derrota nas eleições para a reitoria não me permitiu atuar em posição mais central para melhorar a vida das pessoas no âmbito e nos propósitos da gestão universitária, de modo a favorecer, como era sinalizado no programa da chapa, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão através da conexão mais efetiva da UFJF com seu entorno regional, simultaneamente ao fortalecimento de sua presença nacional e internacional, tendo em mira buscar uma identidade e um patamar de excelência da qual não pudesse mais ser removida, a serem estabelecidos através de meios democráticos de gestão e do planejamento racional da utilização de seu espaço e recursos físicos. O que se seguiu revelou, contudo, que a instituição já obtivera um dinamismo vigoroso, aprofundando a linha evolutiva inaugurada na década de 1990. Por certo, na reitoria, penso que iria buscar um debate mais intenso e transversal sobre o aproveitamento dos recursos federais que se ampliaram consideravelmente para as IFES, a partir de 2007, mirando soluções integradoras do espaço de nosso campus, bem como um processo de expansão da universidade baseado em diagnóstico mais fino de suas potencialidades, ao contrário da barganha pontual por prédios e vagas, sem qualquer planejamento e atenção às exigências do mercado de trabalho brasileiro e às necessidades regionais, como seria apontado na crítica que o Departamento de História efetuou ao processo de implantação do REUNI na UFJF (Departamento de História, 2007).

Todavia, importava olhar para a frente e confiar que a comunidade universitária definiria seus rumos a partir do tracejado na dependência da trajetória que trilhava, o que, para mim, significava dizer que aquele momento passara e não se reeditaria no futuro. Assim, com pouca disposição para a política partidária, sem responsabilidades de gestão, tendo à frente apenas o magistério, que sempre exerci com enorme prazer, parei para pensar qual seria o próximo mergulho na pesquisa. Sacodi a poeira e segui adiante.

Antes, contudo, de dedicar-me de forma exclusiva ao magistério e à pesquisa, fui designado pelo Departamento de História para assumir a direção da *Locus*, com o propósito de acelerar a edição de números em atraso e criar condições para que a publicação pudesse alcançar um patamar mais expressivo nas avaliações da Capes.

Fui editor da revista entre 2006 a 2008, período em que, com o apoio destacado de Priscila Musquim Alcântara, bolsista de treinamento, foram lançados sete números e alcançada a condição de Qualis B2, na área de História da Capes.



Capa da Revista Locus

Caminhos do desenvolvimento e política industrial

Em 2007, Helena da Motta Salles propôs a mim, a Eduardo Condé (Departamento de Ciências Sociais) e a Vicente Paulo dos Santos Pinto (Departamento de Geografia) que apresentássemos um projeto de pesquisa à Fapemig com a finalidade de analisar distintas respostas nacionais aos desafios que a abertura dos mercados nacionais e a elevação da mobilidade dos capitais, crescentes desde a década de 1980, impunham a países com diferentes configurações institucionais e posições na economia mundial. Por representarem casos de países situados, historicamente, fora do *centro* do sistema capitalista, com estratégias distintas de emparelhamento, foram escolhidos o Brasil e a Coréia, além da Alemanha e os EUA, tomados como casos polares no mundo desenvolvido. As dimensões analisadas seriam as políticas de bem-estar social, industrial, inovação tecnológica e ambiental.

Neste ínterim surgiu o convite da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), então dirigida por Reginaldo Arcuri, para nos associarmos ao esforço desenvolvido por uma equipe do Cedeplar, dirigida por Mauro Borges, que analisava diferentes setores industriais brasileiros com o propósito de subsidiar a formulação da política industrial no país. Nosso papel seria comparar as iniciativas de política industrial nos EUA, Alemanha, Espanha, Coréia do Sul, México, Brasil e Argentina, desde 1998, momento em que se verifica uma certa inflexão no ambiente internacional e nas reflexões intelectuais sobre o desenvolvimento, em virtude das crises asiática, russa, brasileira e argentina, que acentuaram o peso das perspectivas críticas às postulações neoliberais e à perspectiva da convergência nos processos de desenvolvimento. A partir daí, o projeto original, já aprovado pela Fapemig, foi redefinido e nos concentramos no novo propósito, com uma mudança na equipe, a substituição do professor Vicente (envolvido em outras atividades), por Ângelo Esther, da Faculdade de

Administração. Coube a mim a coordenação geral da equipe da UFJF. Participaram, ainda, oito bolsistas de iniciação científica contratados pela ABDI: Breno Vieira de Freitas (Administração), Bruna Paiva Lenzi (História), Carlos Eduardo Ferreira Fernandes (Economia), Diogo Gomes de Campos (História), Fernando Marcus Nascimento Vianini (História), Priscila Musquim Alcântara (História), Rene Eberle Rocha (Ciências Sociais), Willian Rezende Alves Pontes (Ciências Sociais). Além destes, colaboraram Diogo de Carvalho Antunes Silva (bolsista do projeto da Fapemig) e Heitor de Andrade Carvalho Loureiro (bolsista de iniciação científica vinculado a projeto inscrito na PROPESQ-UFJF, sobre política industrial no Brasil, do qual participaram anteriormente Breno Farace Torres, Marcelo Novais da Silva e Marcelo Almeida Silva).

Nosso ponto de partida foi a abordagem sobre as *Variedades de Capitalismo*, de Hall e Soskice (2001), utilizada para delimitar o contexto interativo de operação das firmas sobre as quais devem incidir as políticas industriais, com o propósito de apurar a adequação das últimas à produção de respostas positivas das empresas. Próximas de formulações de Williamson (1988) sobre os problemas de coordenação enfrentados pelas firmas (associadas à utilização de mecanismos de mercado ou de autoridade/hierarquia), as proposições de Hall e Soskice sugeriam a existência de dois tipos polares de capitalismo, o liberal e o coordenado, com prevalência, respectivamente, do mercado e da concertação na definição dos padrões de *governança da empresas* e na forma como estas lidam com dilemas relacionados à *disciplina dos trabalhadores no âmbito interno das firmas*, às *relações industriais*, à *qualificação da força de trabalho* e à *interação com outras firmas* (relações entre fornecedores e clientes), o que impactaria de forma diferenciada os padrões de transferência de tecnologia e a inovação. No modelo, sugeria-se que os dois arranjos se articulam a padrões diversos de organização do sistema político e produzem *vantagens institucionais comparativas*, o que explicaria a predominância de distintos setores industriais e de tendências diferenciadas nos processos de inovação.

Em nosso estudo, adicionamos às dimensões propostas por Hall e Soskice as *modalidades de interação do empresariado com o Estado* (pluralismo ou corporativismo, por exemplo) e as formas de *inserção das economias nacionais no mercado mundial* (aberta/fechada, protegida/desprotegida, central, periférica ou semiperiférica), o que reduzia a elegância do modelo (por tais dimensões não se associarem diretamente à operação das firmas), mas, a nosso ver, acentuava seu realismo. Por fim, abdicamos de buscar a construção de tipologias, sempre tendentes a tornar rígida a percepção das interações entre os atores, e sugerimos que o modelo serviria apenas como um *recurso heurístico*, para identificação de *ambientes institucionais interativos* em que operavam as firmas e incidiam as políticas industriais.

Concomitantemente, consideramos diversos autores que lidam com o tema da política industrial, notadamente Castro (2002), Chang (1994) e Evans (1992). O objetivo era identificar os elementos que compõem políticas horizontais ou seletivas, para apurar o perfil e o escopo das medidas tomadas em cada país, além de guiar o levantamento de políticas setoriais, também requisitado pela ABDI.

A estratégia da pesquisa foi buscar em bases de dados internacionais elementos que permitissem revelar os perfis da estrutura industrial, da inserção internacional e dos indicadores de inovação das economias focalizadas, ao lado do rastreamento – na literatura, em relatórios de agências multilaterais e em documentos de governo –, das informações necessárias a um entendimento mínimo das várias dimensões interativas assinaladas, confrontadas, então, às políticas industriais, identificadas, também, através de documentos de governo e, subsidiariamente, de informações contidas na literatura e relatórios de agências multilaterais.

Desenvolvido ao longo dos anos de 2009 e 2010, o estudo resultou em cinco relatórios e um livro, publicado pela ABDI. Em seu curso, e, à frente, serviria de base para diversas publicações, participações em eventos nacionais e internacionais e outras iniciativas.



Apresentação dos resultados do primeiro estudo para a ABDI, com Eduardo Condé e Helena da Motta Salles, no Seminário Cenário Atual e Perspectivas da Indústria Brasileira ABDI/Sebrae-MG/ UFJF (2010)

Dentre as conclusões apresentadas, salientava-se que os EUA, entre os países focalizados, eram o único caso em que relações industriais precárias e conflitivas conviviam com indicadores de inovação elevados. A Coréia aparecia como o único caso em que a propriedade familiar na estrutura de governança das empresas conviviam com indicadores expressivos de inovação. Por seu turno, evidenciava-se que abertura da economia e proteção comercial reduzida não conduziam, necessariamente à acentuação dos indicadores de inovação. Ademais, controle nacional predominante sobre a propriedade industrial e a proximidade do centro associavam-se positivamente à disposição inovadora das empresas, ao passo que o reduzido controle nacional da propriedade e a posição periférica e semiperiférica das economias nacionais a inibiam. Por fim, destacava-se que, em todos os casos de sucesso (EUA, Coréia e Alemanha), tinham importância formas variadas de indução pública ao investimento, que reduziam a incerteza para as atividades de inovação: compras governamentais (EUA), controle estatal do financiamento e ação diretiva (Coréia), parcerias sociais (Alemanha).

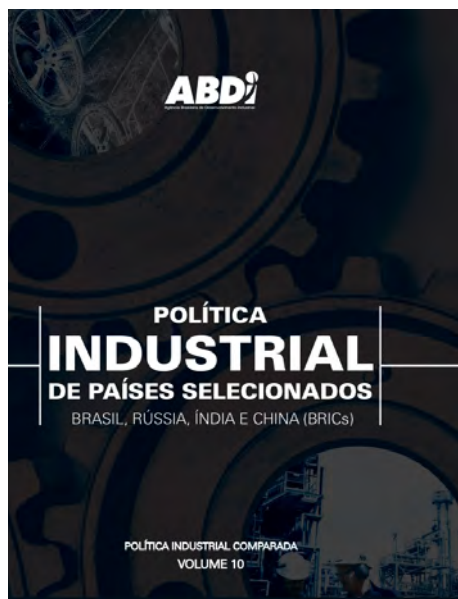
Ao final de 2010, a pesquisa foi estendida à China, Índia e Rússia, com a mesma delimitação temporal, integrando-se ao projeto *Sistematização de Informações Econômicas e Acompanhamento da Evolução da Indústria Brasileira*, coordenado pelos professores Célio Hiratuka e Fernando Sarti do Instituto de Economia da Unicamp, contratado pela ABDI. Sob minha coordenação, a pesquisa do grupo de Juiz de Fora foi conduzida com estratégia similar à do primeiro estudo, com a mesma equipe de pesquisadores e quatro bolsistas de iniciação científica: Fernando Luiz Silveira Junior (Economia); Karina Furtado Rodrigues (Administração), Paula Emília Gomes de Almeida (Ciências Sociais); Thainná Atheniense Bráulio (História).

Neste segundo estudo contratado pela ABDI, além do levantamento empírico, foi efetuado um balanço das elaborações teóricas (a partir da obra de List, em meados do século XIX), que enfatizaram a presença de vias diversas de emergência e ordenação da economia capitalista. Processou-se, também, um apanhado das diferentes abordagens associadas à noção de variedades de capitalismo e equivalentes que, desde a década de 1990, têm operado com a ideia de que o capitalismo se estrutura em distintas configurações institucionais. Por outro lado, ampliou-se consideravelmente o registro do debate sobre o *espaço para o desenvolvimento* num ambiente internacional globalizado, bem como sobre os objetivos, instrumentos e modalidades da *política industrial* neste cenário, tematizados a partir de formulações da UNCTAD (2004) e de autores como Bianchi e Labory (2006); Cimoli, Dosi, Nelson & Stiglitz (2007), Castro (2011), Chang (1994, 2002, 2004); Wade (2003, 2004, 2010), Rodrik (2004); Evans (1992); Shadlen (2005), DiCaprio & Gallager (2011). O andamento da pesquisa propriamente dita foi marcado por alguma descontinuidade no envolvimento da equipe de pesquisadores, mas o estudo foi concluído em 2011, resultando em cinco relatórios, um outro livro publicado pela ABDI, além de, novamente, subsidiar diversas publicações, participações em eventos nacionais e internacionais e outras iniciativas.

O estudo avaliava as possibilidades de fortalecimento, em intensidade e amplitude, da capacidade de inovar das empresas, a partir do elenco diversificado de estímulos das políticas industriais levadas adiante pelos três países, tendo em vista as dimensões do ambiente institucional interativo em que aquelas operam. Indagava, por fim, “em que medida os três países destacados nesse estudo podem sinalizar para caminhos viáveis para o Brasil?”. Sugeria, então, que a experiência russa, de crescente especialização em commodities (no caso, particularmente petróleo e gás), poderia ser tomado como um caminho viável, mas não desejável, por pouco estimular as atividades de inovação, apesar da importância do sistema nacional de ciência tecnologia naquele país.

No caso indiano, salientava a capacidade de escolher setores para estimular a inovação, em meio, todavia, a grande desarticulação do mercado interno, central a qualquer estratégia de desenvolvimento a ser empreendida no Brasil. Por fim, na China era apontado como relevante a capacidade de definir e retificar continuamente projetos de longo prazo, sob condições políticas, contudo, diversas das brasileiras.

Desenvolvidos para analisar outras experiências, mirando, entretanto, formular sugestões para o caso brasileiro, os dois estudos contratados pela ABDI sinalizavam que, no Brasil, a seleção de setores e o planejamento de longo prazo eram dificultados pela presença de uma estrutura industrial fortemente internacionalizada, com impactos sobre a capacidade de coordenação do Estado, também debilitada pela descontinuidade dos arranjos institucionais constituídos para a condução da política industrial, pela dessintonia entre essa última e a política macroeconômica e pela



dispersão e reduzida organicidade da representação empresarial, apesar da longevidade e a abrangência das entidades corporativas. Não obstante, registravam a permanência de instrumentos importantes como o BNDES e a Petrobrás, sugerindo que deveriam ocupar posições mais centrais e permanentes na estrutura de coordenação da política industrial brasileira. Por sua vez, dada a dimensão liberal da variedade brasileira de capitalismo, manifesta nas relações entre as firmas e em aspectos das relações industriais, era assinalado que as compras governamentais poderiam, com uso mais intenso e seletivo, favorecer disposições para a inovação junto às firmas. Por fim, considerava-se que a ampliação das atribuições das entidades corporativas da indústria, de grande peso no Brasil, poderia fortalecer sua capacidade de arregimentação para firmar e garantir, de seus pares, o cumprimento de acordos com o Estado.

Os estudos conduzidos de 2009 a 2011, assentados apenas na análise documental, não garantiam a validação rigorosa de suas conclusões, porém abriam pistas para a formulação de hipóteses que poderiam ser submetidas a testes mais robustos. Por certo, lacunas importantes existiram no cotejo da literatura e no levantamento e interpretação das fontes. Todavia, faltava a eles, principalmente, a meu juízo, uma análise histórica que apurasse a formação dos ambientes institucionais interativos que apontava em cada país, considerando a trajetória de sua constituição e os interesses e o poder dos atores sociais. Em 2012 surgiria uma oportunidade para avançar nessa direção, ainda que parcialmente, com a pesquisa *Capacidades Estatais e Política Industrial no Brasil, China e Índia*, seção do projeto *Políticas Públicas e Capacidades Estatais para o Desenvolvimento em Perspectiva Comparada*, coordenado por Renato Boschi e Alexandre Gomide, a partir de parceria firmada entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Ao contrário dos estudos conduzidos para a ABDI, eu não poderia contar com uma equipe de pesquisadores, nem com bolsas associadas diretamente ao projeto. Por isso, busquei a colaboração de Fernando Marcus Nascimento Vianini, mestre em História e Ciro Alves Pinto, economista, além de contar com Ana Cléa Souza dos Santos e Conrado Jenevain Braga, bolsistas de iniciação científica de projetos desenvolvidos na UFJF. Em sua etapa derradeira, participaram, ainda, Amanda Mazzoni Marcato e Marina Brandão Mendes Regazzi, também bolsistas de iniciação científica. De minha parte no projeto INCT-PPED/IPEA resultaram dois artigos presentes nos *Textos para Discussão*, do IPEA, além da participação em seminários e cursos, projetando-se, ainda, a publicação de um capítulo na edição que agrupará o conjunto dos estudos realizados a partir da parceria indicada acima (ver anexo).³

Mais uma vez foram focalizadas as políticas industriais desenvolvidas a partir do final da década de 1990, considerando as iniciativas governamentais de caráter geral e setoriais (dirigidas à indústria farmacêutica, automotiva e têxtil). Buscava-se avaliar como as políticas, em seu conteúdo geral, miravam o enfrentamento dos *custos da descoberta* pelos empresários (Hausman & Rodrik, 2003; Rodrik, 2004); a *integração externa e integração interna das economias nacionais* (Wade, 2003), a criação de *disposição empresarial para investir em inovação* e a capacidade dos países definirem uma *perspectiva de futuro*. Do ponto de vista setorial, a partir de indicações de Castro (2011), num cenário de grande competitividade no mercado mundial e de protagonismo crescente da China, foram consideradas as políticas dirigidas a ramos industriais situados na fronteira tecnológica, que demandam ações para a *busca do futuro*, bem como aquelas que intentam o *reposicionamento* de ramos modernos e competitivos, porém não situados na fronteira do conhecimento, além das que se orientam para a *proteção* de ramos tradicionais.

³ O conjunto dos estudos desenvolvidos neste projeto foram reunidos em publicação coordenada por Renato Boschi e Alexandre Gomide, em 2016

A estratégia da pesquisa envolveu, novamente, o rastreamento na literatura e a consulta a dados e documentos produzidos por agências multilaterais e organismos de governo, além de fontes complementares, obtidas em consultorias e organizações empresariais. Ampliou-se, todavia, consideravelmente a literatura sobre os países focalizados e os documentos consultados, numa perspectiva que buscava a *análise histórica comparativa* das experiências em tela, salientando o *peso de escolhas relativas aos papéis do capital estrangeiro e nacional* nos processos de emparelhamento, as *características do espaço econômico doméstico e de suas conexões com o Estado Nacional*, as características e dinamismo da *transição rural-urbana*. No limite, importava considerar as possibilidades de superação dos riscos da *armadilha dos países de renda média*, verificadas quando a transição rural-urbana se complementa, provocando a redução do ímpeto do crescimento econômico, sem a geração de capacidade e disposição de inovar nas empresas, cuja competitividade não pode mais se ancorar apenas no *trabalho barato*.

As políticas industriais foram analisadas como respostas a dilemas gerados nas trajetórias percorridas por cada país, a partir da década de 1950, quando se estabeleceram as *estratégias de emparelhamento* perseguidas pelo Estado, que definem o alcance e a natureza das *reformas de mercado*, conduzidas desde 1978, na China, e a partir da década de 1990, na Índia e no Brasil, resultantes de pressões externas e internas. A *capacidade do Estado* em conduzir com êxito políticas voltadas aos objetivos apontados acima foi, então, abordada a partir da identificação dos *dilemas de coordenação* existentes, tanto na relação entre organismos de governo, quanto em sua articulação com as empresas e/ou os empresários e o entorno social.

Em relação aos legados das estratégias de emparelhamento, salientou-se que, na China, os arranjos institucionais herdados do período socialista e o timing da transição favoreceram a preservação de um sólido aparelho produtivo estatal, capaz de nuclear políticas indutoras da inovação, favorecendo a superação da armadilha da renda média. As reformas ampliaram as relações de mercado e a participação

do capital estrangeiro, mas não eliminaram instrumentos de proteção como o câmbio. Na Índia, o sistema de licença Raj favoreceu a constituição de grupos nacionais familiares fortes, mas encapsulados em poucos setores. As reformas reduziram diferentes regulamentações, mas não dissolveram, também, instrumentos de proteção como o câmbio. No Brasil, a política de substituição de importações com atração precoce de multinacionais conduziu ao amesquinamento da empresa nacional, introduzindo uma dificuldade adicional às políticas de inovação e de superação dos dilemas da renda média. Num espaço fortemente internacionalizado, as reformas miraram fundamentalmente a redefinição do papel do Estado e a redução da proteção ao mercado interno. Subsistiram, contudo, importantes instrumentos de política industrial, como os bancos públicos e a Petrobrás.

O estudo destacou que os três países em suas estratégias de emparelhamento desencaderam processos de desenvolvimento liderados pelo Estado. No Brasil, contudo, inexisteram agências abrangentes de coordenação. De certa forma, foram seus equivalentes funcionais as convenções do *crescimento garantido*, sustentando pelas inversões das empresas estatais, e da *estabilidade presumida*, assegurada por dispositivos de contorno das pressões inflacionárias sobre os ganhos empresariais (Castro, 2012).

Salientou-se, então, que, por conta dos legados das estratégias de equiparação e dos impactos das reformas, os países focalizados apresentam distintos dilemas de coordenação para implementação das políticas industriais. Na China, o poder que dispõe o Estado de promover *experimentações* no plano local (Heilmann, 2008) e a dinâmica do *consenso estruturado* (Ling e Naughton, 2013) favorecem amplo engajamento nas políticas definidas, por vezes com *transbordamento* de suas metas, em decorrência da atuação de bancos, das empresas estatais e dos governos locais. Na Índia, a relativa desarticulação do espaço econômico doméstico (Kochhar, 2006; Rodrik e Subramanian, 2005; Kotwal, Ramaswami e Wadhwa, 2010), a preservação de uma máquina administrativa setorializada e os frágeis mecanismos de construção de consenso reduzem

a capacidade de implementação de políticas mais abrangentes, ainda mais mitigada pelo predomínio de uma perspectiva que, desde 1991, confia fundamentalmente na melhora do ambiente de negócios para estimular o desenvolvimento. Assim, a inserção internacional crescente da economia indiana tem se associado ao fortalecimento de atividades específicas, intensas tecnologicamente e de viés exportador, com reduzido impacto nas atividades e formas de produção tradicionais voltadas para o mercado interno.

No Brasil, a descontinuidade das políticas, a ausência de agências coordenadoras de peso, a baixa capacidade de arregimentação das entidades empresariais, a influência significativa das multinacionais e do capital financeiro no meio empresarial e na opinião pública, arrefecem o impacto da política industrial e da resposta empresarial a ela.

Tendo em vista as perspectivas existentes para o Brasil, o estudo assinala que no país se esgotara a convenção do crescimento garantido, apesar da preservação de instrumento como o BNDES e a Petrobrás e, passado o momento mais agudo do experimento neoliberal,

durante o governo Lula, uma nova convenção parecia se definir, com a expectativa de ampliação da produtividade, por meio da modernização tecnológica e da inovação, impulsionada pela elevação da renda e expansão do mercado de consumo de massas. Boa parte da política industrial brasileira recente orientou-se para tal propósito, mas tem sido frequentemente minada pela preservação da rigidez na política macroeconômica, pelo vazamento dos ganhos potenciais na sobrevalorização cambial, pela pressão bem-sucedida de portadores de fórmulas ortodoxas esquemáticas, estranhas às experiências de



sucesso em processos de equiparação, ao pragmatismo observado nos casos indiano e especialmente chinês aqui descritos, e cegas à própria trajetória brasileira. Pode ser que problemas pontuais na condução da política energética e de infraestrutura tenham também contribuído para esmorecer a confiança na nova convenção que emerge, inibindo as disposições de investir do empresariado. Se é assim, avulta o dilema de se construir mecanismos de articulação que assegurem tal confiança e garantam a construção de políticas de longo prazo, evitando, por meio do alargamento e verticalização da democracia e da inclusão, que o projeto de desenvolvimento do país submerja continuamente nas incertezas do ciclo político (Delgado, 2015:55).

Limites importantes podem ser apontados nos estudos associados ao esforço de comparar políticas de desenvolvimento, conduzidos desde 2007, certamente acentuados pelas barreiras linguísticas, ainda que, hodiernamente, esteja bastante disseminada a apresentação de documentos nacionais em língua estrangeira, especialmente o inglês. Desde a *Estratégia de um Revés*, na década de 1980, eu buscava desenvolver uma estratégia de pesquisa do empresariado e das políticas que o afetam contrastando as iniciativas do Estado com as proposições e/ou respostas empresariais, seja analisando documentos produzidos pelas associações de classe, seja acompanhado a interação Estado/empresariado nos canais de intermediação que se constituem em cada trajetória focalizada. Nos estudos desenvolvidos para a ABDI e para o projeto INCT-PPED/IPEA a perspectiva inicial era também essa. Todavia, nem sempre estavam disponíveis documentos empresariais nos diversos países. Assim, parte importante das análises comparativas pretendidas – sem considerar as lacunas da pesquisa, das abordagens que as guiavam e as insuficiências do pesquisador – não pode contar com elementos importantes para sua sustentação.

De todo modo, alguma luz estes estudos devem ter trazido ao entendimento dos temas que abordaram.

Sistemas de Saúde e Indústria Farmacêutica

Meu interesse pela política social foi despertado na década de 1990 ao entrar em contato com a literatura sobre os estados de bem-estar social, contribuindo para a conversão socialdemocrata que vivenciei nesse período. Em 2007, convidado pela Professora Cláudia Ribeiro Viscardi, escrevi o projeto *Atores e Trajetória da Política de Saúde no Brasil* (1988–2006), com o propósito de estudar a participação de médicos, planos de saúde e hospitais privados nos rumos da política de saúde brasileira desde a criação do SUS. O projeto fazia parte da linha de estudo *Sociedade, Estado e Saúde no Brasil: trajetória da política, percepção dos usuários e realidade das chances de saúde*, integrada por Eduardo Condé, José Alcides Figueiredo, Helena da Motta Salles e por mim, no âmbito do projeto mais abrangente *Estado e Sociedade: Entre a Cidadania e a Exclusão*, coordenado por Cláudia Viscardi, do Departamento de História. Tal projeto foi contemplado, em 2007, pelo Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa Emergentes da Fapemig, e integrado ao Grupo de Pesquisa Cidadania, Trabalho e Exclusão, vinculado ao CNPQ e coordenado por Cláudia Viscardi, do Departamento de História da UFJF e Ronaldo Pereira de Jesus, na época ligado ao Departamento de História da UFOP.

A orientação e o trabalho dos bolsistas de iniciação científica vinculados ao projeto (também inscrito na Propesq-UFJF), foram premiados em 2008 na Mostra de Iniciação Científica da UFJF, resultando em publicação com Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro, hoje estudante de doutorado na UFJF. Com a participação das bolsistas de iniciação científica Juliana Delgado Teixeira (2007 e 2008), Nittina (2008 e 2009), Pedro Victor Monteiro de Carvalho (2010), Tâmara Horsti (2009–2011), foi organizado um conjunto significativo de informações, disponíveis para outras investigações, recolhidas junto a organismos como a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Nacional de Hospitais Privados, o Conselho Nacional de Saúde e a Agência Nacional de Saúde. Daí nasceria a reflexão básica que guiaria

o esforço de explorar as conexões entre sistemas de saúde e indústria farmacêutica, com o propósito de articular, num mesmo objeto, temas como política industrial e política social.

A oportunidade para viabilizar esse esforço foi proporcionada pelo INCT-PPED, com o projeto, de 2009, *Variedades de Capitalismo e Política Industrial: uma comparação entre Brasil e Argentina*, em colaboração com Eduardo Condé, que se propunha a analisar a política industrial dirigida aos setores de tecnologia de informação e comunicação e à indústria farmacêutica, a última sob minha responsabilidade. Com a colaboração dos bolsistas de iniciação científica, Adebiano Robert Rodrigues Pereira e Guilherme Jacinto Schneider, vinculados ao INCT-PPED, foi acelerado o levantamento sobre o sistema de saúde, a indústria farmacêutica argentina e suas entidades representativas, que se somaram à pesquisa sobre os atores sociais e o sistema de saúde brasileiro, bem como às informações recolhidas para o primeiro projeto desenvolvido para a ABDI. À investigação conduzida com apoio do INCT-PPED associava-se o projeto *Bem-Estar Social, Saúde e Indústria Farmacêutica*, inscrito na PROPESQ-UFJF, que, em 2012, alcançaria, para a orientação efetuada e aos bolsistas Ana Cléa Souza dos Santos e Maedison de Souza, mais um prêmio na edição anual da Mostra de Iniciação Científica da UFJF.

O que se desenhava, todavia, era um *programa de pesquisa*, impossível de ser desenvolvido num só projeto. Minha perspectiva, jamais alcançada, era reunir uma equipe de pesquisadores e bolsistas que dessem conta, pelo menos para o Brasil, de todos os *atores sociais endógenos do sistema de saúde*, conforme indicado nos desdobramentos da pesquisa iniciada em 2007. Os tipos básicos de sistemas de saúde, considerados a partir do mix público-privado no acesso e provimento dos serviços, levando em conta a experiência de países capitalistas centrais, seriam os *sistemas universais com provimento público* (Reino Unido, Escandinávia), *universal com provimento privado* (Canadá), *corporativo* (Alemanha), *liberal* (EUA) (Albuquerque & Cassiolato, 2000; Almeida 2008; Lobato & Giovanella, 2008).

Para além da presença de atores sociais mais abrangentes – trabalhadores e empresários – e do peso de outras arenas – parlamento, opinião pública – importava-me entender como as *figurações* estabelecidas pela articulação entre os atores endógenos ao sistema de saúde afetavam sua trajetória. Tais atores envolviam os segmentos que operavam – diretamente, ou articulados ao sistema de saúde – na *direção política* (governo), na *gestão* (burocracia), no *atendimento* (médicos, principalmente, mas também enfermeiros), na organização dos *serviços* (hospitais), na oferta de *insumos* (indústria farmacêutica e de equipamentos), na *distribuição* de medicamentos (farmácias), na organização do acesso (seguros de saúde) e no *consumo* (clientela). O perfil dos grupos formados em cada uma dessas esferas, seus interesses, poder e disposição para a ação coletiva, dependem, por sua vez, da natureza de sua função e da estrutura institucional do sistema de saúde.

Detive-me, contudo, no objeto de meu projeto individual, isto é, em um ator específico, focalizando as relações entre indústria farmacêutica e sistema de saúde. Encadeadas à operação do *complexo industrial da saúde* (Gadelha, 2006), tais relações são circunscritas pelos contornos institucionais do próprio sistema de saúde, que estabelece a estrutura básica do mercado em saúde e a força gravitacional de cada um de seus elementos constitutivos e atores endógenos.

Rastreando o desempenho da indústria farmacêutica no Brasil e na Argentina desde a edição do TRIPS (sigla em inglês de Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), em 1994, evidenciava-se que, na Argentina, o adiamento na adesão plena ao acordo favorecera uma performance superior do setor, em comparação com a indústria brasileira, aprofundando uma distância que já existia até o naufrágio do país em 1998. Desde então, a indústria brasileira vem se afirmando, estimulada, num primeiro momento, por políticas como a dos medicamentos genéricos, seguida de uma crescente absorção da *política industrial* pela *área de saúde* do governo brasileiro, desde a ascensão de Lula, em 2003. Compras públicas, parcerias de desenvolvimento-produtivo e medidas regulatórias se somavam a linhas de financiamento

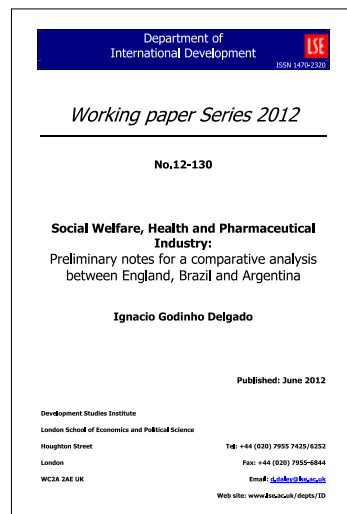
do BNDES, contribuindo para alterar as relações entre a indústria brasileira e a argentina (expressa na inversão dos termos da balança comercial setorial bilateral) e para acentuar o peso da *indústria nacional* no mercado doméstico de medicamentos brasileiro, além de estimular a disposição de inovação no setor. Na análise que desenvolvíamos tal resultado derivava da maior capacidade de coordenação da área de saúde no Brasil, por força dos elementos universais do sistema de saúde brasileiro, em contraste com a fragmentação do sistema de saúde corporativo na Argentina.

A comparação entre Brasil e Argentina, conquanto a pesquisa não estivesse concluída, levou-me a buscar o pós-doutorado na LSE, no Reino Unido, em 2011, onde fui acolhido por Ken Schadlen, figura de destaque em estudos sobre propriedade intelectual, indústria farmacêutica e espaços para o desenvolvimento na ordem internacional definida a partir da criação da OMC e da edição do TRIPS. Ficou



evidente, no estudo sobre a indústria farmacêutica britânica e suas relações com o National Health System (NHS), que era possível uma interação virtuosa entre sistemas universais de saúde e desempenho inovador do setor de medicamentos, através da colaboração para a pesquisa, proporcionada pela rede hospitalar pública, pelo financiamento a atividades de inovação e pela política de compras públicas, que reduzia

a incerteza da indústria em seu esforço inovador. Marcada por tensões crescentes desde o TRIPS, tal relação apresentava-se, ainda, como uma *vantagem institucional comparativa* da indústria britânica, não obstante seu interesse em acentuar a flexibilidade do mercado interno de medicamentos no país. Contrastei a experiência britânica à brasileira e à argentina e apresentei os resultados preliminares da pesquisa em um seminário e em uma publicação do Department of International Development da LSE.

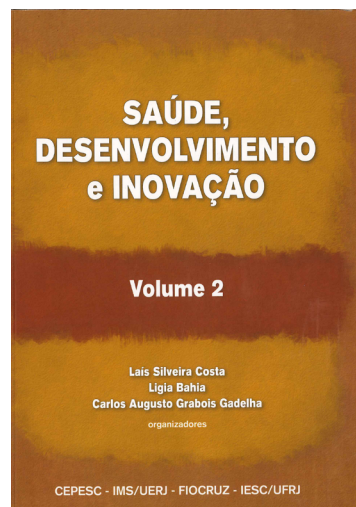


A partir daí, busquei envolver-me em iniciativas e redes que favorecessem a construção de espaços de aproximação entre a *indústria nacional de medicamentos* e as forças políticas, dentro e fora da área de saúde, que defendem a *ampliação da dimensão pública do sistema de saúde brasileiro*. Tem me guiado, a esperança, talvez vã, de desenhar uma coalizão que compense a força gravitacional de outros atores endógenos (médicos, hospitais e farmácias privadas), que, no Brasil, atuam na direção oposta à do fortalecimento do sistema público, diversamente do que ocorre no Reino Unido, onde tais atores têm seu perfil e interesses circunscritos pelos vínculos que dispõem com o NHS.

No projeto INCT-PPED/IPEA tive a oportunidade de ampliar o estudo da relação entre sistemas de saúde e indústria farmacêutica, ao analisar a trajetória da China e da Índia. Em 2014, a partir de convite de Laís Silveira Costa, pude participar do *Projeto Saúde e Desenvolvimento: novas abordagens*, do Grupo de Inovação em Saúde (GIS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com a pesquisa *Sistemas de Saúde e Indústria Farmacêutica*, ampliando ainda mais o estudo desta relação, através de um balanço extenso da literatura que aborda temas como a relação saúde/mercadoria, o complexo industrial da saúde e os sistemas de inovação em saúde, além da incorporação de outros países

à investigação, como os EUA, a Alemanha e o Japão. Colaboraram com esta última pesquisa, Fernando Marcus Nascimento Vianinni, Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro, estudantes do doutorado do PPG em História da UFJF, além de Marina Brandão Mendes Regazzi, Taissa Cristina de Oliveira e, de forma mais destacada, Raphael de Oliveira Lago e Samara Vitral Marinho, bolsistas de iniciação científica do Curso de História da UFJF. Dela resultou o Relatório de Pesquisa *Saúde, Ciência e Mercadoria: anotações sobre experiências nacionais de interação entre sistemas de saúde e indústria farmacêutica*, que focaliza as implicações institucionais dos diferentes arranjos em que são estruturados os sistemas de atendimento à saúde para o apoio público à pesquisa que serve à indústria farmacêutica. De tal relatório derivaram dois artigos, ainda inéditos, que deverão ser publicados proximamente.⁴

No Reino Unido, foi possível apurar de forma mais detida a perspectiva empresarial, no âmbito da relação destacada nesta seção do memorial, dada a presença de uma vasta documentação do Ministerial Industry Strategy Group (MISG), criado em 2001. Nos demais casos, por dificuldades no acesso a documentos empresariais ou por não ter complementado a investigação como projetada originalmente (Argentina e Brasil), ocorreram as mesmas lacunas apontadas na seção anterior em estudos sobre a política industrial. A estratégia das pesquisas sobre sistemas de saúde e indústria farmacêutica foi a mesma utilizada em estudos anteriores, com consulta à literatura, a documentos de agências multilaterais e de governo, secundada por informações adicionais buscadas em outros organismos.



⁴ A ilustração desta página indica uma das publicações em que foi incluída parte do relatório mencionado. Outros produtos da pesquisa estão indicados no anexo.

Ao lado, ao redor e aqui: mundo do trabalho, ações afirmativas, desenvolvimento local

Centrado no estudo do empresariado, do capital, a partir da década de 1980, minhas inclinações políticas, todavia, desde a juventude estiveram dirigidas aos personagens e atores ligados ao mundo do trabalho. É certo que esse era o antípoda recorrente do empresariado enquanto objeto e como ator, presente nos discursos de Simonsen ao propor a criação do Sesi e anunciar a *Carta da Paz Social*, em 1946, abordados em *A Estratégia de um Revés*. A forma como os trabalhadores aparecem na cena política nacional foi tomada como variável decisiva no modelo analítico utilizado em *O Desafio Redistributivo* para explicar as escolhas empresariais sobre a política social, uma temática que se conecta, também, diretamente ao mundo do trabalho. Nas dimensões interativas apontadas nas variedades de capitalismo, três delas (relações com empregados no interior das firmas, relações industriais e qualificação) referem-se diretamente ao mundo do trabalho. Por fim, a análise dos sistemas de saúde envolve considerar o peso e a direção dos interesses de atores exógenos, destacadamente os trabalhadores, na determinação de sua origem, embora esses não estivessem no centro de minhas pesquisas.

Mesmo mirando o empresariado não deixei de ver os trabalhadores, que, no âmbito das relações de produção capitalistas, apareciam sempre ao lado do primeiro, ainda que tal lado fosse, eventualmente, o oposto. Todavia, nunca havia tomado os trabalhadores como objeto. E não o faria, senão em 2015, tangencialmente, num artigo sobre o PT, publicado na revista *Tempo e Presença* (ver anexo) . Por isso, destaco minha participação, dentre outras em que me envolvi, na organização, em 2009, com Valéria Lobo e Cláudia Viscardi, do II *Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 90 anos da OIT – Mobilização Social e Direitos Trabalhistas*.

Dele resultou um volume, em que participei, também, da organização e incluí um artigo sobre a perspectiva empresarial relativa ao custo do trabalho, na década de 1990. Em meio a diversos artigos que focalizavam especificamente os trabalhadores, achei um lugar para mim, ainda que falando de seu antípoda.

Desde a década de 1990 desenvolvia grande simpatia pelas políticas de ação afirmativa dos EUA, mas nunca me debrucei sobre elas. Tratava-se de um tema que estava ao redor de minhas referências intelectuais mais significativas, atentas à desigualdade, mas concentradas em temas como as classes e o Estado. De certa forma, absorvia sem dificuldades as ponderações sobre sua inadequação ao Brasil, pelo peso da miscigenação, embora não considerasse consistente a afirmação da existência positiva, concreta, de um cenário de democracia racial. Como visto anteriormente, designado em 2004 para coordenar os trabalhos da comissão destinada a produzir um relatório sobre o tema, mergulhei na literatura pertinente, busquei e analisei dados e argumentos contrários e favoráveis e firmei um juízo que instruí com mais substância a minha simpatia. Depois disso, participei da organização de dois eventos sobre temas correlatos, escrevendo as introduções dos volumes que deles resultaram, além de proferir, ocasionalmente, palestras sobre o assunto fora do ambiente universitário. Todavia, distante do centro de interesse das minhas pesquisas, deixei de acompanhar o debate intelectual e político sobre o tema, sem ter produzido uma peça que registrasse num espaço diretamente acadêmico minhas reflexões de 2004.



A oportunidade surgiu em 2013, convidado pela ANPUH para participar da mesa História, ensino e políticas de ação afirmativa: a Lei 11.645/08, na Sessão 8 dos “Diálogos Contemporâneos” do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH. Recebi de bom grado o convite, repassei anotações, atualizei alguns dados e escrevi a comunicação *Ações Afirmativas e o Horizonte Normativo da Democracia Racial*, com um apanhado das reflexões sobre a questão racial no pensamento brasileiro, uma ligeira avaliação dos primeiros resultados da adoção das políticas de ação afirmativa no acesso ao ensino superior do país e a ponderação sobre sua possível extensão a outras esferas e eventual reversão, em futuro próximo, na educação, caso os investimentos no setor e as mudanças demográficas viessem a torná-las desnecessárias.

Por fim, assinalava que o caráter plural da tácita coalizão que sustentou o fortalecimento das políticas de ação afirmativa na agenda política brasileira nos últimos anos sugere a possibilidade de constituição de uma nova crença compartilhada, em que a noção de democracia racial afaste-se de seu paradigma descritivo e ideológico, para converter-se num horizonte normativo, que não mascare o racismo e as desigualdades raciais, mas sim defina os objetivos a perseguir e os caminhos para alcançá-los. (Paper para a ANPUH, 2013: 10)

Todavia, a expectativa de ter um registro num veículo especificamente acadêmico das reflexões que desenvolvera em 2004 não se efetivou. Desafortunadamente, os Anais do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH não incluíram as comunicações efetuadas nos Diálogos Contemporâneos.⁵

Desde o doutorado fui me afastando de pesquisas sobre Minas Gerais, a Mata Mineira e Juiz de Fora. Por vezes cogitava desenvolver um projeto de pesquisa que contemplasse uma biografia de Américo Gianetti, personagem central em minha dissertação de mestrado. Em 2008 e 2012 escrevi pequenos estudos sobre a indústria de Juiz de Fora, para

⁵ Este trabalho, revisto, foi finalmente publicado em 2016, numa edição da revista Cadernos de História da PUC-MG (ver anexo)

subsidiar as propostas de Margarida Salomão, candidata à prefeitura em Juiz de Fora, em duas oportunidades, sem desdobramentos acadêmicos. Em 2007, junto com Marcelo Dulci, lecionei a disciplina *Desenvolvimento Local e Sustentável e as Perspectivas da Zona da Mata Mineira*, no Curso de Capacitação de Gestores Públicos para o Desenvolvimento de Políticas Públicas no Âmbito da Economia Popular Solidária, promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – MG; Fadepe-UFJF e Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária. É pouco. Algo se perdeu numa encruzilhada do percurso.

Redes

Sempre trabalhei em grupo, mas no universo acadêmico minha integração em redes interinstitucionais é praticamente um fenômeno do século em curso. Vale destacar as participações, já registradas, no projeto de pesquisa conduzido por João Antônio de Paula, do Cedeplar-UFMG, entre 2001 e 2004, no projeto coordenado por Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus, entre 2007 e 2009, e nos dois projetos patrocinados pela ABDI, conduzidos pelo Cedeplar e o Instituto de Economia da Unicamp, entre 2009 e 2011. Ademais, mantenho laços, embora com participação eventual, com pesquisadores da ANPUH; com a rede de pesquisadores que organiza os workshops *Empresa, empresários e sociedade* e com grupos de pesquisadores, na ANPOCS, dedicados ao estudo de temas do desenvolvimento.



Em 2008, a convite de Eli Diniz, participei da elaboração do projeto que deu origem ao INCT-PPED, passando a integrar seu Comitê Gestor quando o instituto foi criado, em 2009. Acentuaram-se, então, os contatos no âmbito de uma rede de pesquisa mais ampla, “de escopo nacional e internacional, tendo entre seus consultores internacionais pesquisadores de reconhecida competência e projeção em suas respectivas áreas de atuação” (INCT-PPED, s.d.).

A partir daí, colaborei na organização de eventos, ainda que modestamente, e integrei-me em espaços de debate acadêmico que favoreceram o andamento das pesquisas indicadas nesta seção do memorial, além de abrir as portas para o pós-doutorado realizado na LSE. Esse envolvimento resultou em ganhos diversos para a UFJF, sejam diretamente acadêmicos, por favorecer a constituição de laços com outras instituições e o recrutamento de bolsistas, sejam materiais, com a aquisição de equipamentos, vinculados aos projetos desenvolvidos, ou adquiridos pelo INCT-PPED para as instituições de ensino superior que o integram.



Em decorrência das pesquisas relacionadas à indústria farmacêutica e sistemas de saúde, estabeleci contatos com pesquisadores da área de saúde coletiva, na UFRJ e Fiocruz. Daí resultaram a aproximação com a Abrasco, a participação em projetos do Grupo de Inovação em Saúde (GIS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e, mais recentemente, a integração à rede *Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), Inovação e Dinâmica Capitalista: Desafios Estruturais para a Construção do Sistema Universal no Brasil*, coordenado por Lúcia Bahia, da UFRJ, a partir de 2014.

Semana de História 2009



AO LONGO E NO CENTRO

DO PERCURSO

10

Desde meados da década de 1990 minhas designações para o magistério, na graduação, têm se associado a conteúdos ligados à trajetória brasileira a partir de 1930. Tenho clareza que nos cursos da graduação estamos formando, na maior parte dos casos, professores do ensino básico. Assim, nunca me pareceu razoável evitar a apresentação de conteúdos presentes nos currículos definidos nas *Diretrizes Curriculares do CNE* para o curso de História, em favor de temas e abordagens de minha preferência, se não fosse possível integrá-los a um programa capaz de contemplar o disposto nas Diretrizes. Meus cursos, pois, têm procurado apresentar as linhas de força dos contextos econômico-sociais e políticos dos períodos abarcados pelas disciplinas que ministro, na sequência dos acontecimentos, tal como definido, convencionalmente, pela trajetória política brasileira. Adicionalmente, focalizo a participação de três atores cruciais na história republicana: os trabalhadores, os militares e os empresários. Por fim, debato temas como os dilemas do desenvolvimento e a relação Estado-sociedade no Brasil. A dinâmica cultural da sociedade brasileira desde 1930 é desenvolvida em painéis conduzidos pelos alunos, a partir de temas previamente acordados ao início dos cursos.

O curso de graduação em História da UFJF prevê, contudo, a oportunidade de desenvolvimento de cursos com temas mais flexíveis nos *Tópicos Especiais em História*, no meu caso, *Tópicos Especiais em História Política e das Instituições*. Quando me foi possível ministrar tais

cursos, desenvolvi temas associados a meus interesses de pesquisa, com destaque para o estudo da trajetória dos Estados de Bem-Estar Social e das políticas sociais no Brasil, bem como das reflexões sobre o desenvolvimento no pensamento social brasileiro.

Dada a inexistência, entre 2003 e 2012, de fronteiras entre bacharelado e licenciatura no Curso de História da UFJF, todos os alunos precisavam completar seu curso com uma monografia, o que exigia dos professores uma ampliação significativa dos temas com os quais deveriam lidar nas atividades de orientação. Nestes casos, entendia a atividade de orientação como um apoio para a organização metódica da pesquisa e da estrutura dos textos e a avaliação da consistência de argumentos e da verificação, buscando a colaboração de colegas para a definição mais rigorosa das referências bibliográficas e formulações teóricas. Nos casos em que os estudantes se acercavam de temas próximos de meus interesses de pesquisa, me guiava pelo propósito de identificar se, nos alunos, existe o potencial para encadear a preparação das monografias a projetos de mestrado, ou se o horizonte de possibilidades era apenas de complementação da graduação.

Como se vê no Relatório de Atividades, diversos estudantes de mestrado originários da UFJF que estiveram sob minha orientação, desenvolveram monografias que sinalizavam para os temas desenvolvidos na pós-graduação. Boa parte deles se integrou aos meus projetos de pesquisa, na condição de bolsistas de iniciação científica.

Na pós-graduação, dada a ambiguidade de meu pertencimento ao campo da História, apenas por uma vez ministrei a disciplina *História, Cultura e Poder*, que vertebra a área de concentração do programa de pós-graduação, por força de uma dificuldade episódica na programação. Ainda, assim, acertado com o Colegiado do Curso, apresentei aos alunos textos da literatura básica das variantes mais destacadas do neoinstitucionalismo. Nos cursos vinculados à disciplina *Tópico Especial em Poder, Mercado e Trabalho*, desenvolvi temas conectados às minhas áreas de interesse mais próximas, destacadamente relativos à literatura e trajetórias dos estados de bem-estar social, do desenvolvimento e da política

industrial, além de temas e teorias neoinstitucionalistas. Tais conteúdos foram desenvolvidos, também, em cursos conduzidos no programa de pós-graduação em Ciências Sociais, do qual participo como colaborador, por vezes em parceria com Eduardo Condé e Helena da Motta Salles.

Em 2014 e 2015, desenvolvi, simultaneamente, nos programas de História e Ciências Sociais, cursos sobre a *análise histórica comparativa*, abordagem eclética, cuja identidade tem-se buscado construir, com um conjunto diversificado de pesquisadores, em contraposição tanto às perspectivas que ancoram a explicação de eventos e processos sociais em análises quantitativas de variáveis discretas num grande número de casos, quanto às radicadas em deduções derivadas da racionalidade de atores individuais, embora sem recusar validade a técnicas que são utilizadas nas duas (Mahoney & Rueschemeyer, 2003). Colocando-se à distância de formulações que descartam a possibilidade de explicação nas Ciências Sociais, em favor apenas da interpretação do sentido que se forja nos processos de interação social, a *análise histórica comparativa* mira a análise, em profundidade, especialmente de eventos e processos macrossociais, a partir da identificação dos elementos contextuais e da sequência dos acontecimentos que os engendram, o que favorece a escolha de poucos casos para análise. Nos cursos de 2014 e 2015 associei à apresentação e leitura de formulações diversas ligadas a tal abordagem, debates sobre trajetórias de desenvolvimento e sobre a origem dos sistemas de bem-estar e de saúde nacionais.

Na verdade, trata-se de uma busca pessoal, como se os objetos sobre os quais tenho me debruçado estivessem, pirandelianamente, à procura de uma teoria, inquietação compartilhada com meus alunos.

Naturalmente que minha preferência no acolhimento de pedidos para orientação tem sido a proximidade temática dos projetos apresentados.

Todavia, tal como na graduação, admito orientar estudantes com bons projetos que versem sobre temas contemporâneos, em que eu possa colaborar no debate sobre o argumento, a estratégia de investigação e a estrutura do trabalho, sempre buscando compartilhar a orientação com colegas, dentro e fora da UFJF, que tenham contribuições mais específicas.

Por isso, apesar do crescimento recente dos projetos mais afinados com minhas preferências temáticas, colaborei, como orientador, na elaboração de estudos formidáveis, alguns já publicados ou em vias de publicação, outros guardados nas gavetas por força de indiossincrasias dos autores ou dos processos de elaboração dos trabalhos.

O crescimento recente dos projetos afinados com os temas que abordo em minhas pesquisas, indicado acima, é, em boa medida, resultado do intenso recrutamento de bolsistas de iniciação científica para os projetos que desenvolvi nos últimos anos, seja em programas da UFJF, seja em função do apoio de organismos como a ABDI e o INCT-PPED. De fato, ao longo desses anos os projetos têm se superposto, com envolvimento intenso dos estudantes nas atividades de pesquisa e no debate dos temas a eles relacionados. Parte expressiva das pesquisas que conduzi ou coordenei, valeu-se de bases de dados e documentos disponíveis na internet que, sob orientação dos pesquisadores, os alunos recolhem, e, eventualmente, sintetizam, apresentando o trabalho realizado a todo o grupo integrado na pesquisa, sob o crivo de comentários dos pesquisadores envolvidos, num processo que tem permitido o desenvolvimento de habilidades e competências múltiplas, além de germinar o interesse pela pesquisa expresso em projetos apresentados aos programas de História e Ciências Sociais em Juiz de Fora e, também, em outras instituições.

No horizonte, imaginava que a reedição contínua de tais procedimentos e a ampliação dos projetos de pesquisa dos estudantes, poderia fincar as bases de um *Núcleo de Estudos do Desenvolvimento*, hospedado no LAHPS, mas concentrado em temas específicos ligados à diferentes dimensões da noção de desenvolvimento. Tal perspectiva permanece viva.

Encargos

Havia me comprometido a assumir a Chefia do Departamento de História ou a Coordenação da Graduação logo que retornasse do pós-doutorado no Reino Unido. Desta forma, em setembro de 2012 tornei-me, mais uma vez, coordenador de curso. Pela frente dois dilemas conectados a deslindar: integrar o curso ao *Projeto de Licenciaturas da UFJF* e adaptá-lo às *Diretrizes Curriculares do Curso de História*, do CNE.

Pouco depois de aprovada a reforma curricular de 2003, o CNE fixou normas que exigiam a dissociação entre bacharelado e licenciatura, além de elevar a carga de horas-aula dedicadas ao ensino e práticas pedagógicas, dos quais deveriam, também, participar os professores dos departamentos de História. O Projeto de Licenciaturas da UFJF mirava os mesmos propósitos. Cioso ao extremo do esforço empreendido na reforma curricular e reticente em relação à produção legiferante intensa do CNE, o Departamento de História reagiu negativamente e o curso ficou à margem do processo de adaptação que era efetuado em outras licenciaturas da UFJF.

Em 2012 isso não era mais possível. Por conta de problemas de comunicação no âmbito da UFJF, vários cursos de licenciatura não haviam participado do ENADE, opção bacharelado, em 2011 e seriam avaliados pelo MEC. Assim, procurei a Professora Sônia Miranda, que estivera no Departamento de História entre 1987 e 1995, transferindo-se para a Faculdade de Educação por força de seus interesses no magistério e pesquisa sobre o ensino de História. Com sua colaboração, foi reformada a estrutura curricular, criando a exigência de escolha, pelos alunos, em determinado período de sua formação, das opções bacharelado e licenciatura e eliminou-se a exigência da monografia de conclusão de curso para a licenciatura, que, nos termos das normas da UFJF, passaria a exigir um trabalho de conclusão de curso em licenciatura, não mais um estudo sobre temas convencionalmente ligados à História enquanto disciplina.

Por fim, foi elaborado um *Projeto Pedagógico do Curso de História*. Em 2013 ocorreu a visita do MEC. Sem problemas na avaliação dela resultante, o Curso de História estava agora integrado ao ambiente institucional que circunscrevia as atividades regulares dos cursos de licenciatura e bacharelado na UFJF.

Participei, ainda, dos debates sobre a reforma do Regulamento da Graduação, no Congrad, voltei em 2014 ao Conselho Superior, e tenho

tocado a rotina da Coordenação de Curso com o apoio inestimável – e não é só retórica – dos bolsistas de treinamento profissional, Felipe Féres Valle e Otávio Augusto Rezende Paula. No segundo semestre de 2015 encerra-se meu mandato e despeço-me de funções administrativas na UFJF.



*Novo prédio do Instituto de
Ciências Humanas da UFJF*



BALANÇO E

PERSPECTIVAS

11

As opções políticas da juventude determinaram as primeiras escolhas intelectuais, definindo abordagens e objetos de pesquisa, quando esta se associou ao magistério nas minhas atividades enquanto professor universitário. Contudo, a abertura proporcionada pelo estudo e a pesquisa também afetaram as opções políticas. É certo que, na década de 1990, o afastamento de perspectivas que colocavam a revolução e o socialismo como projetos insubstituíveis a orientar as opções de vida ocorreu por força de múltiplas determinações, como alertava Marx sobre os elementos geradores de cada situação concreta. O estudo dos estados de bem-estar social, de todo modo, descortinou a possibilidade de uma prática política orientada para adoção de políticas que contornem problemas imediatos, ainda que mirando o futuro. Estudar, pois, as políticas sociais, notadamente a de saúde, e as políticas industriais associava-se a este novo desejo, num ambiente marcado por crescente desregulação e desnacionalização da economia, que aprofundavam a perda das bases materiais que dão substância ao Estado Nacional brasileiro, o locus de expansão da cidadania, desde então entendida como o meio efetivo de ampliação dos direitos, de redução das desigualdades e de algum avanço em direção à emancipação humana.



Com Vera Alice Cardoso, Ana Célia Castro, Cláudia Viscardi e Renato Boschi, após a defesa do memorial em junho de 2015

O esforço de comparar trajetórias, ensaiado na tese de doutorado, acentuou-se como requisito dos projetos desenvolvidos nos últimos anos e como instrumento crucial para contrastar contextos e identificar as escolhas e mecanismos primordiais na definição dos resultados das estratégias de emparelhamento levadas a efeito por países semiperiféricos a partir da década de 1950. Ele favorecia, também, entender o alcance e o escopo das reformas de mercado impulsionadas pela afirmação crescente do neoliberalismo, dos anos 1970 a 1990, bem como da retomada de uma presença mais efetiva do Estado na indução do desenvolvimento, após os primeiros balanços e resultados dos experimentos efetuados no âmbito de tais reformas, ao final do século passado. Ademais, na análise da indústria farmacêutica desvendaram-se elos a articular política social e política industrial como um jogo de soma positiva, salientando, para mim, novas perspectivas nas escolhas para o desenvolvimento.

Mais jovem, sob forte influência de Trotsky e da noção de economia mundial, busquei no estudo de Minas Gerais entender a prática de classe da burguesia em países atrasados. Nos últimos anos, cada vez mais nacionalista, tenho mirado o estudo da economia mundial, mas na diversidade das trajetórias nacionais que a integram. O juízo de Trotsky sobre a debilidade das burguesias nos países atrasados permanece válido, mas não se verificou em todos os lugares seu encadeamento a processos de revolução permanente em direção ao socialismo. Experiências como a da Coreia do Sul, e hoje da China, indicam como o fortalecimento do empresariado nacional é possível no atraso em meio a estímulos institucionais diversos. O que parece certo, contudo, é que sem agentes econômicos nacionais fortalecidos a competitividade das economias nacionais na ordem mundial tende a se esmaecer, o que pode se tornar um problema de grande relevo para o Brasil.

Para o futuro próximo, nas atividades de pesquisa projeto apurar com maior rigor as conexões entre indústria farmacêutica e sistema de saúde no Brasil e caminhar um pouco mais na identificação das figurações envolvendo atores endógenos do sistema de saúde em alguns casos nacionais selecionados. No magistério, na pós-graduação, a perspectiva é tratar mais detidamente da trajetória da noção de desenvolvimento e compartilhar as percepções e buscas em direção ao refinamento da abordagem sobre a análise histórico-comparativa. Na graduação, pretendo perseverar na apresentação e debate de temas que favoreçam a formação de professores e pesquisadores atentos aos dilemas do desenvolvimento brasileiro.

Mais que isso, gostaria de conseguir estimular os estudantes a alcançarem um equilíbrio mais fino entre a especialização, que se define cada vez mais cedo, e a atenção a diferentes dimensões do conhecimento e da cultura. Num mundo que permite conexões cada vez mais rápidas e amplas, que os horizontes possam se alargar, contornando as armadilhas que aparecem nos caminhos estreitos e na cacofonia e intolerância que parecem trair as promessas de tornar mais intensa a interação comunicativa entre as pessoas, com a presença de meios que apontam para o domínio do cérebro social de que falava Marx.

A esta altura da vida, lidando com as preferências políticas de forma menos pretensiosa que no passado, procuro manter o senso crítico sem perder a esperança, e permito-me, também, incursões nos ambientes congestionados e pouco reflexivos da comunicação virtual. Sem, ingenuamente, desconhecer que a política é o âmbito da comunicação estratégica (Reis, 1984), o que desejo, porém, com mais intensidade, é vislumbrar espaços que permitam a construção de um país mais justo. Intuo, todavia, que a intolerância que reina no presente favorece pouco esta perspectiva.

Sou professor da UFJF desde 1982, especialmente no curso de História, mas também em outros cursos da instituição. Cheguei a lecionar no interior do Amazonas, em 1994, por ser professor da UFJF, quando ainda existia o campus avançado de Tefé. No interior dessa instituição forjou-se a maior parte de minha formação, desde o ensino fundamental, quando fui aluno do Colégio de Aplicação João XXIII. Nela desenvolvi meus cursos e minhas pesquisas. A partir dela mirei ao redor e ao longe

A condição de professor é, por assim dizer, o espaço fundamental para minha ação dramática no mundo, para lembrar Habermas (1987). É como estou no mundo, nele me reconheço e sou reconhecido, na interação com múltiplos interlocutores. Aprendi, ensinei, compartilhei. Nesses atos, espero ter, até aqui, cumprido bem minha partida, mantido a esperança e o rigor, e combatido o bom combate.



*Cerimônia de graduação das
empresas incubadas no Critt UFPA*

12

PÓS-ESCRITO

Após a defesa do memorial, sem ter em mira ocupar novamente funções administrativas na UFJF e perto do cumprimento do tempo de serviço que abriria para mim a possibilidade da aposentadoria, pretendia ocupar-me, tão somente, das atividades do magistério e da pesquisa tal como indicadas na última seção deste documento, além de dedicar-me às ações de resistência ao golpe parlamentar que já se anunciava na cena política brasileira desde o final de 2014.

Ao final de 2015, uma série de eventos na UFJF levou à realização antecipada de eleições para a reitoria da instituição, que ocorreu em fevereiro do ano seguinte. Apoiei a chapa liderada por Marcus David e Girlene Silva, sem participar diretamente das articulações e da condução da campanha. Entendia esse pequeno envolvimento como o ato derradeiro de minha participação política na UFJF e não cogitava assumir qualquer cargo na nova administração.

Com a vitória de Marcus David e Girlene, fui, todavia, convidado para dirigir o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) e a Diretoria de Inovação da UFJF. Após alguma relutância, aceitei, motivado em dar sentido prático às reflexões que vinha processando em minhas pesquisas, desde 2008, sobre a importância da inovação tecnológica na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Na Diretoria de Inovação teria que adotar uma perspectiva mais pragmática e regional, distante do que vinha fazendo até então, e numa atividade estranha à experiência de gestão que possuía. Havia, pois, muito a aprender, o que tenho buscado fazer com a colaboração da equipe que encontrei no Critt, dedicada e imbuída de um forte sentido de missão no desenvolvimento de ações ligadas à incubação de empresas, à transferência de tecnologia e à proteção da propriedade intelectual.

Assumi o cargo em 11 de abril de 2016 e pouco depois se consumava o golpe do impedimento contra o governo de Dilma Rousseff. Confesso que vislumbrei um cenário adverso e desanimador para minhas novas atividades. O novo governo retomava a perspectiva liberal internacionalizante prevalecente na década de 1990, diante de forças nacionalistas e de esquerda acuadas, por causa de seus próprios erros, das incertezas na economia, da inclinação conservadora dos tempos e da monumental campanha de desconstrução promovida pela mídia brasileira.

Desde 2014, espetáculos judiciais e midiáticos conduzidos em nome do indispensável combate à corrupção têm fomentado um clima de histeria persecutória, de intolerância e polarização, obstruindo a busca de alternativas racionais e qualquer debate sobre o desenvolvimento do país. A incapacidade de distinguir a necessidade de punir empresários corruptos da importância de se preservar as empresas fez soçobrar a engenharia nacional e encurralou a Petrobrás (já combalida pela corrupção, por problemas de gestão e pelo desempenho dos preços do petróleo, agora impedida de atuar como instrumento da política de desenvolvimento) São debilitados, assim, alguns dos poucos agentes econômicos nacionais de efetiva expressão internacional.

Por seu turno, nos tumultuados meses do segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciativas de política industrial e de inovação ficaram em compasso de espera, até perderem completamente a importância no governo Temer, situação agravada pela perspectiva de um ajuste fiscal draconiano e duradouro. Assim, o que esperar que de ações localizadas para estimular a disposição inovativa do empresariado e o interesse de pesquisadores universitários na conversão do conhecimento em inovação?

A desconfiança de que estava diante de uma tarefa de Sísifo tem sido difícil de dissipar, mas decidi dar curso ao trabalho da Diretoria de Inovação, enfrentando os problemas do funcionamento regular do Critt, buscando definir de forma compartilhada ações e espaços que estimulem pessoas na comunidade universitária a vislumbrar na conversão de conhecimento em negócios e na colaboração com o mundo empresarial

alternativas práticas para o estudo e a pesquisa. Neste esforço, há que se enfrentar a letargia das práticas acadêmicas já consolidadas e um preconceito arraigado contra a aproximação universidade-empresa, em especial no campo da esquerda. Tenho insistido que tal aproximação é crucial, mesmo que não suficiente, para elevar o investimento em inovação entre as empresas brasileiras, condição básica para a sobrevivência de algum espaço de autonomia tecnológica no desenvolvimento do país, dado o nível de internacionalização de nossa economia.

Na Diretoria de Inovação, abre-se, ainda a possibilidade de participar de esforços de coordenação entre diferentes agentes públicos e privados, no plano regional, que têm relevo nas ações dirigidas à disseminação de uma cultura inovadora, à acentuação da colaboração entre instituições de pesquisa e o universo empresarial, bem como à definição de linhas de atuação de caráter estratégico para a Mata Mineira. Tenho me envolvido fortemente neste propósito, uma forma de colaborar na busca de alternativas para a região em que eu nasci e construí laços afetivos e identitários, uma antiga aspiração, jamais alcançada no terreno da minha atuação política municipal, de sucessivos revezes.



Colaboradores do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFJF

No horizonte, pode ser que a agregação de esforços em diversas instituições e redes de promoção da inovação já existentes favoreça a constituição de uma nova geração empresarial no país, distante dos vícios do passado e avessa à percepção ilusória e anacrônica de que a degradação do trabalho e do ambiente são as únicas vantagens competitivas a preservar no capitalismo brasileiro.

Não é fácil, mesmo porque o horizonte nacionalista sempre foi débil entre nós brasileiros, inclusive nas novas gerações. Por vezes me vejo diante de jovens talentosos e inovadores cuja principal aspiração é apenas se cacifar para vender seu empreendimento a uma empresa multinacional, num procedimento que alimenta a subalternidade e reduz as chances de constituição de um polo expressivo de empresas nacionais inovadoras, requisito para a combinação virtuosa de dinamismo econômico e bem-estar social nos casos de sucesso em países que dispõem de população e território de alguma magnitude.



Reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento e Inovação na Mata Mineira (GDIMata).

Com todas estas inquietações, sempre me indago: vale, ainda assim, estar nesta trincheira? Até aqui, malgrado e ciente de meus limites, a consciência e o desejo respondem que sim, que abandoná-la significa favorecer o processo de decomposição da Nação brasileira, hoje em curso acelerado.

Por isso persevero. Na órbita pessoal, fui agraciado com a primeira neta, um sopro a mais de alegria, em meio a um ambiente nacional sombrio. No início de julho de 2017 aposentei-me, com o compromisso e a disposição de continuar colaborando com o Departamento de História e os programas de pós-graduação em que sempre atuei. Permaneço, também, à frente do Critt e da Diretoria de Inovação da UFJF.



Album de Família: Valéria com Liz (filha de Pedro e Aline), Danilo, Ignacio, Pedro, Aline e Cecília

À frente, se não vislumbrar mais qualquer esperança na construção dos fundamentos materiais de um projeto nacional brasileiro (ou se percalços e minhas limitações o determinarem), estarei numa outra frente de combate qualquer que, em minha velhice, permita, lutando sempre por mais igualdade e liberdade, manter vivos os ideais da juventude, mesmo que não mais seus sonhos.



Vista aérea de Juiz de Fora (MG)

13

REFERÊNCIAS

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

- ALBUQUERQUE, E. e CASSIOLATO, J. E. (2000). *As especificidades do sistema de inovação no setor saúde: uma resenha da literatura como introdução a uma discussão do caso brasileiro*. São Paulo: FeSB..
- ALMEIDA, (2008) Célia. *Reforma de Sistemas de Saúde: Tendências internacionais, modelos, resultado*. In: Lígia Giovanella et al (Org). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil .Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- ALTHUSSER, L. (1979) *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. & ESTABLET, R. (1980) *Ler o Capital* (vol. II) Rio de Janeiro: Zahar
- ALTHUSSER, L., RANCIÉRE, J. & MACHEREY, P. (1979) *Ler o Capital* (vol. I) Rio de Janeiro: Zahar.
- ANDRADE, L. A. G. .(1980) *Technocracy and development: the case of Minas Gerais*. Universidade de Michigan (Tese de Doutorado).
- BIANCHI, P. e LABORY, S. .(2006) *From 'old' policy to 'new' industrial development policies*. In: P. Bianchi e S. Labory (ed.) International Handbook on Industrial Policy. Cheltenham/UK, Northampton/USA: Edward Elgar Publishing. Pp. 3-27.
- BOBBIO, N. (1982) *Qual Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, N., BOFFO, M. et al (1979). *Marxismo e Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BOSCHI, R. (1979) *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal.
- BURKE, E. (1982) *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora da UNB
- CARDOSO, F. H., (1972) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. (2a ed) São Paulo: DIFEL.
- CARDOSO, F.H. & FALLETO, E. (1979). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar.
- CARONE, E. (1977) *O Pensamento Industrial Brasileiro (1880-1945)*, Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.
- CASTORIADIS, C. (1982). *A Instituição Imaginária da Sociedade Rio de Janeiro*: Paz e Terra.
- CASTORIADIS, C. (1985). *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense
- CASTRO, A. B. (2011) *Nô Espelho da China*. UNICAMP/Centro de Estudos Avançados. Disponível em http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf_textobrasilnoespelhodachina.pdf Acesso em 20/09/2011
- CASTRO, A. B (2012) *Brasil: desenvolvimento renegado*. In: CASTRO, A. C.; CASTRO, L. B. (Orgs.). *Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/São Paulo: Campus.
- CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS (CPS) Sudeste Mineiro-Diagnóstico. Juiz de Fora: UFJF/CPS (mimeo)
- CHANG, H. (1994) *The Political Economy of Industrial Policy*. London: Macmillan Press.
- CHANG, H. (2002) *Rompendo o modelo - Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal de mercado*. In: G. Arbix, A Comin, M. Zilbovicius, M., & R. Abramovay, R. México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: EDUSP/Editora UNESP
- CHANG, Ha-Joon (2004) *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP.

- CIMOLI, M.; DOSI, G.; NELSON, R.; STIGLITZ, J.. (2007) *Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória*. In: Revista Brasileira de Inovação. V. 6, N. 1. FINEP. Disponível em http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/revista_ini.asp Acesso em 05/07/2011
- COMISSÃO SOBRE A ADOÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NA UFJF (2004) *Relatório*.
- COMUNIDADE ACADÊMICA (2002) *Carta Programa*.
- DELGADO, I. G. G (2015) *Política industrial para os setores farmacêutico, automotivo e têxtil na China, Índia e Brasil*. Texto para Discussão Nº 2087. Brasília: IPEA
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (2007) *Professores de História reivindicam transparência e debate democrático sobre o REUNI na UFJF* (mimeo).
- DiCAPRIO, A. eGALLAGHER, K. (2011). *The WTO and the Shrinking of Development Space: How Big is the Bite*. In: Center for Global Development – Independent research and practical ideas for global prosperity. Disponível em [www.cgdev.org/doc/events/2.21.07/Policy%20Space%20\(corrected\).pdf](http://www.cgdev.org/doc/events/2.21.07/Policy%20Space%20(corrected).pdf) Acesso em 05/07/2011.
- DINIZ, C. C. (1981) *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROEDDINIZ, E (1978) *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. (1978) *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária.
- ELSTER, J. (1989) *Marx Hoje*. São Paulo: Paz e Terra.
- ENGELS, F. (s.d.[a]) *Prefácio à Guerra Camponesa na Alemanha*. In: K. Marx e F. Engels. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega. Volume 2.
- ENGELS, F. (s.d.[b]) *Contribuição ao problema da habitação*. In: K. Marx e F. Engels. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega. Volume 2.
- ENGELS, F. (s.d.[c]) *Introdução às lutas de classes na França de 1848 e 1850*. In: K. Marx e F. Engels. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega. Volume 1.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1988) *Politics Against Markets*, New Jersey: Princeton University Press
- ESPING-ANDERSEN,, G. (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, New Jersey: Princeton University Press.
- EVANS, P. (1992). “*The state as a problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change*”. In HAGGARD, Stephen and KAUFMAN, Robert (eds). (1992). *The Politics of Economic Adjustment*. New Jersey: Princeton University Press. pp 139–181
- FAORO, R. (1958). *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo.
- FERNANDES, F. (1975a). *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (2 ed). Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, F. (1975b) *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FIESP (1937) *Resposta da Federação das Indústrias de São Paulo ao inquérito promovido pelo Sr presidente da República*. In E. Carone. *O Pensamento Industrial Brasileiro (1880–1945)*, RJ/SP: DIFEL, 1977. 338–339.
- GADELHA, C. (2006), *Desenvolvimento, complexo industrial da saúde e política industrial*. Rev Saúde Pública. 40(N Esp), pp.11–23.
- GOFFMAN, E. (1973) *As características de instituições totais*. In: A. Etzioni, *Organizações Complexas*. São Paulo: Atlas.

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

- GOUREVITCH, P. (1986) *Politics in Hard Times*. Cornell University Press.
- GRAMSCI, A (1978a) *A Ciência e o príncipe moderno* In: A. Gramsci. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes.
- GRAMSCI, A. (1978b). *Alguns problemas para o estudo da filosofia da práxis*. In A. Gramsci. Obras Escolhidas (pp 67-102) São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, J. *Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State*. In In C. Taylor e J. Habermas et al., Multiculturalism. Princeton University Press
- HABERMAS, J. (1987) *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus. Volume I.
- HALL, P. e SOSKICE, D. (2001) *Varieties of Capitalism – The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford University Press.
- HAUSSMAN, R. & RODRIK, D. (2003) *Economic Development as Self-Discovery*. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.116.8525&rep=rep1&type=pdf> Acesso em 05/05/2013
- HEILMANN, S. (2008) *Experimentation under hierarchy: policy experiments in the reorganization of China's State sector, 1978–2008*. CID Working Paper, n. 172. Cambridge: Harvard University. Disponível em: <<http://goo.gl/bqjLTt>>. Acesso em: 17 maio 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO (INCT-PPED) 9S.D). Apresentação. Disponível em <http://inctpped.ie.ufrj.br/> Acesso em 09/06/2015
- KOCHHAR, K. et al. (2006) *India's pattern of development: what happened, what follows?* NBER Working Paper, n. 12023. Cambridge: NBER. Disponível em: <<http://goo.gl/Uhl4Rt>>. Acesso em: 3 fev. 2014.
- LE GOFF, J. E NORA, P. (1988^a) *História: novas abordagens* (3^a ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LE GOFF, J. E NORA, P. (1988^a) *História: novos objetos* (3^a ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LE GOFF, J. E NORA, P. (1988^a) *História: novos problemas* (3^a ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LING, C. e NAUGHTON, B. (2013) *The emergence of Chinese techno-industrial policy: from megaprojects to strategic emerging industries, 2003–2011*. In: Inaugural workshop of Spiderweb. Rio de Janeiro: INCT-PPED, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/YZOVDD>>.
- LOBATO, L. e GIOVANELLA, L. (2008). *Sistemas de Saúde: origens, componentes e dinâmica*. In: Lígia Giovanella et al (Org). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ
- MAHONEY, J. e RUESCHEMEYER, D. (2003) *Comparative Historical Analyses in the Social Sciences*. Cambridge University Press.
- MANDEL, E. (1979). *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa: Editora Antídoto.
- MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. (1989) *Rediscovering Institutions – The Organizational Basis of Politics*. New York: The Free Press.
- MARSHALL, T. H (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, C. E. (1974) *Técocracia e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

DUAS EVOCAÇÕES: CIÊNCIA E POLÍTICA

- MARTINS, L. (1968) *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga.
- MARTINS, L. (1976) *Formação do empresário industrial no Brasil*. Revista Civilização Brasileira. N. 13.
- MARX, K. (1974) *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARX, K. (1985) *Grundrisse: Lineamientos Fundamentales para Crítica de la Economía Política*. México: Fondo de Cultura Económica. Volume II.
- MARX, K. (s.d [b]) *A Questão Judaica*. Lisboa: Moraes.
- MARX, K. (s.d. [a]). *Revolução e contra-revolução*. Lisboa: Venda Nova – Amadora/M. Rodrigues Artes
- MARX, K. (s.d.[c]) *Teses sobre Feurbach*. In K. Marx e F. Engels. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega. Volume III. 208–210.
- MARX, K. e ENGELS, F. (s.d.[a]). *A Ideologia Alemã* (5ª ed.). São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/Editorial Presença. Volume I.
- MARX, K. E ENGELS, F. (s.d.[b]) *Manifesto do Partido Comunista*. In K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas São Paulo: Alfa-Ômega.. Volume I. .
- MELLO, J. M. C. (1984) *O capitalismo tardio*. (3a ed) São Paulo: Brasiliense.
- MILANES, P. e BUARQUE, C. (1973) *Cancion por la unidad de latinoamerica*. [Gravada por Milton Nascimento]. Em Clube da Esquina 2. São Paulo: Odeon (1978).
- MOORE JUNIOR, B. (1975) *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos
- NORTH, D. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press
- OFFE, C. & WIESENTHAL, H. (1984). *Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização*. In: OFFE, C. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OFFE, C. (1984) *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
- OLIVEIRA, F. (1981) *A economia brasileira: crítica da razão dualista*. (4a ed.) Petrópolis: Vozes/Cebrap.
- PIERSON, P. (1994) *Dismantling The Welfare State?* Cambridge University Press.
- POLANYI, K. (1980) *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- POULANTZAS, N. (1977) *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- POULANTZAS, N. (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. (2a ed.) Rio de Janeiro: Graal.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPG EM HISTÓRIA – UFJF) (s.d.) *Poder, Mercado e Trabalho*. Disponível m em <http://www.ufjf.br/ppghistoria/o-programa/linhas-de-pesquisa/poder-mercado-e-trabalho/> Acesso em 06 de junho de 2015.
- PRZEWORSKI, A. (1989) *A organização do proletariado em classe – o processo de formação de classes*. In. A. Przeworski. Capitalismo e Socialdemocracia. São Paulo: Companhia das Letras.
- RAWLS, J. (1981) *Téoria da Justiça*. Brasília: Editora da UNB.
- REIS, F.W. (1984) *Política e racionalidade*. UFMG/PROED.
- RODRIK, .R. (2004). *Industrial Policy for The Twenty-First Century*. Paper prepared for UNIDO. Harvard University, John Kennedy School of Government. Disponível em www.ksg.harvard.edu/rodrrik/ Acesso em 05/07/2011.
- RODRIK, D. e SUBRAMANIAN, A. (2005) *From “hindu growth” to productivity surge: the Mystery of the Indian Growth Transition*. IMF Staff Papers, v. 52, n. 2. Disponível em: <<http://goo.gl/N2RSwi>>.

- RUESCHEMEYER, D. (2003) *Can one or a few cases yield theoretical gains?* In: J. Mahoney e D. Rueschemeyer. *Comparative Historical Analyses in the Social Sciences*. Cambridge University Press.
- RUESCHEMEYER, D., STEPHENS, E. H. & STEPHENS, J. (1992) *Capitalist Development and Democracy*. Chicago University Press
- SAES, D. (1985) *Formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, V. G. (1979) *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- SCHWARTZMAN, S. (1982) *Bases do autoritarismo brasileiro*. (2a ed). Rio de Janeiro: Campus.
- SHADLEN, K. (2005) *Policy space for development in the WTO and beyond: the case of intellectual property rights*. Working paper, no. 05-06. Global Development and Environment Institute, Tufts University, Massachusetts, USA.
- SMITH, A. (1983) *A riqueza das Nações*, São Paulo: Abril Cultural. Vol. II.
- STEINMO, S., THELEN, K. & LONGSTRETH, F. (1999) *Structuring politics – Historical Institutionalism in Comparative analysis*. Cambridge University Press
- SWAAN, A. (1988) *In Care of the State*. Cambridge: Polity Press.
- TAYLOR, C. (1994) *The Politics of Recognition*. In C. Taylor, J. Habermas et al. *Multiculturalism*. Princeton University Press.
- THOMPSON, E. P. (1981) *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar.
- THOMPSON, E. P. (1977). *La Formación histórica de la clase obrera*. Barcelona: Editora Lenia. Volume. 1.
- TROTSKY, L. (1977) *A Revolução permanente*. Lisboa: Antídoto.
- UNCTAD (2004) *São Paulo Consensus*. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/td410_en.pdf Acesso em 7/07/2011.
- VIANNA, L. W. (1976) *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WADE, R. (2003) *What strategies are viable for developing countries today? The World Trade Organization and the shrinking of 'development space'*. London School of Economics and Political Science – Crisis States Research Centre – Working papers series 1, 31. Disponível em <http://www2.lse.ac.uk/researchAndExpertise/Experts/r.wade@lse.ac.uk> Acesso em 06/07/2011
- WADE, R. (2010) *After the Crisis: Industrial Policy and the Developmental State in Low-Income Countries*. Global Policy. V. 1. Issue 2. May. Pp. 150-161. Disponível em <http://www.globalpolicyjournal.com/articles/development-inequality-and-poverty/after-crisis-industrial-policy-and-developmental-state-1>
- WADE, R. (2004) *Governing The Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton University Press. First Paperback Edition, 1992.
- WEBER, M. (1974) *A Ciência como vocação*. In H. Gerth, e C. W. Mills. Max Weber – Ensaios de Sociologia, pp. 154-186. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar
- WEBER, M. (1974) *A Política como vocação*. In H. Gerth, e C. W. Mills. Max Weber – Ensaios de Sociologia, pp. 97-154 (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar
- WEBER, M. (1984) *La "nación"*. In M. Weber, *Economía y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura
- WILLIAMSON, O. (1988) *The Logic of Economic Organization*. Journal of Law, Economic & Organization. V. 4. Nº 1. Oxford University Press.
- WIRTH, J. (1982) *O fiel da balança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- WRIGHT, E. O., LEVINE, A. & SOBER, E. (1993). *Reconstruindo o Marxismo – ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis-RJ: Vozes.

*Campanha por eleições
Diretas para Reitor (1984).*

PRODUÇÃO

BIBLIOGRÁFICA

14

1984-1989

DELGADO, I. G. e DOMINGUES, B. H (1985) *A Economia do Ouro em Minas Gerais*. Campus. N° 1. 28-41. Juiz de Fora: CPS

1989-1995

DELGADO, I. G (1990) *Mariátegui: um marxismo latino-americano*. Comunicações Filosóficas. V.1.N°1. UFJF/Departamento de Filosofia. 51-69

DELGADO, I.G. (1993) *Mariátegui: um marxismo latino-americano*. Congresso Internacional de Literatura e Cultura Hispano-americana. Juiz de Fora. 81-86.

ARANTES, L.A. e DELGADO, I.G. (1994) *Empresariado mineiro: ética e ação política*. Anais da Anpuh-MG- IX Encontro. Juiz de Fora. 87-212.

DELGADO, I. G (1995) *Indústria. Elite Industrial e Tecnoburocracia em Minas Gerais*. Nova Economia. V. 5, 79-115.

DELGADO, I.G. (1995) *A Independência Econômica de Minas Gerais – imagens do discurso do empresariado mineiro nos anos 40 e 50*. Locus. V. 1, 91-116.

1995-1999

DELGADO, I. G. (1996) *Fragments para uma reflexão sobre a natureza do bem público*. X Encontro Regional da ANPUH-MG. Mariana. Apresentação de trabalho.

DELGADO, I.G. (1996b) *Notas Taquigráficas: cidadania, política social, mudança tecnológica, mercado*. Locus. V 2. 7-24.

DELGADO, I. G. (1997) *Notas sobre a sociologia macro-histórica*. Revista Eletrônica de História do Brasil. V. 1. N° 2., pp. 34-42.

DELGADO, I. G (1997) *A Estratégia de um Revés – Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDFJF

DELGADO, I. G. (1999). *Empresariado e Política Social no Brasil*. In: A. M. Kirschner e E. Gomes (org). Empresa, empresários e sociedade. Rio de Janeiro: Sette Letras.

DELGADO, I. G. (2000) *Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988*. Locus V.10, pp 50.

DELGADO, I. G. (2000) *Abertura Econômica e Política Social: a perspectiva empresarial. Teoria & Sociedade*. V. 5, pp. 82-122.

DELGADO, I. G. (2001) *Previdência Social e Mercado no Brasil – a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr.

DELGADO, I. G. (2001) *O Empresariado Brasileiro e a Previdência Social*. Revista de Previdência Social. N° 246, pp. 307-320.

2000-2005

- DELGADO, I. G. (2001) *O empresariado, reformas econômicas, custo Brasil e política social*. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS – Trabalhos Apresentados no ST14 – Para onde vai o capitalismo no Brasil? Dilemas e perspectivas das empresas e empresários (disquete).
- DELGADO, I. G. e CALLICCHIO, V. (2001) *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. In A. A. Abreu, I. Beloch, [F. Lattman-Weltman & S.T. N. Lamarão (coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Volume II, pp. 2112-2116. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.
- DELGADO, I. G. (2002) *Mercado, Nação e Proteção Social*. Tempo Presença. Nº 325, pp. 11-15.
- DELGADO, I. G (2003) *Direitos Humanos e Cidadania*. II Seminário Internacional Sociedade Inclusiva – Anais, pp.135-138.
- DELGADO, I. G. (2003) *O Empresariado e o Governo Lula*. 27º Encontro Anual da ANPOCS (CD).14.
- DELGADO, I. G (2004) *Tutela, Conhecimento e Identidade. Anais Eletrônicos – caminhos da História: desafios da historiografia de Minas Gerais*. XIX Encontro Regional da ANPUH-MG.
- DELGADO, I. G (2004, agosto) *Insólita Aliança*. Reportagem. Nº 59, 48-49.
- DELGADO, I. G. (2004) *Atores Sociais e Coalizões na Trajetória da Política Social Brasileira*. Locus V. 18, pp.129-150.
- DELGADO, I. G. (2004) *A Política Econômica do Governo Lula na Perspectiva Empresarial*. Tempo Presença. Nº 333, pp. 33-37.
- DELGADO, I.G. (2004) *Política Social*. In. F. C. Teixeira (coord.). Enciclopédia de Guerras e Revoluções no Século XX – as grandes transformações do mundo contemporâneo, pp 694-695. Rio de Janeiro: Elsevier
- DELGADO, I.G., RIBEIRO, M. E NEVES, J. A. (2004) (org.) *Juíz de Fora – História, Texto e Imagem*. Juiz de Fora: FUNALFA.
- DELGADO, I. G. (2004) *(Des) caminhos e janelas de oportunidades: as reformas previdenciárias na América Latina*. Resenha do livro organizado por Vera Schattan Coelho, A Reforma da Previdência Social na América Latina (RJ, FGV, 2003). In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, N. 57, Vol 20.
- DELGADO, I. G. (2005) *Empresariado e política industrial no governo Lula*. In: PAULA, João Antônio (Org.). Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica.
- DELGADO, I.G. , CAPELLIN, P., GROSS, D., DULCI, O. (2005) (org.) *Empresas e Grupos Empresariais : Atores Sociais em Transformação*. Juiz de Fora:EDUFJF.

2006-2014

Produção bibliográfica registrada no Relatório de Atividades associado ao Memorial

I - Livros

- DELGADO, I.G., CONDÉ, E.S., ESTHER, A.B., SALLES, H.M. (2011) *Variedades de Capitalismo e Política Industrial: Formas Institucionais e Inovação Tecnológica*. Brasília: ABDI.
- DELGADO, I.G., SALLES, H. M., CONDÉ, E. S E ESTHER, A.B. (2011) *Política industrial de países selecionados: Brasil, Rússia, Índia, e China*. Brasília: ABDI, 2011.

II - Artigos

- DELGADO, I. G. O (2007) *Empresariado industrial e a gênese das políticas sociais modernas no Brasil*. Locus: Juiz de Fora.
- DELGADO, I. G. (2007) *O Regime Militar, a Previdência Social e o Empresariado*. Revista Eletrônica de História do Brasil Juiz de Fora
- BOTTARO, N. B.; DELGADO, I. G. (2009) *Conselho Nacional de Saúde: uma das faces da política de saúde no Brasil*. Principia – caminhos da iniciação científica. V. 13. UFJF/PROPESQ.
- DELGADO, I. G. CONDÉ, E.S., ESTHER, A.B., SALLES, H.M. (2010). *Cenários da Diversidade – variedades de capitalismo e política industrial nos EUA, Alemanha, Espanha, Coréia, Argentina, México e Brasil (1998-2008)*. Dados. Rio de Janeiro.
- DELGADO, I. G. (2010) *Variedades de Capitalismo e os Caminhos da Política Industrial Brasileira – elementos para uma análise comparativa*. Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED).
- DELGADO, I. G. (2010) *O Triste Papel da Oposição e da Mídia no Brasil*. Tempo e Presença Digital.
- DELGADO, I. G. (2012) *Social Welfare, Health and Pharmaceutical Industry: preliminary notes for a comparative analysis between England, Brazil and Argentina*. Working Paper Series, V. 30. London: LSE.
- SANTOS, A. C; SOUZA, M. & DELGADO, I. G. (2013) *Análise comparativa entre os sistemas nacionais de saúde do Brasil e da Argentina*. Principia – caminhos da iniciação científica. V. 17. UFJF/PROPESQ.

III - Capítulos de Livro

- DELGADO, I. G. (2006) *Trajetória e Contra-Reforma da Política Social Brasileira*. In: SALGADO, Gilberto (orgs.). *Cultura e Instituições Sociais*. Juiz de Fora: EDUFJF.

III – Capítulos de Livro

DELGADO, I. G. (2006) *Poder, Mercado e Trabalho*. In: ALMEIDA, Carla M.C. de. OLIVEIRA, Mônica R. de. (orgs.) *Nomes e números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: EDUEJF.

DELGADO, I. G. (2010) *O Discurso Empresarial sobre o Custo do Trabalho no Brasil no final do século XX*. In: LOBO, Valéria. DELGADO, Ignacio. VISCARDI, Cláudia (orgs.). *Trabalho, Proteção e Direitos – O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed.UFJF.

DELGADO, I. G. (2010) *Desenvolvimento, empresariado e política industrial no Brasil*. In: LEOPOLDI, M. A.; MANCUSO, W. P.; IGLECIAS, W. (orgs.). *Estado, Empresariado e Desenvolvimento no Brasil: Novas Teorias, Novas Trajetórias*. São Paulo: Editora de Cultura.

DELGADO, I. G. (2013) *Saúde e indústria farmacêutica: apontamentos para uma análise comparativa entre Brasil, Argentina e Grã-Bretanha*. IN: COHN, A. (orgs.). *Saúde, cidadania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado.

DELGADO, I. G. (2013) *Política Social Brasileira: aspectos de sua trajetória e desafios do presente*. In: REIS, D. M.; MELLO, R. D.; COURA, S. B. (orgs.). *Trabalho e Justiça Social*. Um Tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr.

IV – Organização de livro ou número de periódico

DELGADO, I. G. ALBERGARIA, E. BRUNO, R., RIBEIRO, G. (orgs.). (2006) *Vozes (além) da África: tópicos sobre identidade negra, literatura e história africanas*. Juiz de Fora: Ed.UFJF.

DELGADO, I. G., LOBO, V.; VISCARDI, C. (2007) LOCUS V. 13. N. 2 (25). *Estado Novo*. Juiz de Fora: UEDFJF.

DELGADO, I. G. ALBERGARIA, Enilce. LAHNI, C. R. ANDRADE, D. MENEGAT, E. M. (orgs.). (2009) *Diásporas Africanas*. Juiz de Fora: EdUFJF.

LOBO, Valéria. DELGADO, Ignacio. VISCARDI, Cláudia (orgs.). (2010) *Trabalho, Proteção e Direitos – O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: EDUEJF

V- Publicação na Íntegra de Artigos em Anais de Evento Internacional

DELGADO, I. G. (2006) *Dilemas da Política Industrial do Governo Lula: a perspectiva dos empresários*. In: XX Jornadas de História Económica-Asociacion Argentina de Historia Económica, 2006, Mar del Plata, Argentina. <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/xx-jornadas-de-historia-economica-mar-del-plata-2006>

DELGADO, I. G. (2008) *Variedades de Capitalismo e Política Industrial: o caso brasileiro em perspectiva comparada*. XXI Jornadas de História Económica - Asociación Argentina de Historia Económica (AAHE). Caseros, 2008. Disponível em <http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa>

DELGADO, I. G. (2009) *Variedades de Capitalismo e Política Industrial: o caso brasileiro em perspectiva comparada*. 21st World Congress of Political Science. International Political Science Association (IPSA). Santiago: IPSA. Disponível em <http://paperroom.ipsa.org/>.

V- Publicação na Íntegra de Artigos em Anais de Evento Internacional

- DELGADO, I. G., CONDÉ, E. S. (2009) *The Agenda of Difference: State. Varieties of Capitalism and Economic Governance in Asian and Latin America.* 21st World Congress of Political Science. International Political Science Association (IPSA). Santiago, IPSA. Disponível em <http://paperroom.ipsa.org/>
- DELGADO, I. G. (2009) *Estado, Inserção Internacional e Variedades de Capitalismo: elementos para a análise dos capitalismos reais.* Seminário Internacional do INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização. Rio de Janeiro: INCT-PPED. Disponível em <http://www.ideiad.com.br/seminariointernacional/>
- DELGADO, I. G. (2010) *Variedades de Capitalismo e Inovação tecnológica. Tenth International Congress of the Brazilian Studies Association (Brasa).* Brasília: BRASA.
- DELGADO, I. G. (2013) *Saúde e Indústria Farmacêutica: apontamentos para uma análise comparativa entre Brasil, Argentina e Grã-Bretanha.* X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas. Juiz de Fora, 2013. <http://migre.me/wA8SR>

VI - Publicação na íntegra de artigo em anais de evento nacional

- DELGADO, I. G. (2007) *Estratégias e Trajetórias: anotações sobre políticas industriais em perspectiva comparada.* In: 31º Encontro Anual da ANPOCS Caxambu. Disponível em <http://migre.me/wA8GY>
- DELGADO, I. G. (2007) *Empresariado e Política Industrial no Primeiro Governo Lula (2003-2006).* XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S24.pdf>
- DELGADO, I.G. (2008) *Desenvolvimento e Política Industrial no Brasil.* VI Workshop – Empresa, Empresários e Sociedade – Estado e mercado depois das reformas: o Brasil e a ordem internacional. Niterói: UFF
- DELGADO, I.G. (2008) *Percepções sobre o desenvolvimento e os desafios da política industrial brasileira.* 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu:ANPOCS.
- DELGADO, I. G.(2009) *A Idéia de Desenvolvimento e os Desafios da Política Industrial e de Inovação no Brasil.* XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza:ANPOUH. Disponível em http://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/linha_1_prod_academica_3.pdf
- DELGADO, I. G, CONDÉ, E. e MOTTA, H. S. (2010) *Modelos Econômicos de Capitalismo.* I Seminário Cenário Atual e Perspectivas da Indústria Brasileira: Investimento e Políticas Públicas. Juiz de Fora: ABDI-SESI. Disponível em <http://migre.me/wA9gz>.

2015 em diante

- DELGADO, I. G. (2015) *Política industrial na China, na Índia e no Brasil: legados, dilemas de coordenação e perspectivas.* Texto para Discussão N° 2059. Brasília: IPEA
- DELGADO, I. G. (2015) *Política industrial para os setores farmacêutico, automotivo e têxtil na China, Índia e Brasil.* Texto para Discussão N° 2087. Brasília: IPEA
- DELGADO, I. G. (2015, Junho) *PT, “síndrome do Flamengo”, mito de origem e dilemas do presente.* Tempo e Presença. Ano 9. N° 28. Rio de Janeiro: Koinonia
- DELGADO, I. G. (2015) *O Empresariado e Formação da Previdência Social Brasileira* In: 1º Congresso da AILP, XII CONLAB (XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa – AILPcsh, 2015, Lisboa. Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015. Lisboa: AILPcsh /Leading Congressos. V.1. p.946 – 961
- DELGADO, I. G. (2015) *Sistemas de saúde e indústria farmacêutica: anotações sobre as experiências dos EUA, Reino Unido e Alemanha e perspectivas para o Brasil* In: Lais Costa, Lígia Bahia e Carlos Gadelha (org) *Saúde, Desenvolvimento e Inovação*. V. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro : CEPESC-IMS-UERJ-ENSP/FIOCRUZ-IESC-UFRJ.
- DELGADO, I. G. (2016) *Ações afirmativas e o horizonte normativo da democracia racial.* Cadernos de História. N° 1. Belo Horizonte: História/PUCMINAS
- DELGADO, I. G. (2016) *Cidadania, Nação e Desenvolvimento: anotações esquemáticas a propósito de um Brasil golpeado, que renuncia a si mesmo.* Tempo e Presença Digital. Ano 11. N° 31. Rio de Janeiro: Koinonia
- DELGADO, I. G. (2016) *Desafios da Política Industrial Brasileira* In: Eli Diniz e Flávio Gaitan (org). *Repensando o Desenvolvimentismo: Estado, Instituições e a Construção de uma Agenda de Desenvolvimento para o Século XXI*. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo : HUCITEC, 2016, p. 343-399.
- DELGADO, I. G. (2016) *Dilemas de coordenação e capacidades do estado para a política industrial: trajetórias e horizontes da China, da Índia e do Brasil* In: Renato Boschi e Alexandre Gomide (org) *Capacidades Estatais em Países Emergentes – o Brasil em perspectiva comparada*. 1 ed. Rio de Janeiro : IPEA.
- DELGADO, I. G. (2016) *Healthcare systems, the State, and innovation in the pharmaceutical industry.* Reports in Public Health. 32, Sup 2. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ
- DELGADO, I. G. (2016) *Janelas de Oportunidades e Coalizões: o SUS e a indústria farmacêutica nacional brasileira.* Faces de Clío. V.2. Revista Discente do PPG em História/UFJF
- DELGADO, I. G. (2016) *Sistemas de atenção à saúde, Estado e inovação na indústria farmacêutica.* Cadernos de Saúde Pública. N° 3, Sup 2. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ
- COSTA, L.S; METTEN, A. e DELGADO, I. G. (2016). *As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo em saúde na nova agenda de desenvolvimento nacional.* Saúde em debate[online]. 2016, vol.40, n.111, pp.279-291. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)



CRÉDITOS

Página 07

Página 13

Página 18, 24, 25, 124

Página 21, 22

Página 30

Página 28, 47

Página 38

Página 57, 67

Página 63, 118

Página 80

Página 98

Página 99

Página 100

Página 105

Página 109

Página 113, 116

Página 115

Página 05, 10, 20, 26, 33, 36, 43,

46, 54, 56, 58, 59, 66, 69, 71, 72, 73,

76, 82, 87, 92, 93, 94, 96, 106, 109

Frederico Alvim (UFJF)

Caique Cahon (UFJF)

Humberto Nicolini

Divulgação UFMG

Marcelo Pinheiro

Aroeira

Nina Mello

Alexandre Dornelas (UFJF)

Divulgação

Reprodução

Divulgação INCT-PPED

Divulgação Abrasco

Nittina Araújo Bianchi

Gabriela Said (UFJF)

Danilo Delgado

Carla Ramalho (UFJF)

Divulgação Critt UFJF

Arquivo Pessoal

Esta publicação é um registro e uma reflexão sobre minha trajetória acadêmica desde o final da década de 1970, conectando-a a outras dimensões da atuação profissional, institucional e política.

Gerações que vivenciaram a ditadura militar, a transição ao regime democrático e as disputas em torno do rumo que tomaria o país a partir de então, desenvolveram grande sensação de urgência da participação política, da necessidade de viver para a política. Em mim esta sensação afetou de forma decisiva, no contexto da descoberta, as escolhas dos temas e mesmo das abordagens que guiaram a produção acadêmica, ainda que o exercício das atividades ligadas à ciência como vocação, no magistério e na pesquisa, exigisse a preservação de limites razoáveis entre as escolhas políticas e a atuação profissional.

Se as opções políticas determinaram primariamente os temas e objetos da pesquisa acadêmica, no fluir e nos humores dos tempos, esta influenciou e formatou as perspectivas políticas que emergiam.



ISBN 978-85-88532-40-3